

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Paola Silvia de Araújo

Entre a Superexploração e o Colapso: O conceito de trabalho em Oliveira e Kurz

Juiz de Fora

2026

Paola Silvia de Araújo

Entre a Superexploração e o Colapso: O conceito de trabalho em Oliveira e Kurz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desigualdade Social

Orientador: Prof.º Dr.º Dmitri Cerboncini Fernandes

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Araujo, Paola Silvia de.

Entre a Superexploração e o Colapso : O conceito de trabalho em Oliveira e Kurz / Paola Silvia de Araujo. -- 2026.

111 p.

Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2026.

1. Capitalismo. 2. Trabalho. 3. Crítica do valor. I. Fernandes, Dmitri Cerboncini, orient. II. Título.

Paola Silvia de Araújo

Entre a Superexploração e o Colapso: O conceito de trabalho em Oliveira e Kurz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 06 de março de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Dmitri Cerboncini Fernandes - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Vladimir Ferrari Puzone
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos
Universidade Estadual Paulista

AGRADECIMENTOS

Nos dois últimos anos me tornei, de fato, pesquisadora; embora nas sessões de terapia e desabafo com amigos eu tenha descrito essa trajetória de forma tímida e nem sempre satisfatória, percebo hoje que o tempo no mestrado foi fundamental para eu me encontrar na posição de cientista social. Antes do mestrado eu já refletia e questionava o mundo, e durante consegui instrumentalizar essas reflexões e questionamentos de modo teórico, com o refinamento de boas argumentações, mas isso não seria possível se esta trajetória fosse solitária, sinto que aprendo tudo que aprendo por ter como colocar tudo em diálogo.

Por isso, começo agradecendo às amizades que me acompanham até aqui, em especial à Camila e Lorena, amigas com quem compartilhei as dores e as alegrias de estar em uma pós-graduação, Camila que está na UFRJ e que foi tão presente como se estivesse nas mesmas aulas em que eu estava, e Lorena, que desde o primeiro dia de aula divide grande parte das experiências acadêmicas comigo, obrigada pela escuta e pela leitura carinhosa, minhas amigas. Agradeço também à minha amiga Nalu, pelo cuidado e pela disposição em tudo para comigo. No esteio das pessoas a quem devo um ‘obrigada’ também está o João, meu namorado, que mesmo sem conhecer Kurz e Chico dialoga comigo como se os conhecesse. Aos meus colegas de curso, com quem pude dialogar, lamentar e reclamar, obrigada por todos os momentos.

Além dos amigos queridos, devo agradecimento aos meus irmãos, companhias que tornam todos os dias mais agradáveis e felizes, sem eles não me manteria motivada o suficiente para pensar qualquer coisa associada a um progresso profissional ou social. Ao meu irmão, Hiago, que dividiu e divide comigo a responsabilidade de uma casa, que foi um ombro amigo sempre que os prazos apertavam, que é a figura familiar em Juiz de Fora, cidade que adoro mas que vez ou outra não parece casa. E a minha irmã, Carol, que, com sua doçura e gentileza, sempre me acalenta. Agradeço também aos meus pais, Janete e Silvio, por todo apoio e admiração.

Agradeço principalmente ao meu orientador Dmitri, que há muitos anos me acolhe e me ensina, nas disciplinas ministradas por ele aprendi teorias que considero o melhor da Sociologia, nas reuniões do grupo Capitaluto conheci autores geniais, foi com ele que realizei minha primeira bolsa na UFJF, e foi a partir daquele momento que expandi o pensamento crítico. Sem sua leitura atenta e ponderações essa dissertação não teria se concretizado. Aproveito para agradecer ao PPG Ciências Sociais e a Fapemig pelo financiamento da bolsa de pesquisa no mestrado. Aos membros da banca, professor Vladimir, agradeço pelo debate e aconselhamento desde a qualificação, e ao professor Caio, pelo aceite e pela leitura atenta.

“O dinheiro é sempre melhor, o dinheiro dá a todas as coisas uma camadinha de óleo que faz com que nada fique rangendo, com que tudo se encaixe em seus lugares, cliquecliqueclique: todas as peças funcionando sem nada se desbarate, nem se rompa, nem se encaroce e nem tropece. Os pobres passam a vida dando marteladas nas peças, mas nem assim se encaixam [...]” (Martínez, 2024, p. 220-221)

RESUMO

A presente dissertação analisa criticamente o estatuto do trabalho na modernidade capitalista a partir de uma leitura comparativa entre Francisco de Oliveira e Robert Kurz, tendo como eixo a crítica marxiana do valor e do trabalho abstrato. Partindo da distinção entre um Marx “esotérico” e um Marx “exotérico”, reconstruímos os fundamentos da crítica da economia política como formas sociais historicamente determinadas que estruturam a sociabilidade capitalista.

No primeiro momento, a pesquisa examina como a forma-mercadoria e o trabalho abstrato organizam a modernidade, produzindo uma dominação impessoal mediada pelo valor e pelo dinheiro, que se estende à temporalidade social e às formas de vida. Em seguida, analisamos a obra de Francisco de Oliveira, enfatizando sua crítica à razão dualista, à modernização conservadora e à incorporação problemática do trabalho no capitalismo brasileiro. Ressaltando como, na periferia, a acumulação se realiza por meio da fusão entre mais-valia absoluta e relativa, da informalidade estrutural e da exclusão como elemento funcional, o que corrói as bases materiais da formação de um sujeito revolucionário. Contudo, mostramos que ainda assim, Oliveira se mantém ancorado na esperança da emancipação via classe e mediação estatal, revelando os limites de sua radicalidade crítica.

Assim, apresentamos a crítica categorial de Robert Kurz, que radicaliza a crítica marxiana ao interpretar o trabalho não como fundamento ontológico da emancipação, mas como forma social historicamente específica do capitalismo. Kurz diagnostica a crise estrutural da valorização e a obsolescência do trabalho como mediação social, compreendendo a financeirização e o Estado como expressões de um capital em colapso.

Por fim, a comparação entre Oliveira e Kurz evidencia tensões fundamentais entre uma crítica social ainda situada no interior do marxismo classista e uma crítica negativa que aponta para o esgotamento histórico dessa forma de mediação, contribuindo para o debate contemporâneo sobre trabalho, crise e emancipação.

Palavras-chave: capitalismo; trabalho, valor; crise e crítica do valor.

ABSTRACT

This dissertation critically analyzes the status of labor in capitalist modernity through a comparative reading of Francisco de Oliveira and Robert Kurz, taking as its axis the Marxian critique of value and abstract labor. Starting from the distinction between an “esoteric” Marx and an “exoteric” Marx, we reconstruct the foundations of the critique of political economy as historically determined social forms that structure capitalist sociability.

In the first moment, the research examines how the commodity form and abstract labor organize modernity, producing an impersonal domination mediated by value and money, which extends to social temporality and forms of life. We then analyze the work of Francisco de Oliveira, emphasizing his critique of dualistic reason, conservative modernization, and the problematic incorporation of labor into Brazilian capitalism. We highlight how, in the periphery, accumulation takes place through the fusion of absolute and relative surplus value, structural informality, and exclusion as a functional element, which erodes the material bases for the formation of a revolutionary subject. Nevertheless, we show that Oliveira remains anchored in the hope of emancipation via class struggle and state mediation, revealing the limits of his critical radicalism.

Thus, we present the categorial critique of Robert Kurz, who radicalizes the Marxian critique by interpreting labor not as the ontological foundation of emancipation, but as a historically specific social form of capitalism. Kurz diagnoses the structural crisis of valorization and the obsolescence of labor as a form of social mediation, understanding financialization and the state as expressions of a collapsing capital.

Finally, the comparison between Oliveira and Kurz highlights fundamental tensions between a social critique still situated within class-based Marxism and a negative critique that points to the historical exhaustion of this form of mediation, contributing to the contemporary debate on labor, crisis, and emancipation.

Keywords: capitalism; labor; value; crisis; critique of value.

SUMÁRIO

1.	Apresentação	08
2.	Introdução	13
2.1.	Procedimentos metodológicos	19
3.	Capítulo I: Trabalho em Marx: entre substância do valor e forma social histórica	20
3.1.	Trabalho a partir da teoria marxiana: análise sobre a modernidade	22
3.2.	Apropriações marxistas e um panorama entre o exotérico e esotérico	37
4.	Capítulo II: A incorporação problemática do trabalho em Francisco de Oliveira	47
4.1.	A ruptura com o dualismo e a crítica à modernização conservadora	47
4.2.	Trabalho abstrato e acumulação por barbárie na periferia	56
4.3.	Contraponto com o marxismo tradicional: a crítica ao sujeito revolucionário	60
4.4.	Para concluir Chico: teoria social como lamento lúcido	67
5.	Capítulo III: A crítica radical do trabalho em Robert Kurz	69
5.1.	Genealogia crítica da categoria trabalho	71
5.2.	Crítica da forma-valor e o sujeito automático	76
5.3.	Crise estrutural e obsolescência do trabalho	84
6.	Capítulo IV: Confronto teórico-crítico: aproximações e impasses	89
6.1.	O ponto de contato: o esgotamento da mediação salarial	92
6.2.	A bifurcação: crise da forma-salário em Francisco de Oliveira e crise da forma-trabalho em Robert Kurz	95
6.3.	O limite categorial da crítica do trabalho no pensamento social brasileiro	102
7.	À guisa de conclusão	105
8.	Referências bibliográficas	107

1. Apresentação

Antes mesmo de conhecer o conceito de capitalismo, a relação do mundo com o dinheiro me deixava curiosa. Ao divagar sobre como funcionava o mercado, ou como a sociedade se reproduzia, achava curioso o fato de que o dinheiro parecia algo mágico: um pedaço de papel ou um número em uma conta que, de alguma forma, determinava o que as pessoas podiam ou não fazer. A partir da relação com as ciências humanas entendi que o dinheiro realmente conservava em si uma série de práticas ocultas que contrariavam as leis naturais, que a detenção (ou não detenção) do dinheiro gerava relações de poder e hierarquia. Logo no ensino médio, ao assistir pela primeira vez o documentário *Ilha das Flores*¹, entendi que o dinheiro era uma espécie de linguagem comum entre produtores, vendedores e consumidores. E, desde então, se tornou inevitável pensar sobre o capitalismo.

Talvez seja o dinheiro a primeira distinção social que percebamos entre as pessoas; a desigualdade de gênero, por exemplo, pode ser percebida visualmente, mas, enquanto categoria social, ela precisa ser mediada por construções culturais e históricas. O dinheiro, por outro lado, carrega consigo uma diferença imediata e auto evidente – ele separa, define possibilidades e impõe limites. Como citado na epígrafe deste trabalho, é como se o dinheiro fosse um facilitador: ao pobre (detentores de menor quantidade de dinheiro), restaria a insistência e o sacrifício para viver no mundo do dinheiro. A história do meu interesse sobre o capitalismo não é linear, mas foi justamente essa percepção inicial sobre o dinheiro que me levou a uma questão ainda mais fundamental: o que sustenta essa estrutura? A resposta passa, necessariamente, pelo conceito de trabalho.

Se o dinheiro organiza a sociedade, é no trabalho que ele se produz e se reproduz. Desde cedo, aprendemos que trabalhar é o imperativo para garantir a sobrevivência, e também o meio de alcançar reconhecimento e dignidade. No entanto, o contato com a sociologia revelou uma contradição essencial: embora o trabalho seja apresentado como fonte de emancipação, ele também pode ser a principal forma de exploração. Essa tensão se tornou evidente ao observar como diferentes grupos sociais experimentam o trabalho de maneira desigual: para alguns ele é um caminho de ascensão, mas para a grande maioria o trabalho é sinônimo de precarização e esgotamento.

¹ Ilha das Flores é um curta-metragem documental brasileiro dirigido por Jorge Furtado em 1989. O filme constrói uma crítica à lógica do consumo, da propriedade privada e da desigualdade social, utilizando o percurso social e produtivo de um tomate como fio narrativo para expor os paradoxos da modernização e da exclusão no capitalismo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h30BO_6kFNM.

Com o tempo, percebi que essa contradição não era acidental, mas estrutural. O capitalismo não apenas organiza o trabalho, mas também o hierarquiza, atribuindo diferentes valores às ocupações e diferenciando quem pode desfrutar da "magia" do dinheiro e quem está condenado a persegui-lo sem descanso. A ideia de que vivemos em uma sociedade do trabalho me pareceu, então, tanto natural quanto problemática: se todos precisam trabalhar, por que alguns trabalhos são melhor remunerados e valorizados do que outros? Se o trabalho é central para a vida, por que tantas pessoas sofrem com ele? E acima de tudo, se o trabalho é essencial na nossa sociedade, o que faremos com a redução dos postos de trabalho?

Esses questionamentos me aproximaram da discussão sobre crise, momento em que tive a oportunidade de participar como bolsista de um projeto de pesquisa com o professor Dmitri Fernandes sobre a relevância de Robert Kurz para a teoria crítica. O que me levou a buscar autores que questionassem as bases do capitalismo, e foi nesse percurso que encontrei duas perspectivas críticas que, embora distintas, dialogam de maneira instigante: Francisco de Oliveira e Robert Kurz². Oliveira, partindo da realidade brasileira, analisa o desenvolvimento econômico do país a partir da informalidade permanente no mundo do trabalho, refletindo sobre como a modernização aqui se deu sem inclusão social plena. Kurz, por outro lado, oferece uma crítica mais ampla ao próprio conceito de trabalho, argumentando que sua centralidade na sociedade moderna não é apenas uma questão econômica, mas um problema fundamental da forma como organizamos a vida.

Inicialmente meu projeto de mestrado no PPGCSO visava explorar as dinâmicas de uberização do trabalho à luz da teoria da crise de Kurz e da teoria da informalidade de Oliveira. O trabalho empírico, que só poderia ocorrer após aprovação no Comitê de Ética da UFJF, seria demasiado denso para cumprir em cerca de 12 meses e, por esse motivo, decidi retomar a comparação teórico-conceitual entre Kurz e Oliveira que iniciei na monografia para obtenção da graduação em Ciências Sociais. Essa retomada se justifica também pela possibilidade de articulação mais madura das teorias em trabalhos e projetos futuros. No entanto, o esforço de comparação atual tem como objetivo um aprofundamento teórico mais robusto, conectado de maneira mais clara com o conceito de modernização.

Em “Nunca fomos tão modernos? Notas sobre o esgotamento da modernização no Brasil contemporâneo” (2025), Puzone reflete – ancorado em outros autores, como Paulo Arantes, Marildo Menegat, Francisco de Oliveira e Robert Kurz – o modo pelo qual a construção

² Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira (Recife 1933 – São Paulo, 2019), ou Chico de Oliveira, constrói sua crítica a partir da reflexão sobre o processo de modernização brasileiro, e Robert Kurz (1943 - 2012) funda a corrente da crítica da dissociação-valor (Krisis, 1998).

nacional da vez é voltada para a “gestão da barbárie”. Há contextualizações de um Brasil passado e presente, e se dedica a retomar as reflexões sobre centro e periferia do capitalismo, recuperando a ideia de Arantes, 2004, de que o Brasil, considerado uma potência periférica, seria a representação da linha de chegada da modernidade. Segundo Puzone:

A crise múltipla que assombra a maior parte do mundo, entrelaçando crises econômicas, políticas, ambientais e as formas de dominação masculina, também pode ser entendida, em parte, a partir daquela defasagem resultante da própria expansão da modernidade. No Brasil, isso não seria diferente. Mais do que um lugar que oferece a imagem do futuro da sociedade burguesa, o país acompanha de perto algumas das tendências mais intensas do capitalismo (Puzone, 2025, p. 299).

Essa afirmação é respaldada pela história recente que temos no país, palco de manifestações desarticuladas que culminaram, assim como em outros países, com a ascensão da extrema-direita. Esse resultado político não é aleatório, é reflexo de uma democracia burguesa que vive em um capitalismo constantemente em crise. Nesse sentido, cabe observar principalmente como se comporta a categoria trabalho no contexto em questão:

Por um longo período, a inserção na modernidade capitalista foi pensada no Brasil por meio do emprego estável – isto é, pela carteira assinada, para ser mais preciso. Agora que a estabilidade foi substituída pelo mantra da flexibilização e do empreendedorismo, a integração na sociedade capitalista passa a ser pensada de forma cada vez mais negativa. Os que se imaginam de fora e que vivem da mão para a boca querem encontrar qualquer trabalho. Enquanto for possível ganhar algum dinheiro, toca-se o barco. Algo semelhante parece valer para as fronteiras entre atividades legais e ilegais, legítimas e violentas. Se muitos acreditam que não há outro meio de viver senão trabalhar em troca de dinheiro, então não valeria a pena ingressar naquelas atividades? (Ibid. p. 301)

Nesse pano de fundo que é a realidade, penso que Kurz e Oliveira, cada um à sua maneira, me ajudaram a aprofundar uma inquietação inicial: o trabalho seria, de fato, a base da emancipação social, ou estaríamos presos a um sistema em que ele apenas perpetua desigualdades? Essa questão se tornou o eixo central desta pesquisa, que busca compreender como as críticas de Oliveira e Kurz ao capitalismo se intersectam e se diferenciam, especialmente no que diz respeito às interpretações desses autores sobre a categoria trabalho, e como se dá a apropriação de cada um das críticas realizadas por Karl Marx.

A partir dessa análise comparativa, espero não apenas esclarecer as contribuições críticas desses autores, mas também refletir sobre as implicações mais amplas de seus achados, incrivelmente atuais em relação aos processos de decomposição do capital que observamos nos dias de hoje. Em um momento em que o trabalho se torna cada vez mais instável, a automatização avança e a precarização se intensifica, revisitar esses debates se mostra

fundamental para pensar o presente e o futuro do capitalismo.

Para tanto, a fim de desenvolver essa perspectiva crítica, esta pesquisa se apoia, prioritariamente, nas obras de Robert Kurz e Francisco de Oliveira, autores que, embora inscritos em tradições intelectuais distintas, convergem em certa medida na crítica às formas sociais fetichistas do capitalismo. De Robert Kurz, destaca-se a leitura categorial da crise do valor, especialmente tal como formulada em *O colapso da modernização*³, *A crise do valor de troca*⁴, *A ditadura do tempo abstrato*⁵ e *Ler Marx!*⁶, nas quais o autor propõe uma ruptura com o marxismo tradicional ao identificar o trabalho abstrato como o núcleo fetichista de uma sociabilidade automatizada. De Francisco de Oliveira, mobiliza-se a crítica formulada em *Crítica à razão dualista/O'Ornitorrinco*⁷ e *Os direitos do antivalor*⁸, que reposiciona a leitura do subdesenvolvimento como expressão periférica da crise da forma valor, em especial ao tratar do “trabalho abstrato virtual” e da obsolescência da mediação assalariada. A aproximação entre esses dois autores justifica-se pelo interesse comum em pensar a decomposição da regulação moderna, econômica e política, a partir das próprias contradições internas da forma-valor.

Além das obras principais de Kurz e Oliveira, o trabalho contará com o apoio teórico de outros autores, decisivos para a sustentação e aprofundamento da argumentação. Nesse sentido, Moishe Postone, Werner Bonefeld e Paulo Arantes são figuras centrais na exposição do

³ Livro publicado pela primeira vez em 1991, discutindo a derrocada do socialismo após a Guerra Fria e a crise econômica mundial, em que Kurz argumenta que mesmo o capitalismo tendo saído vitorioso desta Guerra, o atual sistema de produção estaria caminhando para uma “falência em proporções catastróficas”, ou seja, para um futuro colapso (Kurz, 2004).. Este é um dos livros de Kurz mais conhecido no Brasil e bastante polemizado pelos marxistas tradicionais, em 1993 a Revista Novos Estudos publicou 3 resenhas críticas do livro de Kurz, escritas por Luiz Carlos Bresser Pereira, José Arthur Giannotti e Francisco de Oliveira (Novos Estudos, n 36, ed 2).

⁴ Ensaio publicado pela primeira vez em 1986 no primeiro volume da revista Marxistische Kritik, em que Kurz fundamenta como a crise deriva da contradição entre a produtividade material condicionada pelo capitalismo e o aprisionamento no valor como mediação social.

⁵ Artigo publicado por Robert Kurz em 1991 pela Revista Krisis. Nele, Kurz (2020) aprofunda a crítica à forma temporal do capitalismo ao afirmar que o tempo abstrato constitui uma das expressões centrais da dominação social moderna. Neste artigo o autor faz uma genealogia do conceito de trabalho, argumentando que a aceleração do tempo no capitalismo não é técnica ou contingente, mas resulta da lógica impessoal do trabalho abstrato e da autovalorização do valor.

⁶ Neste livro Kurz faz análise das obras de Marx concluindo a existência de um duplo Marx, o Marx exotérico, apropriado pelos teóricos da luta de classes e representante de movimentos políticos, e o Marx esotérico, crítico que historiciza o modo de produção capitalista estabelecendo o valor, e por conseguinte o trabalho, como formas de mediação social estruturais da manutenção deste sistema.

⁷ Crítica à razão dualista (1972) é certamente um dos ensaios mais populares de Chico, com cerca de 100 páginas Oliveira desenvolveu uma análise da sociedade brasileira de modo interdisciplinar e indo na raiz dos conceitos marxianos, formulando a tese contrária à Cepal de que os países subdesenvolvidos deveriam investir em modos de superação do atraso. Neste ensaio ele mostra como o atraso se constitui como o lado da mesma moeda do desenvolvimento moderno brasileiro. Mais tarde, o autor revisita este ensaio e elabora O Ornitorrinco (2003), ensaio que ele revê as críticas e estabelece que o Brasil constitui uma criação destruidora, que não segue os rumos evolucionistas no âmbito do desenvolvimento, tal qual o mamífero que bota ovos.

⁸ Publicado pela primeira vez em 1998, o livro reúne ensaios escritos por Francisco de Oliveira durante os anos 1990. Nele, Oliveira passa a tratar da crise da regulação assalariada e da ascensão de formas descoladas da mediação clássica entre capital e trabalho.

conceito de trabalho abstrato como forma de mediação social e temporalidade histórica. Eles contribuem também para a crítica à ontologia do trabalho e para a análise da abstração real como forma de dominação; a interpretação desses autores dialoga com a teoria crítica do valor no sentido em que assimilam os escritos maduros de Marx, sobretudo em relação às categorias de mediação social no capitalismo.

2. Introdução

A presente pesquisa se insere no campo da sociologia, mais especificamente em uma área cinzenta entre a sociologia política e a teoria crítica. Os autores mobilizados são de certa maneira intérpretes das crises de expansão, manutenção e retração do capitalismo, e de como esse modo de produção se instala e se promove em um movimento de automatismo. Quando pensamos o capitalismo no Brasil, alguns autores abordam como se o mesmo fosse uma sucessão de milagres (Holanda, 2000), alguns como uma sucessão de catástrofes (Arantes, 2007), e ainda há aqueles que veem o Brasil como um corredor na maratona do progresso (Furtado, 2005). Fato é que, o capitalismo, enquanto sistema histórico de produção e reprodução social, tem sido objeto de críticas radicais desde sua consolidação como modo de produção dominante. (Bonifacio, 2023)

As obras clássicas de Francisco de Oliveira, sobretudo "Crítica à Razão Dualista" (1972) e "O Ornitórrinco" (2003), se colocam como interpretações alternativas do processo de modernização do Brasil. De certa maneira o pensamento de Oliveira reflete um marxismo situado na tradição da crítica da economia política aplicada às formações sociais periféricas, que combina críticas ao desenvolvimentismo, inspirado principalmente por seu mestre, Celso Furtado, e o diálogo com a teoria da modernização do Brasil, resgatando os ensinamentos de Marx à sua maneira (Barbosa, 2019). Segundo Alexandre Barbosa, intelectual e amigo de Chico de Oliveira, para quem o autor concedeu diversas entrevistas:

O aprendizado com Furtado lhe aprumara o sentido para ver o mundo. As categorias marxistas e a dialética tornaram o seu olhar ainda mais aguçado, dando-lhe asas para voar e conquistar a sua autonomia. Raros os livros de Chico em que ele cita Marx. Mas o velho barbudo lhe corria nas veias. A grandeza de Chico estava em agregar valor ao real – sentido, sofrido e auscultado – por meio de sua lucidez analítica. (Barbosa, 2019, sp)

O autor é natural de Recife, Pernambuco, cidade onde se formou como economista e sociólogo. Após o período de formação atuou na Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e em sua atuação profissional teve contato com as ideias desenvolvimentistas de Celso Furtado. A experiência prática o levou a questionar as interpretações tradicionais sobre o subdesenvolvimento, culminando na conhecida obra, "Crítica à Razão Dualista" (1972). Sua trajetória intelectual, marcada pelo rigor teórico e pelo engajamento político, oferece ferramentas fundamentais para compreender a formação social brasileira e os limites do

desenvolvimento

nacional⁹.

Oliveira parte da análise de que o processo de modernização no Brasil não segue os mesmos rumos que os países do centro do capitalismo, percebendo que a modernização à brasileira se estrutura a partir de um dualismo periférico que supera a divisão dual “normal” entre atraso e progresso, pois aqui, setores modernos e arcaicos coexistem de forma contraditória. Ao se deparar com o Brasil já após a hegemonia neoliberal e identificar o país como um animal ornitorrinco, resultado aleatório da evolução, ele afirma:

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. (Oliveira, 2003, p. 150)

Oliveira afirma que nas condições periféricas as pessoas e instituições são quase obrigadas “a fazer ‘progresso’, entre aspas, pela via atrasada” (Oliveira, 2012, p. 605), e foi assim que a informalidade subsidiou, e subsidia, a acumulação capitalista na realidade brasileira. Em “Crítica À Razão Dualista”, ele demonstra que o atraso não era um resquício pré-capitalista, mas parte constitutiva da acumulação capitalista periférica. Para ele, o Estado brasileiro não funcionava como um promotor autônomo do desenvolvimento, mas sim como uma instância de reorganização da dependência, onde se articulam interesses das elites locais e do capital internacional. Essa abordagem inovadora permitiu repensar a dependência e o atraso não como um estágio superável, mas como uma estrutura permanente do capitalismo brasileiro.

Robert Kurz, “principal expoente do círculo teórico de Nuremberg”¹⁰, desenvolve uma crítica que supera as análises tradicionais alicerçadas no ideal de política do bem-estar social. Em “O Colapso da Modernização” (1992) e “Últimos Combates” (1998) o autor evidencia a

⁹ Informações biográficas retiradas da seção Bionotas do site da SBS, escrita por Ruy Braga e disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/francisco-de-oliveira/>. Há fragmentos que foram assimilados a partir da mesa “Chico de Oliveira e seus interlocutores” do Seminário Chico de Oliveira, intérprete do Brasil, composta por Cibele Rizek (CeNedic / IAU-USP), Alexandre Barbosa (IEB-USP) e Carlos Fernandez da Silveira (IPT-USP) com mediação de José Lira (Centro MariAntonia/ FAU-USP), o evento foi promovido pelo Centro MariAntonia da USP em 07 de novembro de 2023.

¹⁰ Barreira, Marcos.; Gomez, André Villar. Apresentação In: Kurz, R. A crise do valor de troca. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2018.

ideia de que o capitalismo estava passando por sua crise final. Inspirado pela teoria crítica clássica da Escola de Frankfurt, sobretudo por Adorno e Horkheimer, e pela corrente alemã da crítica do valor (*wertkritik*), Kurz (1992) radicaliza ao demonstrar que a crise terminal do capitalismo emerge de sua contradição imanente: a autovalorização do valor, que, ao tornar o trabalho obsoleto (Kurz, 2018), esgota sua própria base material. Tese que ecoa, mas vai além, da “lei da queda tendencial da taxa de lucro” de Marx (Postone, 1993, p. 45). De acordo com Kurz, a Terceira Revolução Industrial tornou ultrapassada a base que mantém o capitalismo - o trabalho - de modo que a promoção do esgotamento da forma-valor provocaria um colapso final, e não apenas uma crise conjuntural (Kurz, 2004; Kurz, 2018). A tradição da crítica do valor se “opõe diametralmente ao que [se] denomina de “marxismo do movimento operário” e/ou “marxismo tradicional” (Hilário, 2019, p. 256, grifos nossos). Em suas produções, Kurz desloca o foco da exploração do trabalho para a fetichização do valor como forma social totalizante, onde o próprio trabalho abstrato é uma categoria histórica a ser superada (Scholz, 2021).

Nascido na Alemanha, Robert Kurz foi um autodidata que rejeitou a carreira universitária, posicionando-se como um “vira-lata da crítica social” (Jappe, 2024). Em 1986, cofundou a revista *Krisis*, marco da crítica do valor, que denunciava a crise terminal do capitalismo a partir da contradição entre avanço tecnológico e produção de valor. Seus livros e ensaios, como *O Colapso da Modernização* (1992) e *Razão Sangrenta* (2010), destacam-se pela tese de que o capitalismo depende de “capital fictício” (dívidas) para adiar seu colapso. Kurz morreu em 2012, deixando um legado de críticas ao fetichismo do trabalho e ao Iluminismo, mas também polêmicas sobre seu “catastrofismo” e sua distância das lutas identitárias.

Sua obra ganha relevância por três motivos principais: primeiro, Kurz rejeita tanto o neoliberalismo quanto o marxismo ortodoxo, argumentando que ambos compartilham uma fé ingênua no progresso e no trabalho como categorias centrais. Sua tese sobre o “colapso da modernização” (2004 [1992]) revela como a transição pós-socialista nos países do Leste Europeu reproduziu formas de barbárie social, não de desenvolvimento. Como destacado por Anselm Jappe (2024), Kurz encontrou ressonância no Brasil durante as crises econômicas dos anos 1990, onde sua teoria da crise financeira como sintoma do esgotamento da acumulação capitalista foi recebida como uma crítica contundente ao neoliberalismo periférico. Além disso, o conceito mencionado de “capital fictício” (a economia baseada em dívidas e especulação) antecipou debates sobre a financeirização global, enquanto sua rejeição ao fetichismo do trabalho ecoa em discussões contemporâneas sobre automatização e crise ecológica. Sua marginalidade acadêmica reforça a originalidade de seu pensamento, de modo que a não

inserção em ciclos acadêmicos formais não constitui limitação, mas condição para sua originalidade.

Embora a crítica ao capitalismo e à modernização tenha ocupado lugar central nas Ciências Sociais latino-americanas (Fernandes, 1975; Cardoso & Faletto, 1970; Marini, 1973; Oliveira, 1972), persiste uma lacuna analítica sobre como diferentes vertentes marxistas interpretam a categoria trabalho diante da crise contemporânea do capital. Procuro demonstrar que a comparação entre esses dois autores revela não apenas divergências quanto à função histórica do trabalho e do Estado, mas também uma complementaridade teórica que ilumina a modernização como processo contraditório e potencialmente autodestrutivo. Oliveira (2003) argumenta que, na periferia, a modernização é atravessada pela superexploração do trabalho e pela reprodução da dependência estrutural; já Kurz (2004; 2018) aponta que, no capitalismo globalizado, a modernização impulsiona a crise da forma-valor, tornando o trabalho obsoleto e o próprio capital insustentável. Essa análise implica que as promessas históricas da modernização encontram seus próprios limites internos, exigindo uma crítica radical das formas sociais capitalistas como condição de emancipação.

A partir do problema de pesquisa, desdobra-se uma questão específica: como cada autor concebe a categoria trabalho e suas implicações para a crítica social? De modo que seguimos como objetivos, i) reconstruir a crítica da categoria trabalho a partir das elaborações de Robert Kurz e Francisco de Oliveira, atentando para as tensões internas entre suas matrizes teóricas; (ii) identificar em que medida esses autores se afastam da tradição marxista centrada na ontologia do trabalho e na centralidade da classe; e (iii) examinar como essa inflexão crítica contribui para compreender os impasses da sociabilidade capitalista contemporânea, marcada pela crise da forma valor e pela desarticulação das mediações político-sociais herdadas do século XX.

A partir desses objetivos, o trabalho dialoga, de maneira transversal, com outro campo teórico: a sociologia do trabalho, isto é, o debate contemporâneo sobre informalização, precarização do trabalho e crise do emprego estável. Autores como Ricardo Antunes (2018) e Ruy Braga (2017), que estão na contramão da crítica do valor-trabalho, analisam essas transformações a partir de uma matriz marxista centrada na ontologia do trabalho e na centralidade da classe, concebendo a precarização como resultado de estratégias recentes do capital, que embora seja regressiva, não invalida a possibilidade de reorganização política do trabalho como sujeito histórico.

As perspectivas críticas de Oliveira e Kurz diferem desse enfoque ao deslocarem a análise da precarização do âmbito das formas de emprego para o âmbito das categorias sociais fundamentais ao capitalismo. Assim, temos que nas teorias de Chico, a informalidade aparece como componente orgânico da reprodução do capital nas formações periféricas. Enquanto em Kurz, a precarização aparece como sintoma da crise estrutural da valorização. Nesse sentido, a contribuição de ambos consiste na elucidação de limites teóricos das abordagens que ainda tomam o trabalho como fundamento normativo da crítica e da emancipação social, superando o mero diagnóstico alternativo sobre o mundo do trabalho.

Temos ainda a intenção de contribuir para o debate político contemporâneo ao questionar os limites históricos do trabalho como mediação emancipatória. Em um contexto de crise estrutural e desemprego em massa, é necessário retomar a questão da sociedade pós-trabalho: será possível reorganizar a vida social sem a centralidade do emprego assalariado? Pensando ainda que mães e pais com filhos em idade escolar estão plenamente cientes de que seus filhos estão estudando para profissões que não existem, será que faz sentido um mundo organizado em torno da lógica laboral enquanto a natureza padece, sem a certeza de que será possível respirar em um mundo após os desastres provocados pelas mudanças climáticas?¹¹.

A crítica de Kurz aponta que o trabalho permanece central, mesmo em tempos de obsolescência técnica, o que aprofunda sua função destrutiva e fetichizada. De certa forma, este confronto também tensiona as alternativas ao capitalismo: pela organização via Estado, como de certo modo acredita Oliveira, ou por uma ruptura da lógica do valor, como sugere Kurz (Oliveira, 2003; Kurz, 2004).

Para fins metodológicos, utilizaremos o método comparativo e pretendemos tecer a análise em 4 capítulos. O primeiro será sobre a natureza da categoria trabalho em Marx, elucidando os conceitos de trabalho concreto e abstrato, valor e fetiche, introduzindo a cisão presente nas interpretações do clássico, resultando no que Kurz nomeia de duplo Marx – o exotérico e esotérico; o segundo, sobre incorporação problemática do trabalho em Francisco de Oliveira, mostrando que no diagnóstico que o autor faz do Brasil não há um rompimento concreto com o “marxismo do movimento operário”, o que resulta na manutenção da centralidade estratégica do trabalho; no terceiro capítulo será exposto como Robert Kurz realiza a crítica radical do trabalho, explorando a crítica da forma valor, do trabalho abstrato e da modernização autodestrutiva. Por fim, no quarto e último capítulo, realizaremos o confronto teórico-crítico, evidenciando as aproximações e os impasses entre Kurz e Oliveira.

¹¹ Aquecimento global reduz o oxigênio nos oceanos. IHU: 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/634623-aquecimento-global-reduz-o-oxigenio-nos-oceanos>;

Oliveira (2003) argumenta que o capitalismo periférico se organiza a partir de uma configuração estruturalmente contraditória, na qual formas sociais frequentemente identificadas como arcaicas (por exemplo, agricultura familiar, trabalho informal e os baixos salários) não constituem resquícios de um pré-capitalismo, tampouco constituem entraves ao desenvolvimento, mas são, na verdade, elementos funcionais à própria modernização. A modernização, portanto, não se realiza pela superação dessas formas, mas por meio de sua incorporação permanente, produzindo uma dinâmica em que crescimento econômico e exclusão social coexistem de maneira orgânica. Kurz (2004) vê o desenvolvimento do capitalismo pela mediação do trabalho, mesmo em suas mutações “tardias” ou “periféricas”, como parte de um sistema global em colapso irreversível. Assim, como hipótese preliminar percebemos que Chico de Oliveira ainda se mantém preocupado em analisar as formas de exploração, não indo de encontro pleno com a teoria crítica do valor que vê no trabalho a categoria de mediação do capital que deve ser superada. O brasileiro não rompe com o marxismo da luta de classes, mas reformula criticamente a centralidade política da classe trabalhadora. Em termos de Robert Kurz, poderíamos dizer que Chico oscila entre o marxismo exotérico e um esotérico incipiente.

2.1. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa adotará uma análise bibliográfica e comparativa conceitual de base crítica para examinar como Chico de Oliveira e Robert Kurz constroem suas críticas às categorias trabalho e capitalismo. O corpus será composto por textos fundamentais dos autores mencionados anteriormente.

As principais publicações de Kurz se concentram na década de 1990 e início da década de 2000, embora tenha atuado na Revista Krisis desde 1986, ano de sua criação. A principal obra de Francisco de Oliveira é de 1972, década em que lançou outras obras que compõem as principais produções do autor. No início da década de 2000, Oliveira revisita o clássico “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista” e lança mão de “O Ornitorrinco”, excerto que pensa a condição do atraso em um estágio em que a economia está seguindo por vias neoliberais. O texto “O Ornitorrinco”, publicado originalmente em 1998 (Novos Estudos CEBRAP, nº 50), é um ensaio no qual Chico de Oliveira revisita e responde a críticas feitas a sua tese de 1972, além de atualizar sua análise sobre as transformações do capitalismo brasileiro nos anos 1990, em que a economia política passou a ser adjetivada pelo neoliberalismo, pela financeirização e pela desindustrialização. Apesar de compararmos autores que desfrutaram de uma base marxiana, temos de considerar os momentos distintos de reflexão, e também o espaço.

A abordagem seguirá a construção de genealogia conceitual, sobretudo do conceito de valor e trabalho abstrato, seguida pela comparação. A comparação será estruturada a partir da leitura dos textos dos autores, e alicerçada nas interpretações de Kurz no Brasil, como por exemplo nas resenhas brasileiras que recepcionaram “O colapso da modernização” publicada pela Novos Estudos (1993, n 36; n 37), assim como nas entrevistas concedidas por Oliveira que mencionam a obra de Kurz, e também pelas citações que ele faz ao teórico crítico do valor. Assim será possível contrastar não apenas os conteúdos, mas também os enquadramentos teórico-políticos que diferenciam a crítica situada de Francisco de Oliveira da crítica radical da valorização de Robert Kurz.

3. Trabalho em Marx: entre substância do valor e forma social histórica

Em *Ler Marx!*, Kurz (2018) observa que existe uma cisão nas interpretações marxistas. Ele pontua que há os teóricos que tecem análises baseadas em um Marx do movimento operário, e sinaliza para a necessidade da teoria crítica voltar-se para análise a partir de um Marx maduro, que teorizou como o trabalho abstrato criou uma forma social que parece natural, mas que opera como estrutura de dominação impessoal e compulsiva. A partir dessa reflexão, o autor divide o marxismo em dois eixos: exotérico e esotérico. Exo, para fora, caracteriza o marxismo externalizado, mais mobilizado e difundido, “o Marx exotérico é o teórico voltado positivamente para o desenvolvimento imanente do capitalismo” (Kurz, 2018, sp). É o Marx assimilado pelo marxismo tradicional¹², que interpreta o movimento da modernidade como o movimento protagonizado pelo sujeito revolucionário, que ao tomar consciência da exploração promoverá a ascensão do proletariado por meio da luta de classes. O Marx esotérico, para dentro, é como se ainda não tivesse sido explorado o suficiente, que na análise de Kurz é o Marx que pensa “voltado para a crítica categórica do capitalismo” (Ibid).

Ao elaborar essa cisão entre as teorias de Marx, Kurz visa lançar luz nos estudos sobre o capitalismo como um sistema social total, em que as análises carecem dos elementos de uma crítica categorial, afinal

O todo negativo do capitalismo não deixa de agir em sua existência real apenas porque é ignorado conceptualmente e porque não queremos mais olhar na sua direcção: "A totalidade não vos esquece", como bem escarneceu o teórico da literatura inglês Terry Eagleton. [...] Poder-se-ia trocar esta metáfora um tanto estranha por outra: o marxismo esconde um esqueleto no armário, que já não pode ficar escondido. Ou seja, tanto a contradição entre a teoria de Marx e a sua recepção pelo antigo movimento operário, como as contradições no interior da própria teoria de Marx chegaram a tal ponto de maturação no final do século XX que a reactivação desta teoria e a sua actualização renovada já não pode ocorrer à maneira antiga. (Kurz, 2018, sp)

Para recuperar a crítica de modo categorial seria necessário recuperar o Marx esotérico, que esteve reprimido, porque

Como o horizonte de desenvolvimento capitalista interno se dissipou, já não se pode formular uma oposição emancipatória nas categorias do moderno sistema produtor de mercadorias. Porém, isso também significa que simplesmente não se pode mais lutar contra um inimigo externo facilmente definível (a "classe proprietária", as "forças reacionárias", o "imperialismo" das potências estabelecidas há muito tempo, etc.), mas que também a própria forma de sujeito e de acção (constituída à maneira capitalista) está posta em causa. (Kurz, 2018, sp)

¹² Como exemplos de assimilação dessa vertente teórica ver Lukács, 2003, que apesar de tecer uma reflexão crítica acerca da reificação mantém em sua teoria a possibilidade da tomada de consciência do proletariado; Fernandes, 2008; Antunes, 2018; Nelson Coutinho, 1989.

Com ele, podemos questionar o rumo do processo de modernização como um todo lógico e histórico, e não como um processo de desenvolvimento que estabelece estágios de progressão de forças produtivas. Ao se apropriar somente do Marx exotérico

A forma de sujeito da troca de mercadorias, a transformação de força de trabalho em dinheiro e de capital-dinheiro em mais-valia (lucro) não é questionada no seu "quê" e "porquê", mas apenas no seu "como" funcional, tal como os cientistas só analisam o "como" das chamadas leis naturais. A primeira dificuldade na crítica categórica do capitalismo consiste, portanto, em retirar essas categorias do seu estatuto de obviedade tácita, tornando-as explícitas e só assim criticáveis. (Kurz, 2018, sp)

Para Kurz, recuperar o Marx esotérico é uma tarefa urgente, pois o capitalismo atingiu um grau de maturação em que não é mais possível opor-se a ele com base apenas em suas contradições externas (como classes dominantes ou imperialismo). O problema passa a ser a própria forma social do sujeito moderno, como ele sintetiza: “o horizonte de desenvolvimento capitalista interno se dissipou, já não se pode formular uma oposição emancipatória nas categorias do moderno sistema produtor de mercadorias.” (Kurz, 2018, s/p)

3.1. Trabalho a partir da teoria marxiana: análise sobre a modernidade

Os conceitos mobilizados pelo Marx dito esotérico, centrais tanto em Kurz como em Oliveira, são o eixo central da influência marxista na obra desses autores. A categoria valor constitui o núcleo da crítica marxiana ao modo de produção capitalista. Por consequência, as contradições abordadas por Marx entre trabalho concreto e abstrato, e sobre o fetichismo da mercadoria se tornaram centrais tanto na crítica marxiana como nas críticas que tecem a análise do capitalismo pela perspectiva da totalidade. A partir desses conceitos procuramos entender que ao analisar o capitalismo a questão não é meramente de distribuição de riqueza, mas os próprios fundamentos da sociedade baseada no trabalho abstrato e na valorização do valor. (Kurz, 2018).

Apesar de refletir sobre a sociedade em transição no final do século XIX, a reflexão de Marx se mantém contemporânea, afinal “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (Marx, 2013, p. 97) e a mercadoria individual segue sendo a forma elementar da nossa sociedade. O momento histórico ao qual Marx se dedica é marcado por uma série de transformações que mudaram a estrutura social das sociedades, justamente quando as comunidades se tornam sociedades alocadas em cidades. Na obra “A Ideologia Alemã”, Marx (2007) descreve que existem 3 momentos que marcam o ato histórico que culminou na organização capitalista, são eles: 1) produção da vida material; 2) produção dos meios que satisfaçam as necessidades; e 3) conclusão da ação de satisfação que conduz a novas necessidades. Os burgos então passaram a ser o palco para esses momentos, assim no modo de produção capitalista, a mercadoria se tornou a essência da produção da vida, das satisfações e da criação de novas necessidades.

Além da mudança no âmbito das relações, Marx ressalta que há uma transição para o direito privado, em que cada indivíduo passa a deter propriedades, e então ele percebe a dialética entre particular – totalidade – particular. A sociedade civil é o terreno dos particulares, enquanto a totalidade passa pela ordenação dessas fragmentações pelo Estado. O autor é vanguardista ao perceber que na sociedade capitalista, a forma de socialização reinante é uma forma que separa as pessoas, as torna particulares.

Em outro texto de sua juventude, Sobre A Questão Judaica, publicado pela primeira vez em 1844, Marx aborda a cisão fundamental que ocorreu no mundo burguês. Nesse texto, Marx discute sobre o que viria a ser a emancipação humana a partir da análise da reivindicação da emancipação política por judeus em uma Alemanha que estava em posição de atraso em relação à França e Inglaterra em termos políticos e econômicos. A emancipação não é objeto direto da presente análise, mas entendermos esse conceito nos permite elucidar como críticas marxistas

podem ser esvaziadas ao não considerarem a impossibilidade da emancipação humana. (Marx, 2010)

Marx vê todo esse movimento como contraditório, pois para ele a emancipação política demandaria a emancipação humana. À época esta última não seria possível, uma vez que o Estado alemão era cristão. Além de levantar uma questão religiosa, esse texto nos leva a indagar sobre como lidamos com generalidades e identidades na democracia burguesa, pois afinal, existem minorias em meio a maiorias.

Nos burgos, os indivíduos passaram a acumular riquezas que não acompanhavam o *status* político que possuíam. A emancipação política, então, criou mecanismos abstratos de judicialização do indivíduo que os tornaram sujeitos de direito e do dinheiro. Marx construiu uma análise em que destaca o privado em contraposição ao público, ao passo que a cisão do mundo burguês permitiu a eclosão de um mundo particular, em que se inaugura a noção de privacidade. A igualdade era garantida na liberdade de que todos pudessem concorrer entre si, o que não une os indivíduos, mas sim, os separa. Ou seja, o indivíduo passou a ser dividido como cidadão, no âmbito da esfera pública e em sua relação com o Estado, em que se tornou juridicamente igual; e homem, no âmbito da esfera privada, socialmente separado, reservado às questões da vida econômica, o que implica em socialmente desigual. Assim, “a vida política burguesa se declara como um simples meio, cujo fim é a vida da sociedade burguesa” (Fernandes e Rodrigues, 2024, p. 15). Fernandes e Oliveira 2023 exploram mais detidamente a contradição entre o homem e o cidadão e pontuam que

Direitos do homem, como Marx bem sublinha, nada mais passam do que os direitos do humano burguês, que se circunscrevem à igualdade, liberdade, segurança e propriedade privada (Marx, 2010, p. 48). Tais atributos próprios à sociedade burguesa seriam elevados à categoria de “naturais” e garantidos à força de polícia, em última instância, por meio desse mesmo Estado político emancipado. (Fernandes e Oliveira, 2023, p. 115 - 116)

Os princípios destacados, e naturalizados, operariam como meios para o funcionamento do aparato burguês.

Ao compreender a organização do capitalismo a partir de suas contradições, Marx (2013) destaca como as relações tidas como lógicas ou naturais são, na verdade, relações que operam como engrenagens para a “máquina funcionar”. As relações de trocas, por exemplo, não são apenas a troca de uma coisa por outra, as coisas se reduzem a uma terceira, que não tem natureza propriamente física ou material: o dinheiro. No entanto, a mercadoria não se reduz à sua forma dinheiro; ao esmiuçar o que viria a ser mercadoria, o autor concebe que a propriedade comum a todas mercadorias é, na verdade, o trabalho. Embora ele esteja abstraído na utilidade das mesmas. (Marx, 2013)

Marx coloca que “todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso” (Marx, 2013, p. 104). O trabalho útil e específico, trabalho concreto, está ligado à qualidade e função do que se produz. No entanto, as mercadorias só podem ser trocadas no mercado quando há uma relação de equivalência, e para se equivaler as mercadorias deve haver trabalho humano abstrato, isto é, trabalho sem qualidade específica, apenas como quantidade de tempo de trabalho. Nesse processo, o trabalho concreto assume a forma de manifestação do trabalho abstrato, que constitui valor. (Marx, 2013)

A crítica marxiana afirma que a valorização das mercadorias depende da abstração do valor de uso. No processo de trocas mercantis o valor de troca, abstração da relação comercial em dinheiro, passa a se autonomizar do valor de uso. “Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca” (Marx, 2013, p. 97)

A quantidade de dinheiro que uma mercadoria vale não reside somente no valor de uso que aquela mercadoria possui; por exemplo, o preço de um casaco não é definido apenas pela qualidade de ser um objeto que protege do frio. A parte quantitativa dessa relação se constitui como valor de troca, que se refere “à proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (Marx, 2013, p. 97). Valor de troca, portanto, seria a manifestação da equivalência entre as mercadorias. Num circuito econômico o valor de troca é determinado pela quantidade de dinheiro, mas o valor de troca consiste na equivalência, na legitimidade de uma mercadoria poder ser trocada por outra. Nesse sentido, um casaco equivale a 2 braças de linho, a possibilidade dessa troca existir em termos objetivos expressa o valor de troca. Nesses termos, o valor de troca aparece como algo acidental e relativo, no entanto, ele é uma contradição em seus próprios termos.

Assim surge o conceito central da crítica marxiana, o valor. Mercadorias só são mercadorias por serem algo com duplo caráter, isto é, são objetos de uso mas também são suportes de valor. O valor não é uma característica sensível, que pode ser tocada, embora a mercadoria seja. A objetividade do valor é de natureza social, o caráter do valor não é derivado das propriedades físicas da mercadoria, mas sim do fato de que a mercadoria expressa uma relação social fundada no trabalho humano abstrato. Nessa medida, o valor se constitui como forma específica de uma objetivação social, cuja grandeza é determinada pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário despendido em sua produção. Nesse sentido, o valor

só aparece mediante a relação social, como uma mediação entre as mercadorias. Assim, temos que o valor não é uma qualidade natural da mercadoria, é uma realidade social, resultado do trabalho humano historicamente determinado que se manifesta na troca.

Em *O Capital*, Marx mostra que o valor de uma mercadoria não se manifesta de forma isolada, mas apenas na relação de equivalência com outra. Assim, quando um casaco equivale a certa quantidade de linho, o valor do casaco aparece expresso no valor de uso do linho, que assume a função de equivalente. Esse movimento gera uma inversão fundamental: aquilo que é, em si, um objeto útil (o tecido) passa a representar algo distinto, o valor do casaco. Desse modo, o valor não é um atributo natural ou palpável da mercadoria, mas uma determinação social que só se torna visível na troca, quando o valor de uso de uma mercadoria serve de forma de expressão para o valor de outra.

Marx explica que, embora todo trabalho concreto (como tecelagem ou alfaiataria) compartilhe a qualidade universal de ser dispêndio de força humana, na forma de valor ocorre uma inversão: o trabalho concreto de uma mercadoria aparece como expressão do trabalho abstrato que constitui o valor de outra. Assim, o trabalho específico de alfaiataria, quando funciona como equivalente ao linho, não vale em si como atividade concreta, mas como manifestação palpável daquilo que no linho aparece de forma abstrata, ou seja, o trabalho humano indiferenciado. Dessa forma, o que é trabalho privado (feito individualmente) assume, na troca, a forma de trabalho social imediatamente reconhecido. O paradoxo é que, na relação de equivalência, o trabalho concreto se apresenta como a expressão do contrário dele mesmo: o trabalho humano abstrato.

A forma de valor simples de uma mercadoria é, portanto, a forma simples de manifestação da oposição nela contida entre valor de uso e valor. O produto do trabalho é, em todas as condições sociais, objeto de uso, mas o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade “objetiva”, isto é, como seu valor. Segue-se daí que a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor. (Marx, 2013. p.115)

Marx demonstra que quando uma mercadoria específica assume a função de equivalente geral, ela expressa os valores de todas as outras, tornando-se representação universal do trabalho humano abstrato. Nesse processo, o valor das mercadorias se separa do simples uso e aparece como algo comum a todas, permitindo que se relacionem entre si não apenas como objetos úteis, mas como valores de troca. O valor de troca é a expressão da relação.

O processo de valorização das mercadorias que permite que elas sejam trocadas é o fato de todas serem produtos do trabalho. As mercadorias não se equivalem umas às outras pelo

dinheiro a que se reduzem, mas sim pela quantidade de trabalho empregada em sua produção, nesse caso, como oriundas de trabalho sem qualidade específica, apenas como quantidade de tempo de trabalho (Ibid). O trabalho humano, em sua forma independente, possui uma propriedade especial: igualar-se a todo outro trabalho humano. É por isso que qualquer trabalho privado só se torna social ao ser reconhecido como valor em uma mercadoria.

A abstração do trabalho propicia que o capitalismo coloque em cena o fetiche da mercadoria, conceito que define a naturalização do mundo das mercadorias, de modo que a mercadoria ganha autonomia em relação à própria produção do valor. O fetiche é como se fosse uma realização metafísica da mercadoria, em que o abstrato torna-se realidade, forma do valor abstrato universalizado.

A forma mais acabada dessa dominação impessoal do trabalho abstrato se manifesta, em Marx, por meio do conceito de fetichismo da mercadoria. No capítulo I de O Capital, o autor demonstra que, no capitalismo, as relações sociais entre os produtores não aparecem como relações diretas entre pessoas, mas como relações entre coisas. As mercadorias passam a se relacionar entre si no mercado como se possuíssem valor próprio, ocultando o fato de que esse valor é resultado do trabalho humano socialmente mediado.

Vimos que o conceito de valor se autonomiza ao ponto de parecer natural, que as coisas se produzem e se trocam como se fosse a ordem natural do mundo, como se fossem independentes da produção. Essa forma social que emerge da mercadoria é justamente a substância do fetiche, no entanto não é uma ideologia, ilusão ou feitiço místico promovido pela sociedade burguesa, é uma socialização real pautada na mercadoria.

O conceito em questão traduz a realidade do trabalho abstrato, não é uma simples ocultação da verdade por meio do processo de alienação entre sujeito e objeto, são “representações” que “acompanham e estruturam” a relação social (Artous in: Jappe, 2019). Tomando o trabalho abstrato como a redução efetiva da atividade humana a dispêndio de energia, temos que o fetichismo é a própria inversão real.

Ao perceber que a relação social se fantasia na relação imediata das coisas, ocorre a coisificação, em que as pessoas se relacionam como portadores de coisas e as coisas se relacionam socialmente. É na análise das metamorfoses da mercadoria, já no capítulo 3 do Capital, sobre o dinheiro e a circulação das mercadorias que Marx delineia essa relação como uma “antítese imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social” (Marx, 2013, p. 148). A vida social das coisas é mediada e medida pelo dinheiro, cujo ciclo é determinado como se fosse autônomo. Assim, os indivíduos não se reconhecem uns aos outros como sujeitos

que produzem socialmente, mas apenas como proprietários, compradores ou vendedores de mercadorias.

O caráter social do trabalho, que deveria aparecer como uma relação entre produtores, surge de forma mistificada como uma propriedade natural das coisas. É nesse sentido que Marx afirma que o fetichismo transforma produtos do trabalho em entidades aparentemente autônomas, dotadas de realidade social independente dos sujeitos que as produzem. A sociabilidade capitalista, portanto, assume uma forma objetiva, coisificada e opaca, na qual os próprios indivíduos se relacionam entre si por meio das coisas, e não diretamente como sujeitos sociais conscientes.

O ápice do fetichismo da mercadoria se realiza na forma do dinheiro, que se afirma como equivalente geral, isto é, como a mercadoria geral que expressa o valor de todas as outras. Marx afirma que o dinheiro é a “forma acabada da equivalência geral”, na qual todas as mercadorias passam a expressar sua relação social de valor. Nesse movimento, o dinheiro aparece como se fosse um poder natural, como se possuísse por si mesmo a capacidade de tornar todas as coisas comparáveis e trocáveis, velando o fato de que essa função deriva exclusivamente de uma determinada organização social do trabalho.

Por isso, o dinheiro converte-se em um poder social autônomo, aparentemente independente dos indivíduos. Marx enfatiza que, sob o fetichismo, os produtores são dominados pelos próprios produtos de seu trabalho, pois “eles [os produtores] não sabem disso, mas o fazem” (Ibid, p. 123). O dinheiro passa a governar o acesso aos meios de vida, ao trabalho e à própria existência social, funcionando como uma força impessoal que se impõe aos indivíduos como necessidade objetiva. Dessa forma, o fetichismo atinge sua forma mais desenvolvida: a dominação já não se apresenta como relação direta entre pessoas, mas como dominação social mediada pelas coisas, na qual o dinheiro ocupa a posição de expressão suprema desse poder autonomizado.

Uma vez estabelecido o caráter fetichista da sociabilidade capitalista, Marx demonstra que, no capitalismo, as relações sociais entre os produtores passam a se apresentar como relações entre coisas, criando a aparência de que as mercadorias possuem valor próprio. Essa relação é, portanto, um quiproquó: embora o valor pareça advir da própria mercadoria, ele é na realidade determinado pelo trabalho humano socialmente necessário, o trabalho abstrato, como mencionamos anteriormente. Assim, o valor não é uma ilusão, mas a forma como ele se manifesta oculta a origem social das relações de produção, mascarando a verdadeira natureza das interações entre pessoas na produção de bens.

Assim, o fetichismo revela que a troca de mercadorias no mercado não é apenas econômica, mas fundamentalmente social, disfarçando os vínculos humanos que a produzem.

É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Somente no interior de sua troca os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso, sensivelmente distinta. Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e coisa de valor só se realiza na prática quando a troca já conquistou um alcance e uma importância suficientes para que se produzam coisas úteis destinadas à troca e, portanto, o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de sua produção. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores assumem, de fato, um duplo caráter social. Por um lado, como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social e, desse modo, conservar a si mesmos como elos do trabalho total, do sistema natural espontâneo da divisão social do trabalho. Por outro lado, eles só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na medida em que cada trabalho privado e útil particular é permutável por qualquer outro tipo útil de trabalho privado, portanto, na medida em que lhe é equivalente. A igualdade *toto coelo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato. (Marx, 2013, p. 122-123)

Em síntese, as mercadorias entram no processo de troca sem serem douradas, nem açucaradas, mas tal como vieram ao mundo. Esse processo gera uma duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma antítese externa, na qual elas expressam sua antítese imanente entre valor de uso e valor. Nessa antítese, as mercadorias, como valores de uso, confrontam-se com o dinheiro, como valor de troca. Por outro lado, ambos os polos da antítese são mercadorias, portanto, unidades de valor de uso e valor. Mas essa unidade de diferentes se expressa em cada um dos polos de modo inverso e, com isso, expressa, ao mesmo tempo, sua relação recíproca. (Marx, 2013, p. 142) Ou seja, no capitalismo, a mercadoria é, ao mesmo tempo, um objeto útil e um meio de troca abstrato. Essa dualidade se materializa na relação entre mercadoria e dinheiro, onde cada um expressa os dois aspectos do valor, mas de forma invertida. A mercadoria é trocada por um equivalente geral a ela, um terceiro, o dinheiro, para que depois o dinheiro satisfaça a necessidade de ser trocado por outras mercadorias. Em uma análise mais detida sobre a teoria do fetiche, Jappe afirma que

O fetichismo, portanto, faz parte da realidade básica do capitalismo; é a consequência direta e inevitável da existência da mercadoria e do valor, do trabalho abstrato e do dinheiro. A teoria do fetichismo é idêntica à teoria do valor, porque o valor, assim como a mercadoria, o trabalho abstrato e o dinheiro são, eles próprios, categorias fetichistas. (Jappe, 2014, p. 9-10)

O processo de troca da mercadoria se consuma, portanto, em duas metamorfoses contrapostas e mutuamente complementares: conversão da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em mercadoria. Os momentos da metamorfose das mercadorias são simultaneamente transações dos possuidores de mercadorias – venda, troca da mercadoria por

dinheiro; compra, troca do dinheiro por mercadoria —, e a unidade dos dois atos: vender para comprar (Ibid).

Marx mostra como essa relação de troca provoca uma mudança na forma da mercadoria que está sendo trocada. Ele explica como se o valor saltasse de lugar, metafisicamente, e é nesse sentido que primeiro as relações de troca no Ocidente foram reduzidas a $M - D - M$ (mercadoria – dinheiro – mercadoria). Uma segunda metamorfose, e igualmente importante, que Marx percebe para desvelar esse modo de produção seria o fato de que o trabalho determinado cria valor de uso. No entanto, a quantidade de tempo de trabalho necessário para produção da mercadoria é determinada pelo trabalho abstrato. Há uma questão anterior, de que as mercadorias trocadas são fruto do trabalho convertido em dinheiro para comprar outros frutos do trabalho. Há então apropriação do produto do trabalho de alguém, ao mesmo tempo que há alienação do produto em relação ao trabalho que o produziu.

Esse arranjo culmina em novas formas de relações: as relações nas sociedades que não eram mediadas pela mercadoria eram pessoais, as mercadorias eram acessórios e diziam respeito à margem do vínculo social. No capitalismo, a troca de mercadorias antecede as relações pessoais.

A modernidade capitalista inaugurou também o tempo socialmente determinado, sendo ele cindido em tempo qualitativo e quantitativo. Há, portanto, uma abstração racional concreta das coisas, inclusive do tempo. Como os produtos do trabalho passaram a se tornar mercadorias intercambiáveis pelo dinheiro, o próprio trabalho se tornou uma mercadoria, na medida em que foi reduzido a tempo necessário para produção de determinada coisa. O tempo quantificável atribui preço à mercadoria trabalho; assim, o trabalho convenciona uma troca de tempo por dinheiro. Vemos aqui uma das contradições máximas do capitalismo, pois 1^a) as mercadorias ganham valor por serem produtos do trabalho, logo, o trabalho gera o valor da mercadoria, que não é simplesmente o valor de uso e de troca; 2^o) o trabalho se torna uma mercadoria, na medida em que se quantifica o tempo necessário para se produzir uma mercadoria; e 3^o) o dinheiro, que era uma forma equivalente para facilitar a troca de mercadorias, se torna um fim em si. Assim, o dinheiro, que era somente abstração, expressão de valor, se autonomiza e se torna a finalidade do mundo do capital.

A partir da teoria do fetiche, temos que a troca no mundo capitalista é emaranhada pelo “feticço” das mercadorias, em que a coisa representa a pessoa, e as relações sociais passam a ser mediadas por coisas, como mercadorias, o dinheiro, o capital etc. O trabalho em sua forma abstrata, como tempo determinado de trabalho necessário para produção, separa o indivíduo da coisa que ele produziu. Nesse sentido, se pensarmos as relações sociais tanto pelo modelo de

produção capitalista, baseado na exploração nas horas de trabalho não pagas, quanto pelo modelo de troca que reduz as mercadorias à sua forma equivalente, podemos fomentar, a partir de Marx (2013), o argumento de que o modo de produção capitalista despersonaliza os indivíduos, tornando-os em sujeitos do trabalho, então, sujeitos da mercadoria.

Cabe destacar que uma série de intérpretes de Marx, sobretudo os componentes da revista *Krisis e EXIT!*, enfatizam que o conceito marxiano de fetichismo não se refere a uma dialética entre sujeito e objeto, tampouco à simples ocultação das relações de produção. O fetichismo expressa, antes, a realidade do trabalho abstrato como forma social específica, representação esta que acompanha e estrutura a relação social capitalista. Para que se compreenda essa “inversão real”, é fundamental reconhecer que o trabalho abstrato não é uma simples construção nominal ou uma convenção derivada da troca; trata-se da redução concreta de toda atividade a mero dispêndio de energia, isto é, de sua subsunção ao princípio da quantificação e da equivalência generalizada (Jappe, 2014, p. 11-12).

A partir dessas formulações, é possível afirmar que o conceito de trabalho em Marx não se reduz à sua dimensão concreta nem deve ser entendido como uma ontologia positiva e natural. Pelo contrário, a crítica da economia política formulada por Marx, sobretudo em sua leitura esotérica, permite entrever uma ontologia negativa do trabalho, entendendo-o como uma forma social historicamente determinada, mediada pela forma-valor e sustentada na relação fetichista entre sujeitos e objetos.

• O trabalho e a produção da vida em “A Ideologia Alemã”

Em Marx, o trabalho aparece, em um primeiro momento, como a atividade por meio da qual os seres humanos produzem sua própria existência material. Em *A Ideologia Alemã*, escrita em parceria com Engels, o trabalho é compreendido como a mediação fundamental entre os indivíduos e a natureza, isto é, como o processo através do qual os homens produzem os meios necessários à sua subsistência e, ao fazê-lo, produzem também suas próprias relações sociais. Essa definição, no entanto, não deve ser interpretada como a afirmação de uma ontologia trans-histórica do trabalho, mas como a base a partir da qual Marx desenvolverá, posteriormente, a crítica da especificidade histórica do trabalho na sociedade capitalista. Esta obra é marcada pela consolidação teórica do que depois será conhecido como materialismo histórico, deslocando a compreensão da história do plano das ideias para o plano das condições materiais de existência. Nesse sentido, Marx e Engels inauguram uma nova forma de compreender a história, centrada na produção da vida material, no trabalho e nas relações sociais concretas.

A produção da vida aqui está diretamente relacionada com a modificação da natureza, tornando-se algo de caráter duplo, isto é, uma relação natural à medida que estamos falando sobre meios de subsistência, mas é também uma relação social no sentido da cooperação entre os indivíduos. Na organização social promovida a partir dos burgos, a cooperação ultrapassa as relações familiares e se insere em uma força produtiva, organizada por meio da divisão do trabalho. Em síntese, “a produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade” (Marx e Engels, 2007, p. 34).

Os autores mostram que a sociabilidade não é um dado natural, mas uma forma historicamente determinada pelas condições materiais de produção da vida. A cooperação entre os indivíduos, o surgimento das relações sociais, da linguagem e da própria consciência decorrem da necessidade prática de intercâmbio entre os homens no processo de produção. Assim, a sociabilidade aparece como uma forma historicamente construída, vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas e à divisão do trabalho, e não como expressão de uma essência humana imutável. Rompendo, portanto, com as leituras idealistas da sociabilidade quanto com as concepções naturalizantes, afirmando seu caráter material, histórico e contraditório.

A divisão do trabalho surge a partir da separação entre trabalho material e espiritual. Assim, a divisão do trabalho é uma relação social que antecede o próprio capitalismo, e tem como sua primeira forma histórica na organização da família. A propriedade surge, assim, em sua forma embrionária, pois “a mulher e os filhos são escravos do homem”¹³, configurando a primeira relação de apropriação da força de trabalho alheia. Marx explicita esse ponto ao afirmar que essa forma primitiva de propriedade “corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia”¹⁴. Desse modo, a propriedade não aparece como uma relação jurídica abstrata, mas como uma relação social concreta de dominação fundada na organização inicial do trabalho (Ibid, p. 36-37).

A aproximação entre divisão do trabalho e propriedade privada indica que ambas designam a mesma relação social sob perspectivas distintas: numa, trata-se da atividade; na outra, do produto da atividade. Essa identidade funda uma contradição estrutural entre os

¹³ Marx e Engels, 2007, p. 36.

¹⁴ Marx e Engels, 2007, p. 37.

interesses particulares e o interesse coletivo, uma vez que com a divisão do trabalho o interesse dos singulares entra em contradição com o interesse coletivo. Assim, a sociabilidade deixa de ser uma relação imediata entre indivíduos e passa a ser mediada por uma estrutura de interdependência marcada pela desigualdade e pela apropriação privada, organizada por meio do trabalho.

Dessa maneira é produzida uma forma de alienação específica, em que “a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado”¹⁵. Para garantir sua auto reprodução o indivíduo passa a ter o dever de se especializar e a se definir pelo campo de sua atividade, fica explícito, portanto, que a dominação moderna não se exerce apenas por meio das pessoas, mas sobretudo por meio da objetivação social do trabalho.

- **Divisão do trabalho, individualização e cisão entre indivíduo e gênero humano**

A cisão produzida pela divisão do trabalho não se limita ao plano econômico, mas atinge o próprio modo pelo qual os indivíduos se relacionam consigo mesmos e com o conjunto da sociedade. Ao se especializar em uma atividade determinada, o indivíduo deixa de se reconhecer como ser genérico, isto é, como parte de uma totalidade social, passando a se perceber prioritariamente como portador de uma função particular. Essa cisão entre indivíduo e gênero humano constitui uma das bases da alienação na sociedade moderna, ainda que suas formas mais desenvolvidas só apareçam plenamente no capitalismo.

A divisão do trabalho que seria um produto da ação coletiva se autonomiza de maneira a não estar passível de controle pelos indivíduos. De forma que, no desenvolvimento moderno, as forças produtivas se autonomizam a ponto de aparecer como um poder objetivo, externo e independente, que não pertence mais aos produtores enquanto tais, mas à propriedade privada. Isso ocorre porque os indivíduos estão socialmente separados e em oposição entre si, enquanto as forças produtivas só existem efetivamente como totalidade no intercâmbio social. Marx e Engels salientam ainda que “em nenhum período anterior as forças produtivas assumiram essa forma indiferente para o intercâmbio dos indivíduos na qualidade de indivíduos, porque seu próprio intercâmbio era ainda limitado” (Ibid, p. 72).

Assim, de um lado, forma-se uma totalidade objetiva de forças produtivas que já não aparecem como forças dos indivíduos, mas como forças do capital, e, de outro, surge uma massa de indivíduos esvaziados de conteúdo real de vida, tornados “indivíduos abstratos”, que só

¹⁵ Marx e Engels, 2007, p. 37.

conseguem se relacionar entre si nessa condição de abstração social. O trabalho, que deveria ser expressão da autoatividade humana, perde esse caráter e passa a ser apenas um meio de sobrevivência, conservando a vida apenas ao preço de seu empobrecimento e de sua sujeição a uma estrutura impessoal que os domina.

Em paralelo a esse marco histórico, impera a coerção social da especialização compulsória. O indivíduo desempenha um papel ou outro, de modo que a dedicação exclusiva em determinada atividade irá determinar os modos de reprodução da vida. Essa especialização compulsória implica que o indivíduo passa a se realizar apenas de maneira unilateral, isto é, apenas enquanto portador de uma função específica no interior da divisão social do trabalho. Marx e Engels (2007, p. 38) assinalam que, nesse contexto, “o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida”, indicando que a fixação numa atividade determinada deixa de ser escolha e se transforma em coerção social.

A consequência dessa fixação é a perda da capacidade de os indivíduos se reconhecerem como produtores da totalidade social. Cada um conhece apenas o fragmento da produção que lhe corresponde, enquanto a totalidade do processo aparece como algo estranho, como um movimento que se impõe a todos sem que ninguém o controle. Dessa forma, a própria sociabilidade passa a ser mediada por estruturas objetivas que escapam à vontade dos sujeitos, consolidando a experiência moderna de impotência diante da organização social do trabalho. Reside aqui o cerne de toda a teoria da alienação presente em Marx, que em seus escritos mais maduros irão se desdobrar em na análise do fetichismo da mercadoria.

Aqui se delineia também, ainda de forma primária, aquilo que no capitalismo aparecerá plenamente desenvolvido como trabalho abstrato: a redução da atividade humana a mero meio de sobrevivência, regulada por uma lógica impessoal e quantitativa. A divisão do trabalho, que inicialmente surge como forma de cooperação social, transforma-se, assim, na base de uma sociabilidade alienada, em que os indivíduos produzem uma totalidade que os domina.

- **Trabalho abstrato, tempo socialmente necessário e mediação social**

Se, como vimos, a divisão do trabalho inaugura a cisão entre indivíduo e totalidade social, é somente no capitalismo que essa cisão assume sua forma plenamente desenvolvida por meio do trabalho abstrato. Em *O Capital*, Marx demonstra que o trabalho, ao deixar de aparecer apenas como atividade concreta produtora de valores de uso, passa a se impor como trabalho humano indiferenciado, mensurável em tempo, tornando-se a substância do valor. É nesse ponto

que a alienação deixa de operar apenas como separação entre o indivíduo e sua atividade e passa a estruturar objetivamente a totalidade da sociabilidade.

O trabalho abstrato, como manifestação da duplicidade do caráter do trabalho que se manifesta sobre sua qualidade como valor de troca, não é o conceito que define a atividade dos indivíduos em termos genéricos, mas da alienação da força produtiva coletiva. Assim o trabalho abstrato seria uma propriedade coletiva humana que pauta a produção de mercadorias. Como a força de trabalho se torna uma mercadoria necessária para a produção de mercadorias, temos que o conceito não é uma construção puramente teórica, mas a expressão de uma propriedade social real do capitalismo.

Para decifrar essa duplicidade, Marx desenvolve a crítica da economia política, deslocando a explicação do valor do simples trabalho concreto para o dispêndio socialmente mediado de energia humana, inscrito em um sistema fundado na propriedade privada e na divisão social do trabalho. Uma vez que o dispêndio de energia humana determina o valor de troca das mercadorias, a forma de quantificar a própria mercadoria trabalho passa a ser o tempo socialmente necessário para produção.

O tempo de trabalho socialmente necessário não se apresenta, portanto, como um simples critério técnico de eficiência, mas como uma forma de coerção social objetiva que se impõe aos indivíduos independentemente de sua vontade. Cada produtor só consegue se manter como tal na medida em que sua atividade se adeque ao tempo médio socialmente estabelecido. Assim, o tempo abstrato se converte na medida universal da riqueza capitalista.

Já vimos que o trabalho deixa de ser apenas uma atividade concreta voltada à satisfação de necessidades e passa a funcionar como mediação social fundamental entre os indivíduos, sendo que a modernidade estrutura essa relação a partir da racionalização do tempo. Não são mais as relações diretas entre as pessoas que estruturam a sociabilidade, mas a mediação impessoal do valor, expressa na equivalência generalizada das mercadorias. É nesse sentido que, para Marx, o trabalho abstrato não apenas produz mercadorias, mas estrutura a própria forma social do capitalismo.

Desse modo, o trabalho aparece simultaneamente como fundamento da riqueza capitalista e como princípio de dominação social. Ao se impor como mediação universal da sociabilidade, ele submete tanto os produtores quanto os produtos a uma lógica automática de valorização, que passa a se apresentar como uma força objetiva, independente dos indivíduos. Nesse ponto, a crítica marxiana ao trabalho converte-se, já em sua maturidade, numa crítica das próprias categorias fundamentais da sociedade moderna.

O fetichismo da mercadoria não se restringe ao momento da troca, mas estrutura também a forma moderna da temporalidade social. Como vimos, o tempo socialmente necessário converte-se na medida universal do valor, e essa temporalidade abstrata passa a regular não apenas o trabalho, mas a própria vida. Os indivíduos passam a organizar sua existência segundo ritmos impostos pela valorização, de modo que a vida social se subordina à lógica do tempo abstrato.

O tempo não se organiza de forma natural ou neutra como nos parece, e apesar dos tempos particulares parecerem sob domínio dos indivíduos, ele é determinado pela imposição do trabalho. De modo que não é o indivíduo que organiza o tempo, é o tempo do valor que organiza o indivíduo. O tempo é, na verdade, a forma social do capital, em última instância, é o tempo gasto no dispêndio de energia humana na produção de mercadorias que possibilita o processo de valorização do valor. Não à toa a expressão máxima do capitalismo, atribuída a Benjamin Franklin¹⁶, afirma que tempo é dinheiro.

Aqui, na modernidade, o relógio aparece como uma forma de dominação social, e, assim como todas as outras coisas, o tempo passou a ser medido por produtividade, rendimento e eficiência, e traduzido na forma geral equivalente, o dinheiro. O tempo se traveste como mercadoria indireta. Cabe ressaltar os escritos de Marx n'A miséria da filosofia¹⁷:

Assim, não se deve dizer que uma hora de um homem vale uma hora de outro homem, mas antes que um homem de uma hora vale outro homem de uma hora. **O tempo é tudo, o homem não é mais nada; ele é quando muito a carcaça do tempo.** Não se trata mais de qualidade. A quantidade decide tudo sozinha: hora por hora, dia por dia. Mas esta igualação do trabalho não é obra da justiça eterna do sr. Proudhon; é simplesmente a consequência da indústria moderna. (Marx, 1847, sp.)

Marx é precursor ao mostrar que na modernidade a vida cotidiana é medida e mediada pelo valor na sua forma dinheiro: o trabalho, o lazer, o descanso, a formação; tudo é mediado por uma lógica de dominação externa que nos parece autônoma e natural. O descanso vira recuperação da força de trabalho; o lazer vira consumo; a formação vira preparação para o mercado, fazendo valer a máxima presente na Ideologia Alemã de que o homem precisa se especializar para promover sua autorreprodução. É interessante notar que nessa sociabilidade tudo vira meio, que precisa ser funcional à valorização.

Então, temos que a articulação entre trabalho abstrato, fetichismo e tempo socialmente necessário permite compreender que, no capitalismo, a dominação não se exerce

¹⁶ "Remember that Time is Money". (Franklin, Benjamin. Advice to a Young Tradesman. Yale University Library, 1748). Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-03-02-0130>

¹⁷ A edição consultada tem como fonte a Editora Flama Ltda., São Paulo, 1946. Tradução e Introdução de Miguel Macedo. MARX, Karl. Miséria da filosofia. Marxists Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/index.htm>>

prioritariamente por meio de relações pessoais diretas, mas através de formas objetivas e impessoais que organizam a própria reprodução da vida social. O valor, enquanto substância social mediada pelo tempo abstrato, passa a regular não apenas a produção de mercadorias, mas também os ritmos da existência, os modos de vida e as possibilidades de reprodução material dos indivíduos. Ressaltando que o fetichismo não aparece como uma distorção secundária da consciência, mas como a própria forma social mediante a qual os sujeitos se relacionam entre si na modernidade capitalista.

É a partir desse horizonte crítico que se torna possível compreender, de um lado, a incorporação problemática do trabalho nas formações periféricas analisadas por Francisco de Oliveira, nas quais o tempo do capital se impõe de modo desigual, precário e marcado pela informalidade estrutural; e, de outro, a crítica radical desenvolvida por Robert Kurz, que aponta para a crise histórica da própria substância do valor e para a obsolescência do trabalho como mediação social central. Assim, as categorias aqui desenvolvidas não apenas fundamentam a crítica marxiana do capitalismo, mas também abrem o campo para os desdobramentos teóricos que serão analisados nos capítulos seguintes.

3.2 Apropriações marxistas e um panorama entre o exotérico e esotérico

Como um exemplo que assimila as leituras de Marx ligada às categorias que funcionam como motor do capitalismo, temos o historiador canadense Moishe Postone. Embora Postone seja frequentemente citado ao lado de autores ligados à chamada crítica do valor, cabe destacar que ele não esteve filiado ao grupo *Krisis* nem participou diretamente do debate alemão articulado por Robert Kurz, Norbert Trenkle e Anselm Jappe. Sua obra, em especial *Tempo, trabalho e dominação social*, publicada pela primeira vez em 1993, emerge de um campo acadêmico vinculado à tradição crítica da Escola de Frankfurt e à releitura dos escritos maduros de Marx, particularmente os *Grundrisse*. Entretanto, há convergências decisivas e relevantes entre Postone e a crítica do valor, especialmente na rejeição da ontologia positiva do trabalho e na interpretação do valor como uma forma histórica de mediação social específica do capitalismo. Ambas as abordagens rompem com o marxismo tradicional ao recusarem a ideia de que a classe trabalhadora é um sujeito histórico redentor, embora Postone mantenha uma ênfase distinta na reconfiguração das categorias temporais da modernidade.

No esteio da influência esotérica de Marx, Postone, formula a teoria de que a socialização por meio da forma valor promove uma dominação social estruturada pelo tempo (Braga; Kawahara, 2021, p. 352). O argumento de Postone recupera a dialética entre o tempo concreto e o tempo abstrato, que segundo ele redundaria em um tempo histórico cada vez mais denso, acelerado e instável. Ao reinterpretar as categorias fundamentais de Marx, o autor rompe com o pressuposto ontológico de que o trabalho seria uma atividade trans-histórica e naturalmente emancipadora. Para ele, o trabalho abstrato é uma forma historicamente específica de mediação social, cuja centralidade define a lógica do capitalismo moderno. Essa mediação é “impessoal” e “objetiva”, pois o trabalho, ao invés de expressar relações sociais abertas entre indivíduos, realiza-as de forma abstrata, automática e fetichizada:

No capitalismo, o trabalho por si só constitui uma mediação social no lugar dessa matriz de relações. Isso quer dizer que as relações sociais abertas não conferem ao trabalho um caráter social; pelo contrário, uma vez que o trabalho medeia a si próprio, ele tanto constitui uma estrutura capaz de substituir os sistemas de relações sociais abertas quanto confere a si mesmo o seu caráter social. Esse momento reflexivo determina a natureza específica do caráter social automediado do trabalho, bem como das relações sociais estruturadas por essa mediação social. Como mostrarei adiante, esse momento de auto fundação do trabalho no capitalismo dá ao capitalismo um caráter “objetivo” ao trabalho, seus produtos e às relações sociais que ele constitui. (Postone, 2014, p. 177)

Segundo Postone (2014), a consequência dessa estrutura é a autonomização da valorização: consoante à concepção de fetichismo da mercadoria, o valor como fator objetivo do trabalho abstrato adquire a forma de uma riqueza autovalorizadora, que impõe à sociedade a compulsão do crescimento. Essa compulsão se manifesta não apenas economicamente, mas

também temporalmente. O tempo abstrato, forma social derivada do trabalho abstrato, torna-se a moldura invisível que regula a produtividade, a eficiência e o ritmo da vida social. O tempo que aparece como cindido em quantitativo e qualitativo aparece como condição natural. No entanto o autor ressalta sua qualidade como produto social histórico.

A partir dessas reflexões, Postone lança mão do conceito de *treadmill effect* (*efeito esteira*) (Postone, 2014, 333), caracterizado pela dinâmica em que a aceleração da produtividade não gera liberação do tempo social, mas intensifica a compulsão pela valorização. Ao formular essa questão o autor não recai no marxismo exotérico que busca o progresso emancipatório, mas sim afirmar que a crítica exige superação da própria forma social do trabalho enquanto categoria estruturante da modernidade capitalista.

György Lukács, por sua vez, também trabalha com as categorias marxianas fundamentais apontadas neste trabalho. No início do capítulo mencionamos sua contribuição ao marxismo exotérico, contudo, o autor tece uma análise fundamental sobre o conceito de trabalho. Para ele, a reificação é a forma dominante de experiência e percepção social na sociedade moderna. Nos termos de Kurz, Lukács admite que o Marx encoberto seria fundamental para início de análise:

Não é de modo algum casual que as duas grandes obras da maturidade de Marx, que expõem o conjunto da sociedade capitalista e revelam seu caráter fundamental, comecem com a análise da mercadoria. Pois não há problema nessa etapa de desenvolvimento da humanidade que, em última análise, não se reporta a essa questão e cuja solução não tenha de ser buscada na solução do enigma da estrutura da mercadoria.” (Lukács, 2003, p. 193)

Lukács aponta que o problema do fetichismo da mercadoria é uma questão do capitalismo moderno, não pelo fato de as mercadorias serem trocadas, mas pela consequência estrutural de que o fetiche em questão influencia toda a vida interior e exterior da sociedade. A diferença do tempo social marcado pelo fetiche, para tempos históricos anteriores, é sobretudo qualitativa, e não só uma questão de quantificação das coisas.

O “caráter desumano e desumanizante da relação mercantil” (Lukács, 2003, p. 209) estabelece que os homens equivalem entre si por meio da quantificação das horas trabalhadas. A reificação, transformação das relações sociais em coisas, atinge sua expressão máxima no âmbito do trabalho. A discussão aqui é guiada pela contradição entre trabalho abstrato e concreto, e “quanto mais profundamente a reificação se estender na ‘alma’ daquele que vende sua produção como mercadoria, mais ilusória será essa aparência”. (Lukács, , p. 229). O trabalho produtivo – industrial/braçal – exemplifica a reificação de maneira mais feroz. E é nesse sentido que o autor recupera o exoterismo de Marx, pois para ele “...a transformação em

mercadoria da produção do indivíduo [...] converte-se numa consciência revolucionária de classe” (Ibid).

Somente a consciência do proletariado pode mostrar a saída para a crise do capitalismo. Enquanto não existir essa consciência, a crise será permanente, retomará ao seu ponto de partida, repetirá essa situação até que, finalmente, após infinitos sofrimentos e terríveis atalhos, a lição pedagógica da história conclui o processo da consciência no proletariado e coloca-lhe nas mãos a condução da história. Nesse momento, o proletariado não tem escolha. Ele tem de se tomar uma classe, como disse Marx, não somente "em relação ao capital" mas "para si mesmo"; isto é, elevar a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa.” (Lukács, 2003, p. 124)

Lukács demonstra, portanto, como a transformação qualitativa provocada pela incorporação das mercadorias na sociedade capitalista redundou na inversão das relações sociais, em que o valor se tornou estruturante, se sobrepondo à utilidade pelas quais as trocas se davam. A forma mercantil precisa se espalhar para dentro de todos os aspectos da vida em sociedade, moldando as relações sociais, as formas de pensar e de viver. O autor antecipa uma crítica à forma social capitalista, ao mostrar como o trabalho reificado molda a subjetividade. No entanto, ao contrário de Kurz e Postone, ele ainda vê o trabalho como base da emancipação.

A interpretação realizada por Lukács em *História e Consciência de Classe*, oferece uma das formulações mais sofisticadas da teoria da reificação no marxismo do século XX, ao evidenciar a partir dos escritos marxianos como as relações sociais no capitalismo assumem a forma de coisas, obscurecendo sua origem histórica e processual. Análise que expõe com clareza a dimensão fetichista da sociabilidade moderna, em que os produtos da atividade humana adquirem autonomia frente aos sujeitos que os produziram, teoria esboçada por Marx no primeiro capítulo da crítica à economia política (Marx, 2013). Apesar de reconhecer a profundidade da fetichização, Lukács não rompe com a ontologia do trabalho e da classe, pois para ele é precisamente na classe trabalhadora que emergirá o portador possível da consciência capaz de desfazer o fetiche. O trabalho, nesse quadro, é reafirmado como categoria ontológica e a *práxis* proletária como condição de possibilidade da superação da alienação. Essa fidelidade à centralidade do trabalho e da classe o mantém dentro do que Kurz (2018) denomina o “Marx exotérico”, aquele que, embora denuncie as formas fetichistas da sociedade capitalista, ainda concebe o trabalho como base da emancipação, não como forma social historicamente específica da dominação. Nesse sentido, Lukács opera uma crítica imanente à reificação, mas não rompe com os pressupostos da ontologia do trabalho, impedindo a conclusão de uma crítica categorial.

Na toada da crítica categorial, Werner Bonefeld também recupera o Marx esotérico desnaturalizando assim o trabalho, o valor e o capital. O autor fundamenta que o fetichismo não

é um fator de ordem ideológica ou moral do capitalismo, mas sim constitutivo. Ao formular o valor como algo não objetivo, ou seja que não é uma substância material ou técnica, mas uma forma social historicamente específica, ele ressalta a forma valor como estrutura objetiva da dominação. Bonefeld (2014) rejeita a leitura economicista de Marx que ontologiza a teoria valor-trabalho, para ele

O trabalho abstrato não é uma substância que se possa tocar, ver, cheirar ou comer. Como valores de troca, as mercadorias “não contêm um átomo sequer de valor de uso”. Como valores de uso, as mercadorias não contêm valor de troca. “Enquanto valores de troca, todas as mercadorias são meramente quantidades definidas de tempo de trabalho coagulado”, e o “trabalho que constitui valor de troca é uma forma social específica de trabalho”. (Bonefeld, 2014, p. 132, tradução nossa)¹⁸

Nesse sentido, o fetichismo da mercadoria não disfarça as relações reais no capitalismo, mas as expressa na forma do sujeito automático abstraído pelo trabalho. Essa automaticidade do capital domina as relações de modo que tudo passa a ser mediado pelo preço, pela etiqueta. Automatizando também o tempo, uma vez que o tempo do mercado determina que o trabalho deve acontecer dentro de um padrão, impessoal e abstrato. Com a teoria de Bonefeld fica explícito que a cisão no capitalismo não é entre as pessoas, mas nas próprias formas sociais que estruturam a vida em sociedade. Nesse sentido, acompanhando Kurz e Postone, vemos que na teoria de Bonefeld a crítica não deve ser feita apenas em nome da classe trabalhadora, porque ela está constituída na forma fetichista engendrada pela forma histórica do capital. (Ibid)

A cisão estrutural do capitalismo está na forma e no conteúdo. Kurz, Postone e Bonefeld veem como objetivo da crítica a superação dessa cisão de maneira categorial, em que se pese a necessidade da abolição do trabalho como forma social dominante, e não apenas a redistribuição de seus frutos. No capitalismo, o conteúdo concreto da vida social, as atividades que fazemos, são organizados e dominados pela forma abstrata dessa atividade, expressa em valor, trabalho abstrato, capital e tempo abstrato. Essas formas subordinadas do fetichismo da mercadoria que nos obrigam a nos relacionarmos a partir de nossas funções econômicas – vendedor de força de trabalho, comprador de mercadorias, gestor de tempo etc.

No capítulo a seguir será analisado como Francisco de Oliveira lida com a questão do trabalho de maneira discutível, a despeito de Oliveira tecer análises que questionam a centralidade do trabalho. Ao formular o conceito de antivalor, Oliveira (1998) demonstra que, no capitalismo contemporâneo, o fundo público deixou de ser um elemento auxiliar e posterior

¹⁸ Abstract labour is not a substance that one can touch, see, smell or eat. As exchange values, commodities do ‘not contain an atom of use value’.⁷⁵ As use-values commodities do not contain exchange value. ‘As exchange values all commodities are merely definite quantities of congealed labour time’ and the ‘labour which posits exchange value is a specific social form of labour’. (Bonefeld, 2014, p. 132)

Por fim, um agradecimento especial à Nathara, minha terapeuta, que acompanhou toda a turbulência do processo de entrada, permanência e conclusão do mestrado.

(*ex-post*) da reprodução do capital, tornando-se um pressuposto estrutural (*ex-ante*) de sua existência. Segundo ele:

Entretanto, a mudança mais recente das relações do fundo público com os capitais particulares e com a reprodução da força de trabalho representa uma “revolução copernicana”. [...] Para resumir uma tese que se desdobrará ao longo deste ensaio, o fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post*, típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência pressuposta principal, que no jargão de hoje sinaliza as possibilidades da reprodução. Ele existe “em abstrato” antes de existir de fato: essa “revolução copernicana” foi antecipada por Keynes, ainda que a teorização keynesiana se dirigisse à conjuntura. A per-equação da formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível. (Oliveira, 1998, p. 21)

Assim, segundo ele, “o sistema continua funcionando, mas em bases paradoxais e insustentáveis, porque a mediação via valor-trabalho implodiu, e o que sustenta o capital agora é algo que não tem origem no valor (como o fundo público).” (Ibid, *ididem*)

Nesse sentido, ele aponta que o processo de valorização do valor, que passava pela extração da mais valia, foi deslocado para o financiamento estatal, o que compromete a lógica organizacional do capital, concluindo que redundaria em uma crise maior. Segundo ele, esse deslocamento quebra o circuito da valorização descrito por Marx ($D-M-D'$), substituindo-o por uma forma inusitada: $M-D'-(\text{anti-}D)$, em que “*anti-D*” representa uma quantia monetária que não retorna ao capital como valor, mas expressa uma socialização parcial da produção, não mediada pela lógica da mais-valia. Essa formulação de Oliveira acerca da crise retrata como a relação valor-trabalho sai do centro de funcionamento do sistema produtor de mercadorias. A própria precificação das mercadorias nesse contexto é deslocada institucionalmente:

De fato, indexando os benefícios sociais ao salário, o que se está fazendo é tornar o salário o parâmetro básico da produção de bens e serviços sociais públicos. Isto é o oposto da extração da mais-valia e, conseqüentemente, em sua derivação, da determinação da taxa de lucro, onde os parâmetros não apenas do cálculo mas da razão da mais-valia residem na relação capital constante-capital variável. (Oliveira, 1998, p. 30)

A teoria do anti-valor de Oliveira, esboçada ainda de maneira sucinta, revela que o autor analisa a crise em termos de uma implosão prática. Aqui, Oliveira não está realizando uma defesa nostálgica da centralidade do valor, mas sim evidenciando a farsa teórica de um capitalismo que ainda se apresenta como plenamente regulado pela lógica do valor-trabalho, quando de fato opera sustentado por mediações extra econômicas, como o fundo público.

Os autores destacados, Kurz, Postone, Bonefeld e Oliveira, cada um à sua maneira, em espectros que envolvem mais ou menos criticidade, compartilham a hipótese de que a superação do capitalismo exige mais do que reorganizar a produção ou redistribuir a riqueza. Eles, e inluo

também Lukács, tocam em questões centrais de modo a construir críticas que partem da própria forma social do valor e do trabalho como núcleo da dominação moderna.

Arantes (2014), por sua vez, sustenta que desde os anos 1970 o sistema entrou em colapso porque o capital não consegue mais extrair mais-valor suficiente do trabalho vivo. De certa maneira seu argumento é consoante ao de Oliveira. Ao analisar um intelectual diante da barbárie¹⁹, Marildo Menegat evidencia que

O capital não consegue mais retirar da exploração do processo de produção a quantidade de mais-valor que sustentava a unidade de seus ciclos e ondas expansivas. A perversão do sistema, por isso, vai a todo vapor: desemprego em massa, trabalho escravo, terceirização-precariização e flexibilização com retirada de direitos, aumento e intensificação da jornada de trabalho numa brutalidade de fazer inveja ao coronel Kurtz – que nessas trevas era “descolado” –, assédio moral e mil atividades enlouquecedoras – como a venda de seguros de vida “para toda a família”, de tal sorte que alguém sempre ganha quando o outro morre – e, por fim, as funções policiais numa dimensão que “o Ocidente democrático” nunca viu em tempos de paz. (Menegat apud Arantes, 2014, p. 20)

O entendimento marxiano desenvolvido por Arantes (2014) também parte da crítica valor trabalho, e do entendimento historicamente localizado de como o capitalismo subverteu o trabalho concreto em trabalho abstrato e impessoal. Nesse sentido, Menegat enfatiza como

O trabalho no capitalismo, como sabemos, é uma atividade orientada para fins em que seus agentes pouco sabem das consequências do que produzem, mas sentem-se obrigados a prosseguir até sua conclusão. Sua finalidade pressuposta e determinante é uma abstração: o “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc.”. para a transformação de valor em mais-valor a ser acumulado e, para isso, investido em novos meios de produção etc. A mortificação de um ritual movido pelo sentido tautológico macabro de transformar D em D’.(Menegat apud Arantes, 2014, p. 18)

A percepção desses autores sobre a centralidade do trabalho os levam a questionar “o que seria a vida numa sociedade que naturaliza essa atividade reflexa quando seu sentido não pode mais objetivamente se reproduzir? Talvez algo como o fim do mundo.” (Menegat apud Arantes, 2014, p. 19) O argumento do autor vai de encontro à crítica da autonomia do valor, que nos tempos modernos assumiu a estrutura que organiza toda a vida em sociedade, com finalidade única e exclusiva da produção do lucro.

O capitalismo alcançou um nível de produtividade capaz de resolver os problemas materiais da população do planeta, porém, esse mesmo sistema decretou o fim do emprego e transformou uma massa de homens e mulheres em “excluídos”. Essa contradição é a matriz de nossa época? [...] A contradição [...] identificada por Marx desde a origem: a compulsão do capital a eliminar do processo de valorização econômica a fonte mesma de todo o valor, o trabalho vivo. Por paradoxal que possa parecer, o capital foge do trabalho (como lembrou recentemente John Holloway), que por seu turno também fugiria do capital se tivesse para onde ir, o que não é mais o caso, por motivo de expropriação originária e continuada. Como o seu fim é ele mesmo, acrescido de um mais-valor, a produção material lhe parece um desvio dispensável, um estorvo a ser eliminado. (Arantes, 2017, p. 314)

¹⁹ Marildo Menegat prefaciou o livro de Paulo Arantes, *O novo tempo do mundo*, ressaltando as principais contribuições do acerca da crise e do agenciamento do trabalho realizado pelo Estado no capitalismo.

Consoante às leituras de Postone e Kurz, Arantes percebe que a dinâmica da valorização é uma força irracional e destrutiva, cuja superação não virá de dentro do próprio sistema, mas de sua falência estrutural. Ao falar de um novo tempo do mundo o autor está justamente traduzindo em palavras o fato de que a esperança de que a consciência da classe proletária, refletida na contradição entre as forças produtivas, levaria ao socialismo, acabou. O autor considera essa visão como uma “espera histórica” fracassada, especialmente depois de 1968 e da crise de 1973. Para ele, o capitalismo atual já evidencia o estágio avançado de destruição do trabalho como mediação social, afinal, por sua lógica interna, o capital está destruindo a base que o sustentava: o trabalho vivo. E como o trabalho era também a base da luta socialista (na tradição da esquerda), isso significa o colapso de toda uma gramática histórica, inclusive da esperança revolucionária.

Em síntese, e pretendendo esboçar uma linha histórica dessa interpretação, Arantes (2014) elabora uma leitura crítica da tradição marxista, partindo da formulação de Marx no século XIX, segundo a qual o valor é uma expressão do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, categorias marxianas já expostas neste capítulo. Essa crítica à economia política, baseada na mediação social pelo trabalho, permanece válida, mas Arantes mostra como, no século XX, especialmente até os anos 1970, o trabalho ainda era concebido como fundamento possível de emancipação social, sustentando a aposta na consciência de classe como motor da transformação histórica, vide a percepção de Lukács, por exemplo. No entanto, a crise estrutural do capital a partir de 1973 inaugura uma fase em que o sistema não consegue mais extrair o mais-valor suficiente do trabalho vivo, levando à precarização generalizada e ao colapso das formas tradicionais de luta, interpretação também vista em Kurz (2004). Nesse novo cenário, emerge o que Arantes (2014) chama de “subsunção total”: o capital já não captura apenas a força de trabalho, mas a vida inteira dos sujeitos, dissolvendo as fronteiras entre tempo produtivo e vida privada. Paralelamente, prolifera o “trabalho sujo” – funções repressivas e de contenção social que sustentam o mundo em colapso. Assim, o autor rejeita tanto a esperança no progresso quanto a redenção pelo trabalho, de modo que no prefácio Menegat (2014) propõe uma dialética negativa inspirada em Adorno e em leituras críticas da forma-valor como as de Robert Kurz e Moishe Postone. Conclui-se então que não se trata de corrigir o curso da modernidade, mas de reconhecer sua falência estrutural e a necessidade de imaginar formas sociais inteiramente outras.

A leitura de Marx como crítico do trabalho enquanto forma social historicamente específica, crítico da categoria estrutural e não como defensor de sua centralidade ontológica

do trabalho, constitui uma corrente teórica minoritária, por vezes considerada desviante, que rompe com a tradição dominante do marxismo no século XX. Ao longo do período marcado pela institucionalização do chamado “socialismo científico”, pelas formulações da Segunda Internacional, pelo leninismo e pelas diversas vertentes do marxismo ocidental, o trabalho foi reiteradamente tomado como essência ontológica do ser social e fundamento da emancipação histórica.

A leitura considerada clássica consolidou a imagem de Marx como pensador da luta de classes e da apropriação dos meios de produção pelos produtores diretos, relegando a um segundo plano, ou reprimindo, como diria Kurz (2018), a crítica radical às formas sociais abstratas que estruturam o capitalismo, como o valor, o capital, o dinheiro e o próprio trabalho. Autores como Moishe Postone (2014), Robert Kurz (2018) e Werner Bonefeld (2014), ao reconstituírem a crítica da economia política a partir da análise das categorias formais de mediação social, deslocam-se dessa tradição e reinscrevem Marx no campo do que Kurz denomina “esotérico”: não o teórico da emancipação pelo trabalho, mas o pensador que denuncia o trabalho como categoria fetichista e pilar da dominação abstrata na modernidade. Essa ruptura permitiria uma crítica mais profunda da totalidade capitalista, além de confrontar o legado político e teórico que por décadas identificou o trabalho com o progresso, a revolução e a liberdade.

Sabemos que a forma social inaugurada pelo capitalismo, baseada no valor e transfigurada pelo processo de fetichismo da mercadoria, convencionou o advento da modernidade (Marx, 2013; Lukács, 2003; Postone, 2014; Arantes, 2014). Uma vez que a toada eurocêntrica define a linha de chegada do resto do mundo, os países passaram a seguir um processo de modernização a fim de que fossem integrados ao funcionamento capitalista. O marxismo centrado na luta de classes interpreta o processo de modernização como fazendo parte do etapismo que conduziria o proletariado como sujeito da história, que alcançaria a emancipação humana. (Prado Jr, 1966; Lukács, 2003; Anderson, 1976; Sodré, 1926; Fernandes, 1976). Essa teoria estabelece que os países deveriam passar por um processo de desenvolvimento que transformasse as estruturas econômicas e sociais a fim de implantar os princípios de igualdade e liberdade burguesas. Essa ideia levou teóricos a imaginarem que o desenvolvimento seria uma condição essencial para que os países com passado colonial superassem a condição de atraso e dependência. Com isso, seria necessário implantar todo o aparato burguês, instituindo as categorias marxianas de trabalho abstrato e valor.

Vimos, sobretudo com Marx (2010), que a modernidade europeia é resultado de uma série de Revoluções que romperam com a organização feudal. Tal processo convencional trouxe

mudanças estruturais, como a expansão do capitalismo, a racionalização das instituições e a reconfiguração das relações sociais (Marx, 2010; Weber, 2006). Temos então que dinheiro, mercadoria e trabalho abstrato constituem entes da organização capitalista, lembrando que todo esse aparato é tomado como um ciclo natural de civilização e progresso.

O processo de modernização no Brasil segue uma linha histórica distinta, primeiro porque não havia organização feudal na colonização, e em segundo lugar, existem teóricos que postulam que o Brasil nasce moderno – isto é, capitalista. Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969) é uma das expoentes da sociologia brasileira que investiga o processo de formação social do Brasil como baseado na produção de lucro. Ainda que a economia fosse arcaica, a ordem escravocrata já estava vinculada à produção de lucro para o capital global.

Todavia, passamos por um processo de implantação direta dessas categorias institucionalmente, a instauração do trabalho assalariado, dos direitos trabalhistas, e o fomento à industrialização e urbanização exemplificam a corrida institucional de tornar nosso país formalmente capitalista (Oliveira, 2003). No entanto, os tempos áureos deste desenvolvimento ocorreu em paralelo às crises profundas que este sistema de produção já apresentava, ou seja, quando o trabalho e o valor já haviam se tornado mediações tecnicamente obsoletas para manutenção do capital. Assim sendo, por que a teoria crítica do valor, sobretudo desenvolvida por Robert Kurz foi tão mal recepcionada no Brasil? E ainda, se a construção crítica realizada por Kurz (2004; 2018; 2020), Postone (2014) e Arantes (2014) parece simplesmente tecer analiticamente os rumos do colapso do capitalismo, por que a teoria do colapso não se aplicaria à nossa realidade?

Segundo Barreira (2025), a teoria crítica do valor não foi bem recepcionada no Brasil pelo fato de que muitos autores marxistas no Brasil não romperam com o paradigma da luta de classes como estrutura explicativa do mundo. De acordo com ele, “a absolutização do ponto de vista de classe permaneceu, assim, uma posição apenas doutrinária, surda para o debate teórico que ela recepcionava” (Barreira, 2025, p. 8). A rigidez do conflito de classes neutralizou o debate da forma social, proposta por Kurz e Jappe. Uma tradição teórica que vê no trabalho um meio de emancipação não permite vê-lo como uma categoria que deveria também ser superada, afinal, a superação da exploração pela corrente marxista tradicional se dá por meio do trabalho.

O conteúdo radical da crítica do valor foi rejeitado de maneira a priori, mantendo intacto a esperança de que o conflito de classes seria um meio de emancipação:

Em vez de uma reconstituição cuidadosa da estrutura teórico-categorial da nova abordagem, alguns de seus fragmentos foram pinçados e atirados em um liquidificador teórico, bem ao estilo da teorização pós-moderna. É evidente que, nessas condições, a crítica do valor permanecia apenas como embalagem superficial diluída em termos de conteúdo. Prevaleceu aqui, em contraste com os grupos de crítica do valor, não um

programa de pesquisa, mas uma apropriação de momentos isolados dessa teoria (crítica do trabalho, teoria do fetichismo etc.). Isso se deu, no entanto, por meio de um padrão reativo que confrontou a nova teoria de maneira apenas externa, a partir da absolutização do “ponto de vista de classe”. Essa recepção, baseada na “apreensão crítica de conceitos originalmente negativos como os de proletariado, classe e luta de classes” foi, desde o início, essencialmente uma crítica da crítica do valor. Não houve, aqui, uma elaboração adequada dos limites do “ponto de vista de classe”. Tal atitude defensivo-reativa consistia essencialmente em estabelecer como princípio axiomático que toda luta social é, por definição, “luta de classes” e que a crítica desta última, a despeito do seu conteúdo, só pode ser uma renúncia ao conflito social. (Barreira, 2025, p. 7)

Em geral, as críticas à crítica do valor consideravam a teoria como abstrata, idealista, e até mesmo sem saída política. Ricardo Antunes (Os sentidos do trabalho, 2011; O privilégio da servidão, 2018), Valério Arcary (As esquinas perigosas da história, 2004) e Ruy Braga (A política do precariado, 2012), por exemplo, mantêm a aposta na emancipação via trabalho.

Embora Chico de Oliveira (2003) teça uma crítica da modernidade capitalista como forma histórica específica, o que em certa medida redundava em uma crítica à centralidade do valor, ele não rompe por completo com a ontologia do trabalho. Há certamente, neste autor, um ponto de transição do marxismo tradicional para uma análise crítica da forma social da mercadoria, que veremos no capítulo a seguir.

4. A incorporação problemática da categoria “trabalho” em Francisco de Oliveira

Chico de Oliveira se distingue do marxismo tradicional ao mencionar o cerne das contradições internas do capital. Embora ele não rompa por completo com a ontologia do trabalho, sobretudo no tocante da ausência de um sujeito histórico, vemos em suas análises um deslocamento crítico que tensiona os limites da valorização do valor sob condições periféricas. Nesse sentido, veremos neste capítulo como o autor incorpora o conceito de trabalho. Ao ser indagado sobre como pensar o Brasil, ele diz

Acho que não é muito difícil propor como pensar o Brasil, embora passar da sugestão para chegar a novas interpretações com poder explicativo seja uma tarefa hercúlea. São duas as condições que é preciso tomar em conta, seguindo a sugestão de Antonio Candido. A primeira, eu diria, seria pensar com radicalidade. É da tradição brasileira, como todos sabemos, o minueto intelectual na política, é até menos que um minueto porque é menos nobre. Na produção intelectual aí sim é o minueto a forma dominante: dois passinhos pra cá, dois pra lá, uma voltinha no meio, e assim o debate intelectual no Brasil é sempre como Sérgio Buarque definiria cordial, cordialidade no sentido forte. É um minueto em que os dois passinhos pra cá consistem numa compassividade acrítica, enquanto os dois passinhos pra lá desatam uma agressividade personalizada contra o que ousou discordar do consenso. É preciso outra vez romper com a cordialidade, com essa falta de radicalidade.

A segunda condição é de pensar a especificidade. Como a geração de 30 o fez. Como se deu a formação dessa sociedade, desse Estado; o que têm de próprio, de específico, de singular, evitando, evidentemente, a falsa autarquia, o isolamento das grandes correntes das ciências humanas e sociais em particular. Inscrita como especificidade no movimento mais geral do capitalismo, como fez Caio Prado Jr. e posteriormente Celso Furtado. (Oliveira, 2001, p. 89)

4.1 A ruptura com o dualismo e a crítica à modernização conservadora

Chico de Oliveira posiciona a Revolução de 1930 como momento chave para a implantação de ideias desenvolvimentistas no Brasil. O projeto de nação colocado em prática por Getúlio Vargas à época ocasionou uma série de transformações estruturais que possibilitaram a “recriação das condições de expansão do sistema enquanto modo capitalista de produção.” (Oliveira, 2003, p. 29).

Todavia, Oliveira (2003) alerta que o mesmo Estado que apoiava a industrialização como meio de superar a condição de subdesenvolvimento no Brasil, também manteve as condições precárias e “atrasadas”. Ou seja, a dita Revolução Brasileira de 1930 fez com que o Brasil, um país na periferia do capitalismo, alcançasse uma posição no jogo do capitalismo mundial, ainda que se mantivesse institucionalmente atrasado. O autor considera a oposição entre “moderno” e “atraso” como fundamentação teórica apenas formal, uma vez que “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’.” (Ibid, p. 32) Essa ideia de Oliveira nos permite perceber que, na realidade, o subdesenvolvimento não é uma condição

que escapa ao sistema capitalista, mas faz parte do mesmo. Em sua teoria, Chico de Oliveira percebe como o modo de acumulação capitalista teve uma realização parcial interna crescente no Brasil, em que o Estado atuou para desarmar o modo de acumulação antigo. Em sua perspectiva, o próprio subdesenvolvimento aparece como uma forma específica de realização do capitalismo, e não apenas como estágio histórico. Nesse sentido, o autor mobiliza operacionalmente as categorias centrais marxianas para analisar as dinâmicas de acumulação no Brasil.

A ascensão de Vargas ao poder visava pôr fim ao regime oligárquico, e foi o momento que assentou o Estado como ente político-ideológico que agia em nome do interesse nacional. Com isso, o período marca o fim da hegemonia agrário-exportadora, momento em que o Estado influenciou diretamente a formação de uma economia voltada para produção urbano-industrial. Para que isso fosse possível, foram necessários processos de transformação estruturais, que possibilitaram “a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho.” (Ibid, p. 35)

Nesse sentido, o desenvolvimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 foi estratégico para delinear o novo modo de acumulação requerido. A regulamentação das leis de relação entre trabalho e capital é um dos fatores mais importantes na caminhada para o capitalismo brasileiro. Afinal, junto com a industrialização, a nova legislação trabalhista visava instaurar o novo modo de acumulação no Brasil. “A regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias” (Oliveira, 2003, p. 39) que beneficiou a acumulação, operando de certa forma como institucionalização do fetiche da mercadoria na modalidade de trabalho abstrato assalariado.

Diferentemente do curso da modernidade europeia, no Brasil não houve expropriação de terras que possibilitasse a acumulação primitiva. Aqui, a implantação do capitalismo “trata-se de um processo em que não se expropria a propriedade, mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória de terra.” (Ibid, p. 43) A acumulação tecnicamente primitiva que ocorre no Brasil já nas décadas de 1950 e 1960 ocorre por meio da transferência de “trabalho morto”, em que o trabalhador rural ou o morador da roça ocupa a terra e a cultiva para sua subsistência, ao mesmo tempo em que prepara essa terra para lavouras e pastagens do proprietário.

Até o fim dos anos 1950, a legislação trabalhista não havia chegado no campo, assim como a previdência social. Esse modelo propiciou “a manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e portanto do nível da massa trabalhadora rural” (Ibid,

p. 43). Oliveira (2003) expõe que em meados da década de 1960, a agricultura primitiva, de tração animal, se mantinha mais rentável aos agricultores em relação aos agricultores adeptos de uma técnica agrícola motorizada. Isto significa dizer que o processo de acumulação financeira se valeu diretamente de técnicas consideradas atrasadas.

Nesse sentido, no Brasil, a agricultura desempenhou um papel central para o processo de acumulação, uma vez que possibilitou o contingente de força de trabalho, aliado ao fornecimento de alimentos. Ainda que a realização da mais-valia e o desenvolvimento da acumulação estejam relacionados com a massa industrial urbana, Oliveira (2003) nos chama atenção para que a implantação desse sistema exige uma integração dialética entre agricultura e indústria, e não uma dualidade.

Na análise sobre o desenvolvimento do setor industrial, o autor adverte que o processo de industrialização no Brasil focou, em um primeiro momento, na produção de bens de consumo não duráveis, destinados às classes populares. Apenas na segunda etapa o processo se dirige à produção de bens duráveis. Tal processo foi orientado pelas necessidades da acumulação, e não pelas necessidades do consumo da população urbana em ascensão.

A outra parte da equação do desenvolvimento do capitalismo brasileiro se refere aos “serviços”, conjunto diverso de atividades que não produzem bens materiais. Economistas e teóricos do subdesenvolvimento viam como característica comum aos países de economias subdesenvolvidas a presença de um setor terciário inchado, caracterizando os serviços como improdutivos e não agregados de valor, como um resíduo²⁰ do subdesenvolvimento. (Oliveira, 2003).

Oliveira (2003) afirma ainda que, segundo os dados dos censos demográficos, entre os anos de 1939 e 1969 o setor terciário foi o que mais absorveu força de trabalho no Brasil. Para ele, no entanto, esse “inchaço” não era acaso do subdesenvolvimento, mas sim um fator que possibilitou a instauração do capitalismo moderno. Aliado à análise desses dados, ele reforça que as relações mais simples, características do setor de serviços, não foram um empecilho para a acumulação brasileira.

Sua tese se respalda no fato de que os serviços realizados puramente pela força de trabalho eram remunerados de maneira defasada, de acordo com o conceito marxista de “mais-valia”. De maneira provocativa, ele lança mão de questionamentos sobre o fato de produtos industrializados, principalmente de consumo pessoal, serem comercializados por vendedores ambulantes nas cidades. E sublinha que “Esses serviços, longe de serem excrescência e apenas

²⁰ Sobre uma discussão mais aprofundada dos resíduos no capitalismo ver Fernandes, 2024.

depósito do "exército industrial de reserva", são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda." (Oliveira, 2003, p. 58)

Já na década de 1970, Francisco de Oliveira notava a contradição presente no setor de serviços, que incide sob a exploração da mão de obra no Brasil, com a ressalva de que mesmo os serviços pessoais, como a contratação do trabalho doméstico ou de motorista particular, podem conter em si o mecanismo que reforça a acumulação capitalista. Ele destaca que, se comparados um brasileiro e um estadunidense médios em rendimentos monetários equivalentes, o brasileiro médio "desfruta de um padrão de vida real mais alto, basicamente sustentado na mão de obra, sobretudo feminina" (Oliveira, 2003, p. 58, grifos nosso)

Em síntese,

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. (Oliveira, 2003, p. 60)

Em diálogo, e contraponto, Oliveira (2003) expõe que Kuznets²¹ observou, com base em séries históricas de países centrais, que o processo de desenvolvimento capitalista tende, após certo ponto, a reverter a concentração de renda. Essa reversão, no entanto, segundo o próprio Kuznets, não é intrínseca ao funcionamento do sistema, mas está ligada à organização dos trabalhadores e à intervenção do Estado via legislação social. Oliveira (2003) parte desse autor como ponto de partida empírico mas sua análise deságua na crítica teórica ao autor. No caso brasileiro, essa crítica se aprofunda, Oliveira (2003) rejeita qualquer hipótese de que a trajetória do Brasil pudesse repetir a dos países centrais. O padrão agrário e fundiário da economia brasileira, a ausência de um campesinato estável e a forma como o capital se expande, articulando modernização e exclusão inviabilizam a reversão da concentração de renda. Oliveira (2003) argumenta que, na periferia, o capitalismo pode aprofundar desigualdades, ao invés de resolvê-las, sem que isso implique a lógica de funcionamento do sistema de produção.

Retornando à questão das leis trabalhistas, Oliveira (2003) adverte que mesmo com o advento da legislação trabalhista de 1930, a fixação do salário mínimo era desproporcional ao custo da subsistência da classe trabalhadora. Tal estratégia livrou a indústria do custo da reprodução da força de trabalho e possibilitou a criação de uma periferia brasileira. O processo de modernização brasileira "queimou" etapas e resultou em uma modernização invertida, que

²¹ Oliveira (2003) utiliza a obra "Crecimiento económico y estructura económica", Simon Kuznets, 1970.

se beneficiou da manutenção do “atraso”. Assim sendo, o processo de acumulação capitalista tardio se deu guiado por uma celeridade que não esperou o valor da força de trabalho se tornar suficientemente alto para implementação de novas tecnologias que visavam economizar o emprego de mão de obra. A partir desse argumento é possível pensar no impacto da revolução tecnológica ter se colocado no modo de produção brasileiro ainda quando o Estado estava se industrializando. Afinal, a técnica de produção das mercadorias passa a ser mais tecnológica, enquanto a forma de reprodução do valor é a mais primitiva possível. Em uma entrevista para o Caderno CRH em 2012, Chico destaca que

A peculiaridade da dominação brasileira é o atraso como técnica de dominação. E não é a mesma coisa em todas as sociedades. Como é que os Estados Unidos controlam sua sociedade? Usando o individualismo como técnica de dominação. Você só terá êxito se for um indivíduo capaz e tal. No Brasil é diferente. (Oliveira, 2012, p. 620)

Nessa mesma entrevista Chico de Oliveira revela sua posição sobre a luta de classes: ele ressalta que não acredita na possibilidade de uma revolução trabalhista, afinal, para ele, o processo de implantação do capitalismo no Brasil se dá de uma maneira estrutural, independente dos atores. Em 2012 ele afirmava que

O estatuto do trabalho doméstico no Rio até antecipou muita coisa que já ocorre em São Paulo, mas parou. Tudo isso são movimentos moleculares que o próprio desenvolvimento do capitalismo faz. Isso não é grande reforma. Então, vai ocorrendo porque, se nós não estamos muito enganados, e se Marx ainda tem algum valor, o que o capitalismo compra é o tempo de trabalho, e o outro lado também sabe medir esse tempo de trabalho. Quando os dois comprimirem, isso a gente melhora. A questão é essa. Não vejam como pessimismo larvar, mas a corrida mundial é muito acelerada. Cada novo desenvolvimento obriga você, a gente sabe há tempos, a tornar obsoleta a parte do que estava atrás e tentar adaptar-se e até inventar o que está pela frente. Isso faz com que o caminho tradicional que a classe operária percorreu não possa ser percorrido. E aí, me aproximando e me distanciando de Florestan, eu não acredito que vai haver nenhuma ruptura violenta. Porque é um conformismo morno, uma coisa difícil de definir. (Oliveira, 2012, p. 621)

Percebemos que a análise de Oliveira não se volta inteiramente à apropriação dos meios de produção, mas mobiliza a própria crítica das categorias formais, trabalho, valor e classe como estruturas históricas da dominação social moderna.

Em “Crítica à Razão Dualista” (2003), Chico faz uma análise conjuntural consistente que se consolidou como clássica após o século XX. Em O Ornitorrinco (2003), Oliveira aprofunda a análise do capitalismo brasileiro no início do século XXI, ao identificar uma mudança no caráter estrutural da exploração do trabalho. Segundo o autor, nas formações periféricas, a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa deixam de operar de maneira sucessiva e passam a se fundir, de modo que o trabalho abstrato se realiza sob formas extremas, marcadas pela intensificação da exploração e pela precarização generalizada da vida social. Essa ideia do trabalho abstrato virtual, que se radicaliza na periferia como barbárie imanente, remete

diretamente à crítica de Robert Kurz à forma do trabalho abstrato como núcleo cego da reprodução capitalista.

Na Crítica, Oliveira afirma que o processo acelerado de inserção no capitalismo global ocasionou a apelação para o endividamento externo privado, com alta pressão sobre a balança de pagamentos. Esse é um dos fatores que fez com que a taxa de exploração do trabalho aumentasse por meio do aumento dos preços de itens básicos da vida do trabalhador. A percepção de Chico é muito aguçada, uma vez que ele percebe o aumento da taxa de exploração, ainda que o salário mínimo em números não estivesse passando por rebaixamento. Oliveira (2003) formula essa tese ao comparar o desenvolvimento do salário mínimo entre 1944 e 1968, e embora ele não realize o mesmo esforço comparativo em O Ornitorrinco, a condição de precarização do trabalho no Brasil aparenta se consolidar. Mas, ainda que Chico de Oliveira identifique a crise da mediação salarial e o esgotamento da integração pelo trabalho, sua crítica permanece situada no interior da gramática do trabalho, não avançando para uma crítica categorial do trabalho abstrato enquanto forma social histórica.

Em síntese, segundo Chico de Oliveira – e amparado por Simon Kuznets [DF1] (1970) e pelo próprio Marx –, a expansão capitalista se dá por meio da ampliação da capacidade de consumo, o que torna a perseguição de algo próximo do pleno emprego desejável para reprodução do sistema. Argumento que vai de encontro à máxima marxista de que o trabalho é quem remunera o capital. Afinal, é a única mercadoria que gera valor. Assim, as economias do capitalismo central promoveram a desigualdade visando uma redistribuição para alimentar o ciclo do capital. No entanto, no Brasil

do ponto de vista estritamente da relação acumulação-escassez de força de trabalho, o sistema não encontrou ainda seu limite. Por outro lado, e aqui é que entra a especificidade particular da forma concreta de capitalismo no Brasil, esse limite é sempre como a linha do horizonte, uma vez que a economia absorve, pelas suas relações com o capitalismo mais maduro, formas concretas de inversão que poupam previamente trabalho, o que potencializa enormemente uma unidade de inversão. (Ibid, p. 112)

Outro ponto abordado já nesta tese de 1972 se dedica ao argumento de que na contramão da expansão do capitalismo nas economias dos países centrais, no Brasil, a exclusão das classes baixas do ganho da produção se tornou elemento vital do dinamismo de acumulação financeira, de modo que “a luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação a regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão”. (Ibid, 2003, p. 119)

Retomando o debate que Chico de Oliveira realizou nos 25 anos do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), ele afirma que “pensar com radicalidade e com especificidade não é apenas para nos regalarmos com nossas produções teóricas; isso tem uma urgência cívica e uma urgência política” (Oliveira, 2001, p. 95), com vistas ampliar a interpretação da realidade social.

Contudo, se, por um lado, Chico desenvolve uma tese seminal que o distancia das expectativas evolucionistas presentes na tradição cepalina²², por outro, sua análise permanece ancorada na problemática da formação nacional e na centralidade do Estado como instância capaz de intervir sobre a dinâmica da acumulação. Essa reconexão não se dá como simples filiação teórica, mas como reelaboração crítica de um diagnóstico histórico compartilhado: a especificidade do subdesenvolvimento brasileiro como forma estrutural de inserção no capitalismo mundial.

Estamos fundamentando que, ao retomar autores como Celso Furtado, Oliveira não busca restaurar o horizonte normativo do desenvolvimentismo clássico, tampouco reinscrever-se nas expectativas evolucionistas associadas à CEPAL. Trata-se, sobretudo, de reconhecer que a especificidade do capitalismo brasileiro exige uma análise capaz de apreender o subdesenvolvimento não como estágio transitório, mas, repetindo, como forma historicamente estabilizada da acumulação capitalista na periferia.

Nessa chave, a centralidade do Estado na obra de Oliveira não deve ser compreendida como expressão de um otimismo desenvolvimentista tardio, mas como tentativa de pensar os limites e as mediações possíveis da acumulação sob condições periféricas. A aposta estatal aparece, assim, menos como promessa de superação das contradições estruturais do capitalismo dependente e mais como esforço de administrar seus impasses, revelando o caráter ambivalente e tensionado de sua crítica. É justamente essa ambivalência, que está situada entre a radicalização do diagnóstico da dependência e a persistência da problemática da formação nacional, que confere singularidade à sua posição teórica.

Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado (1959) constrói uma interpretação na qual o subdesenvolvimento não aparece como etapa transitória, mas como resultado histórico da articulação entre economia colonial, dependência externa e heterogeneidade estrutural. O

²² Segundo Colistete (2001), a tradição cepalina se refere ao conjunto de formulações teóricas elaboradas no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), sob liderança de Raúl Prebisch, no final dos anos 1940. As formulações em questão se dedicavam à interpretação do subdesenvolvimento latino-americano como resultado de estruturas centro-periferia, marcadas pela especialização primário-exportadora e pela difusão desigual do progresso técnico. Essa abordagem atribui à industrialização, apoiada pela ação do Estado, um papel central na superação da condição periférica, combinando forte ênfase estrutural com uma formulação teórica relativamente flexível (Colistete, 2001).

núcleo do argumento reside na incapacidade de o progresso técnico se generalizar socialmente, uma vez que a incorporação de produtividade ocorre de forma seletiva, preservando amplos contingentes de força de trabalho em condições de baixa remuneração e baixa integração ao mercado interno. Para Furtado, essa assimetria bloqueia a constituição de um sistema econômico nacional plenamente articulado, exigindo a intervenção deliberada do Estado como condição para reorientar o processo de acumulação

Francisco de Oliveira radicaliza esse diagnóstico. Celso Furtado concebe a possibilidade de socialização do excedente por meio da elevação dos salários e da ampliação do consumo de massas. O autor sustenta que “a massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno”, indicando que a ampliação do emprego assalariado poderia induzir um crescimento endógeno capaz de integrar setores atrasados da economia (Furtado, 2005, p. 119). Nessa perspectiva, a elevação da massa salarial aparece como mecanismo central de dinamização da demanda e de absorção progressiva das economias de subsistência, ainda que sob limites impostos pela estrutura agrária e pela dependência externa. Francisco de Oliveira mostra que, no capitalismo periférico, essa integração não apenas falha, como se converte em condição funcional da própria acumulação. Ao contrário de Furtado, para quem a heterogeneidade tende a ser dissolvida pela generalização do assalariamento, Oliveira (2003 [1972]) demonstra que a exclusão estrutural e a informalidade tornam-se componentes orgânicos da valorização do capital, alimentando-se da superexploração do trabalho. Ainda assim, Oliveira não abandona inteiramente o horizonte estatal: sua crítica à razão dualista e, posteriormente, sua análise do país ornitorrinco pressupõem que a intervenção pública tenha sido e poderia novamente ser um mecanismo de mediação das contradições sociais, ainda que sob condições cada vez mais restritas.

Essa permanência do Estado como horizonte de intervenção revela o caráter reformista da posição de Oliveira. Mesmo ao diagnosticar a crise da forma-salário, a informalização estrutural e o esvaziamento das bases políticas do trabalho, Chico não formula uma crítica categorial do trabalho abstrato enquanto forma social histórica. Sua aposta recai, antes, sobre a possibilidade de recomposição institucional da relação capital-trabalho, ainda que reconheça que o caminho clássico percorrido pelas economias centrais tornou-se historicamente inviável. Nesse ponto, sua leitura se aproxima de Furtado, na medida em que ambos concebem o Estado como instância potencial de reordenação da acumulação, mesmo quando os limites dessa intervenção se tornam cada vez mais evidentes.

O que distingue Oliveira de Furtado, contudo, é o grau de negatividade histórica que atravessa sua análise. Se, em *Formação Econômica do Brasil* (2005), ainda é possível identificar

uma expectativa de construção de centros internos de decisão capazes de subordinar o progresso técnico a fins nacionais, em *O Ornitorrinco* (2003) essa possibilidade aparece profundamente corroída. A intervenção estatal já não surge como via de integração social, mas como administração precária de uma sociabilidade marcada pela superexploração e pela instabilidade permanente. Ainda assim, a crítica de Chico permanece situada no interior da gramática do trabalho: mesmo quando reconhece o esgotamento da integração pelo emprego, sua análise não rompe completamente com a centralidade do trabalho como categoria de referência normativa.

Essa tensão é fundamental para compreender o lugar de Francisco de Oliveira no debate crítico brasileiro. Sua obra ocupa uma posição limiar entre o desenvolvimentismo e a crítica radical da modernidade capitalista: reconecta-se a Furtado ao insistir na especificidade histórica do subdesenvolvimento e na centralidade do Estado, mas se afasta do seu mestre ao reconhecer que a dinâmica contemporânea da acumulação transforma o trabalho em vetor de barbárie social, não mais em promessa de emancipação. É precisamente essa ambiguidade que confere densidade à sua crítica e, ao mesmo tempo, delimita seus limites teóricos, limites que se tornarão decisivos no confronto com abordagens que avançam para uma crítica categorial do trabalho abstrato.

4.2 Trabalho abstrato e acumulação por barbárie na periferia

Em *O Ornitorrinco*, Francisco de Oliveira aprofunda a crítica formulada em *A Crítica à Razão Dualista*, ao argumentar que a periferia do capitalismo não apenas reproduz de forma incompleta ou atrasada as dinâmicas centrais, mas desenvolve formas próprias e estruturalmente necessárias à reprodução do capital em escala global. Nesse contexto, a categoria de trabalho assume um papel decisivo: na medida em que a acumulação capitalista depende, simultaneamente, da intensificação do trabalho (mais-valia absoluta) e do aumento da produtividade (mais-valia relativa), o capitalismo periférico engendra uma fusão contraditória dessas duas modalidades, produzindo uma forma de trabalho abstrato que se realiza como barbárie imanente. Essa configuração peculiar da valorização, longe de ser um desvio anômalo, constitui a própria especificidade histórica da periferia na modernidade capitalista. A análise de Chico converge com teses sobre a brasilianização do mundo vistas em Paulo Arantes (2004)²³ e Ulrich Beck (2000)²⁴.

Ainda que o ornitorrinco invoque a imagem de algo accidental, quase como um resultado cômico da evolução, ele serve a Oliveira como uma categoria sociológica que caracteriza a imagem da modernização periférica: híbrida, incoerente, funcional na incoerência. A contradição é a própria base da forma social, é estruturante na medida em que a conclusão do processo de modernização de um país como o Brasil não é nem atrasada e nem moderna em termos puros, como diz o autor. Como é este ornitorrinco? “altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*” (Oliveira, 2003, p. 133).

A teoria do autor mostra, portanto, que essa organização não é falha, mas o subsídio organizacional para acumulação no capitalismo periférico. O resultado é uma sociabilidade que integra, de modo orgânico, relações arcaicas e procedimentos modernos, compondo um mosaico híbrido, fazendo valer a máxima do pensamento de Oliveira, no qual o “novo” só se consolida à custa da preservação sistemática do “velho”. Nesse sentido, a forma ornitorrinco revela que a modernização brasileira não se define pelo avanço linear das forças produtivas, mas pela capacidade de articular desigualdades históricas como parte constitutiva da reprodução ampliada do capital.

Essa articulação entre elementos díspares atinge sua expressão mais clara quando Oliveira identifica, na periferia capitalista, a fusão estrutural entre mais-valia absoluta e mais-

²³ ARANTES, Paulo. *A fratura brasileira do mundo*. Zero à Esquerda, 2004.

²⁴ BECK, Ulrich. *The Brave New World of Work*. Polity Press, 2000.

valia relativa. Em *O Ornitorrinco*, o autor argumenta que a informalidade tornou-se um componente orgânico da acumulação, de modo intensificado após a Terceira Revolução Industrial (ou molecular digital, como ele delinea). Sob o impacto simultâneo da elevação da produtividade e da precarização das formas de trabalho, “fundem-se mais-valia absoluta e relativa” (Oliveira, 2003, p. 135), de modo que o tempo de trabalho não pago se estende indefinidamente ao mesmo tempo em que a introdução desigual de tecnologias reduz a necessidade de força de trabalho. A informalidade deixa de representar um “fora” do capital e converte-se em uma das principais formas de reposição da valorização, sustentada pela combinação explosiva entre intensificação do trabalho e seu barateamento estrutural.

A síntese entre a mais-valia absoluta e relativa proposta por Oliveira (2003) é refinada, mobiliza tanto o processo histórico de acumulação quanto ao futuro ensejado pelo capitalismo, enfrentando concepções clássicas de um marxismo evolucionista, quebrando de vez com a ideia de que o etapismo desenvolvimentista nos levaria ao Welfare State. Em seu diagnóstico sobre o Brasil no início do século XXI, Oliveira descreve a reconfiguração estrutural da forma salarial tal como concebida na crítica marxiana da economia política.

No capitalismo industrial clássico, o salário figurava como capital variável adiantado, isto é, uma parcela de valor que o capitalista desembolsava antes da venda da mercadoria, esperando recuperá-la posteriormente no circuito $D-M-D'$, no qual o dinheiro investido (D) converte-se em mercadoria (M) para retornar como dinheiro acrescido de mais-valia (D'). O ponto enfatizado por Oliveira (2003, p. 135-137) é que essa lógica se rompe no capitalismo periférico contemporâneo: o capital já não adianta o salário, mas transfere ao trabalhador o risco da valorização. O trabalhador informalizado passa a ser remunerado somente após a realização da mercadoria, de modo que seus rendimentos deixam de derivar de um pagamento estável e anterior à circulação e passam a depender diretamente da venda dos produtos e serviços. Em suma, a mercadoria trabalho não é mais tida como um capital variável de “custo”.

Assim, os trabalhadores se tornam uma massa intercambiável de exército ativo e de reserva, que transita diariamente entre inserção e exclusão, dissolvendo a antiga determinação do capital variável. O que aparece, portanto, é uma inversão profunda na forma social da mediação: o trabalhador já não vende sua força de trabalho para o capital antecipadamente, mas se submete à incerteza da própria realização do valor, como se sua sobrevivência estivesse imediatamente vinculada ao sucesso do movimento $D-M-D'$. Para Oliveira, essa transformação não é uma degeneração accidental, mas a expressão avançada da dominação fetichista, em que a forma-salário se desfaz e o trabalho abstrato assume sua figura extrema, fundindo mais-valia absoluta e relativa e convertendo o trabalhador em portador dos riscos do capital. Para ele, a

tendência moderna do capital é essa supressão do adiantamento do salário, de modo que *o setor informal anuncia o futuro do setor formal*, uma vez que

o fenômeno que preside tudo é a enorme produtividade do trabalho: se o capital não podia igualar tempo de trabalho a tempo de produção pela existência de uma jornada de trabalho, e pelos direitos dos trabalhadores, então se suprime a jornada de trabalho e com ela os direitos dos trabalhadores, pois já não existe medida de tempo de trabalho sobre o qual se ergueram os direitos do Welfare (Oliveira, 2003, p. 137).

A fusão entre mais-valia absoluta e relativa, tal como formulada por Oliveira, produz uma configuração paradoxal e estruturalmente violenta: ao mesmo tempo em que o capital intensifica brutalmente a exploração do trabalho vivo, por meio de jornadas extensas, baixos rendimentos e supressão de direitos, introduz de maneira desigual e precoce tecnologias poupadoras de trabalho. O resultado não é a substituição progressiva do trabalho humano pela técnica, como suporia uma leitura evolucionista do desenvolvimento capitalista, mas a coexistência contraditória entre trabalho sobrando e trabalho intensificado.

De um lado, massas crescentes de trabalhadores tornam-se supérfluas do ponto de vista da valorização, e de outro, aqueles que permanecem inseridos são submetidos a ritmos extenuantes e a formas cada vez mais instáveis de remuneração. Essa dinâmica rompe com qualquer modelo linear de progresso das forças produtivas, pois a elevação da produtividade não reduz o tempo de trabalho social, mas o fragmenta, o precariza e o redistribui de forma desigual. Trata-se, portanto, de uma realização histórica específica da lógica da mais-valia, na qual a exploração não se limita à extração de tempo excedente, mas assume a forma de uma compressão simultânea do tempo de vida e do valor da força de trabalho.

Assim, pode-se sustentar que é nesse ponto que o diagnóstico de Oliveira alcança seu limite e, ao mesmo tempo, sua consequência teórica mais incisiva. Ao demonstrar que nas formações periféricas o trabalho é atravessado por processos permanentes de precarização, informalização e indeterminação, o autor evidencia que a mediação salarial deixa de operar como mecanismo estável de integração social. Nessas condições, o trabalhador precarizado passa a expressar, antes de tudo, a crise interna da acumulação capitalista, marcada pela fusão entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

Embora Oliveira não avance para uma crítica categorial do trabalho enquanto forma social histórica, sua análise tensiona os pressupostos do marxismo tradicional ao indicar que a forma-salário e a gramática política do trabalho se encontram profundamente fragilizadas na periferia do capitalismo. O que se coloca em questão, portanto, não é a possibilidade imediata de emancipação pelo trabalho, mas os limites históricos da sua centralidade como mediação social e política.

A radicalidade da análise de Oliveira se expressa também na análise do esvaziamento das bases sociais e políticas do trabalho. Ao investigar os efeitos da reestruturação produtiva e da generalização do trabalho abstrato-virtual, o autor observa que “as forças do trabalho já não têm ‘força’ social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual, nem ‘força’ política”, uma vez que tais transformações na base técnico-material da produção repercutem diretamente na própria formação da classe” (Oliveira, 2003, p. 136).

O que se desfaz, portanto, não é apenas a estabilidade do emprego ou a proteção jurídica do trabalho, mas a possibilidade mesma de o trabalho operar como princípio integrador da sociabilidade e como fundamento de uma ação coletiva dotada de potência histórica. A partir desse diagnóstico, torna-se possível avançar para além da denúncia da exploração e interrogar o estatuto do trabalho como categoria social: sob condições de superexploração permanente e exclusão estrutural, o trabalho deixa de poder sustentar-se como horizonte normativo de emancipação e revela-se como forma histórica de dominação.

4.3 Contraponto com o marxismo tradicional: a crítica ao sujeito revolucionário

A crítica desenvolvida por Francisco de Oliveira ao capitalismo brasileiro implica um deslocamento importante em relação às formulações clássicas do marxismo do movimento operário, especialmente no que diz respeito às condições históricas de constituição da classe trabalhadora como sujeito político organizado. Tal deslocamento, contudo, não se apresenta como uma recusa normativa da luta de classes nem como uma negação abstrata da centralidade do trabalho, mas como resultado analítico da forma específica assumida pela modernização capitalista na periferia.

Desde *Crítica à Razão Dualista*, a construção analítica histórica e estrutural concebida por Oliveira (2003) demonstra que a expansão do capitalismo no Brasil não conduziu à universalização da forma-salário nem à integração homogênea da força de trabalho, afinal a indústria cresce e se dinamiza *pari passu* ao processo de inchaço do setor de serviços.

Existe alguma incompatibilidade entre o volume crescente da produção automobilística e a multiplicação de pequenas oficinas destinadas à reprodução dos veículos? Como explicar que todos os tipos de serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo na criação de empregos e quando todo um processo se cristaliza – conforme os resultados do censo demográfico de 1970 – numa distribuição da renda mais desigual? Esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do “exército industrial de reserva”, são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda (Oliveira, 2003, p. 58)

O processo de acumulação periférica se realiza por meio da combinação entre relações modernas e arcaicas, produzindo uma estrutura social marcada pela heterogeneidade permanente. Como sintetiza o autor, “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (Oliveira, 2003, p. 60). Essa dinâmica impede que o trabalho assalariado se constitua como base estável de integração social, comprometendo desde cedo a formação de uma classe trabalhadora unificada.

Esse diagnóstico se aprofunda quando Oliveira analisa o papel da legislação trabalhista e da informalidade na constituição do mercado de trabalho brasileiro. Ao fundamentar que a legislação do trabalho livrou a indústria do custo da reprodução da força de trabalho (Oliveira, 2003), o autor evidencia que a reprodução do trabalhador não foi socialmente assegurada nos moldes do capitalismo central. A informalidade, por sua vez, longe de representar um resíduo pré-capitalista ou um desvio transitório – em suas palavras, *excrescência* é compreendida como produto da própria industrialização e como elemento funcional à acumulação (Oliveira, 2003). À luz dessas condições descritas por Oliveira (2003), a classe trabalhadora se forma de modo fragmentado e instável, sem alcançar a homogeneidade social que, historicamente, sustentou as formas clássicas de organização política do trabalho.

Em *O Ornitorrinco*, esse diagnóstico ganha maior densidade ao ser articulado às transformações contemporâneas do capitalismo. Como demonstrado anteriormente, neste ensaio o autor analisa os efeitos da reestruturação produtiva e da generalização do trabalho abstrato-virtual, sustentando que tais processos corroem as bases materiais da organização coletiva do trabalho. De maneira explícita, o autor afirma que “a reestruturação produtiva dissolve a base material sobre a qual se apoiavam as formas clássicas de organização do trabalho” (Oliveira, 2003, p. 135). Essa dissolução não decorre de uma derrota política circunstancial, mas de transformações objetivas no processo de acumulação, que fragmentam as trajetórias laborais e desarticulam os mecanismos tradicionais de solidariedade de classe. Ou seja, a dissolução é reflexo do próprio dinamismo do capitalismo.

Anteriormente, sublinhamos como o diagnóstico de Oliveira chega ao ponto de perceber a erosão da formação de classe, em virtude da transformação abstrata-virtual pela qual o trabalho passa após 1970. Esse argumento não implica, contudo, a negação da ação política da classe trabalhadora nem a recusa da luta por direitos.

Embora seja um trabalho realizado muitos anos antes de *O Ornitorrinco*, o ensaio *A produção dos homens* revela muito do marxismo em Chico de Oliveira.

Precisamente para lembrar que a história é a produção dos homens pelos próprios homens de uma forma geral e, especificamente, a história da exploração do homem pelo homem. A contribuição do marxismo foi a de desvendar que essa produção e essa exploração se fazem e se dão pela produção das coisas, ou mais especificamente no capitalismo, pela produção das mercadorias. O desvendamento que se requer é de como a produção das mercadorias produz a população. Isto deveria servir para afastar a tentação de utilizar e seguir utilizando métodos que são próprios para conhecer a natureza, mas que são impotentes para conhecer o que se afasta dela. A população não é natural, em nenhum sentido, a não ser remotamente no sentido biológico, mas esta última constatação não faz avançar em nada o conhecimento da natureza social da população. (Oliveira, 1975, p. 9)

Aqui, Oliveira (1976) reelabora a distinção marxiana entre “classe em si” e “classe para si” para evidenciar o caráter contraditório da ação operária no interior do capitalismo. A organização sindical e política da classe é compreendida como elemento endógeno da reprodução capitalista: ao lutar por redução da jornada, proteção social e melhores condições de vida, a classe força o capital a responder tecnicamente, elevando a produtividade e reorganizando o processo de acumulação (Oliveira, 1975, p. 19-20). A ação coletiva do trabalho produz, assim, efeitos reais e mensuráveis, mas tais efeitos tendem a ser absorvidos pelo próprio sistema como mecanismos de sua estabilização.

Neste processo, desempenha agora papel crucial um novo ator: **a classe para si**. A organização do operariado em seus sindicatos e a nível político são elementos **endógenos** dessa dialética, que influem na mortalidade e fertilidade da força de

trabalho e na mortalidade e fertilidade da população operária. Surgindo da própria contradição, a organização da classe para si vai, por sua vez, fecundá-la: lutando para diminuir a jornada de trabalho, opondo-se ao consumo depredatório da força de trabalho, **a classe para si** força a elevação da composição orgânica do capital, a qual por sua vez desencadeia uma dinâmica sobre a mortalidade e a fertilidade da força de trabalho que se tentou descrever anteriormente. A passagem da “classe em si” para “classe para si” é a passagem da **animalidade social operária para a personalidade social operária**. Afeta a mortalidade da força de trabalho na medida mesma em que se opõe ao seu consumo depredatório; afeta a fertilidade da força de trabalho na medida mesma em que impede que o capital **jogue impunemente** no exército industrial de reserva frações crescentes da população operária. Esse “jogue impunemente” significa dizer que a manutenção do exército industrial de reserva não caberá **apenas** à fração em funções da força de trabalho; terá que caber agora **também** à mais-valia, na forma transformada do imposto e do seguro social, os quais por sua vez implicam num crescimento dos gastos improdutivos do Estado, afetando as condições de reprodução do capital e particularmente a formação e os níveis da taxa de lucro. (Oliveira, 1976, p. 20)

Essa concepção reaparece no capítulo *Passagem na Neblina*²⁵, quando Oliveira define a classe operária contemporânea como resultado histórico da interação entre sindicato, assim definido: “classe operária é a representação da interação sindicato–classe– partido – e, mais especificamente, essa auto mútua construção ‘classe–socialismo’. O PT é a última floração dessa tradição” (Oliveira, 2000, p.9). Reconhecendo, portanto, o papel central entre classe e partido ao longo do século XX.

É neste ensaio, no início do novo milênio, que Oliveira (2000) discute a centralidade do trabalho no século XX e retoma às críticas apontadas desde o revisionismo social democrata de Bernstein até a teoria crítica do valor trabalho de Kurz, passando pela extinção do trabalho abstrato proposto por Offe e pela nova modernidade abordada por Habermas. Ele reconhece o peso que essas críticas exerceram ao fundamentar a impossibilidade da existência de um sujeito revolucionário, sobretudo por meio da classe operária. No entanto, tensiona diretamente com Kurz ao apontar que o real é mediado pela forma e não pela aparência. Para Kurz, lutar em nome do trabalho é uma forma de reafirmar a alienação, e não superá-la, Chico não concebe tal crítica como errônea, mas salienta que a luta imediata pela sobrevivência, inclusive salarial, é uma mediação necessária no interior do capitalismo, porque é pela forma (aparência) que o real se manifesta e pela qual a classe trabalhadora experiencia sua exploração. Ele diz,

Já Kurz assinala o equívoco produzido pela teoria do valor trabalho de Marx nos programas social-democrata e comunista, o que os levou, segundo Kurz, a lutar pelos aumentos salariais, reiterando, com isso, a alienação. Em sua crítica, Kurz frequentemente se esquece de outra lição de Marx e Engels, sobre a forma ou a

²⁵ O livro *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo* reúne intervenções de Francisco de Oliveira, José Genoino e João Pedro Stédile sobre as transformações da estrutura de classes no Brasil e os impasses políticos da esquerda no contexto da reestruturação do capitalismo no início do milênio. Neste trabalho, mobilizamos exclusivamente o capítulo “Passagem na neblina”, de autoria de Francisco de Oliveira, no qual o autor desenvolve uma reflexão crítica sobre o esgotamento das formas clássicas de mediação política e social, articulando crise do trabalho, transformação das classes e limites históricos do projeto socialista.

aparência como a única via pela qual o real se dá e se apresenta (Oliveira, 2000, p. 10).

Esse é um dos textos que Chico de Oliveira demonstra como o real se move, ou seja, como as transformações concretas do capitalismo modificam as relações de trabalho. Em referência a Robert Castel, ele assimila que nunca antes tantas profissões se tornaram assalariadas, a percepção que ele levanta é interessante pois estamos vivendo uma era que pensa o fim da centralidade do trabalho ao passo que alarga o assalariamento. O mundo do trabalho incorporou autônomos e executivos, em uma primeira onda de transformação atividades que antes eram tomadas como autônomas ou burguesas, tais como médicos, engenheiros, advogados etc; e uma segunda onda que incorporou executivos cujas formas de remuneração (comissões, bônus, participação em lucros) disfarçam salários como se fossem lucro/empreendedorismo, mas continuam sendo formas de assalariamento.

De um lado tem-se ampliação e diversificação do assalariamento, e de outro a redução do operariado industrial. Isso gera um problema teórico e político: é possível falar em “classe assalariada” como sujeito unificado, já que todos são assalariados? Ele se afasta das simplificações e pontua que a sociologia do trabalho estabeleceu as enormes diferenças entre os tipos de assalariamento, mas a propriedade dos meios de produção continua sendo o divisor de classe fundamental.

O que Chico de Oliveira chama de “privatização do trabalho” (Oliveira, 2000) revela como o assalariamento contemporâneo rompeu as fronteiras clássicas entre tempo de trabalho e tempo livre, invadindo a vida privada dos indivíduos por meio da conectividade permanente, do *home office* e até da transferência de tarefas ao próprio consumidor, que, ao utilizar caixas eletrônicos, *e-mails* ou plataformas digitais, realiza gratuitamente atividades antes atribuídas a trabalhadores assalariados. Esse movimento, contudo, não significou valorização social do trabalho: ao contrário, acompanhou-se de estagnação e até declínio dos salários reais, tanto em países centrais como nos periféricos. Desse modo, contra a tese da perda de centralidade do trabalho, Oliveira mostra que o movimento real do capitalismo é a expansão e transformação do assalariamento em novas formas difusas e precarizadas, confirmando sua centralidade não por homogeneidade ou unificação, mas pela sua penetração ampliada em todas as esferas da vida social. Para ele,

O Estado do Bem-Estar surge na esteira desse processo: aprofundamento da situação operária, proletarização dos serviços, ampliação do assalariamento; por isso a rede pode tornar-se universal. A publicização aparece como um processo em que os canais privados são insuficientes para o processamento das relações operário/assalariado/patrão, seja do ponto de vista da enorme ampliação do conflito, seja do ponto de vista da acumulação do capital. Sabem-se os resultados que produziu: a constituição de uma sólida classe social, o deslocamento do conflito do contrato mercantil para o campo dos direitos sociais, e, no limite, pelo papel do fundo público

na acumulação, uma espécie de poder de veto sobre o capital. Este é o fundo do conflito do qual emergiu, como reação, o neoliberalismo (Oliveira, 2000, p. 17-18)

No entanto, no contexto de reação, o contexto neoliberal, o Estado continua tutelando as relações a partir da ampliação do assalariamento e da revolução microeletrônica, na qual se expande a privatização das relações sociais, seja pela aniquilação da classe operária industrial, seja pela deslocalização do trabalhador e ainda pela anulação da fronteira entre espaço público e espaço privado. “Teoricamente, o esquema de Marx do “exército industrial” parece ser mais atual do que nunca, mas sua compreensão requer uma nova interpretação. Uma vez que a fração propriamente ativa tornou-se minoritária, enquanto a fração estagnada ou lumpen tende a crescer” (Oliveira, 2000, p. 18, grifos nossos).

Apesar dos diagnósticos que encontra, Oliveira não reduz a ação operária a uma forma de neutralização política nem abandona a luta por direitos, mas a compreende como um momento estruturalmente contraditório, dado que ao mesmo tempo em que expressa resistência real, a ação operária integra-se às dinâmicas de reprodução ampliada do capital.

É precisamente essa leitura que distingue Oliveira tanto do marxismo tradicional quanto de abordagens mais recentes que apostam na recomposição do sujeito revolucionário a partir das novas formas de precarização. Ao invés de pressupor a centralidade política do trabalho como dado trans-histórico, Oliveira (1976; 2000; 2003) demonstra que essa centralidade depende de condições materiais específicas de integração social, que foram corroídas pela dinâmica do capitalismo periférico e pela reestruturação produtiva contemporânea. Com isso, o autor desloca a crítica do plano da vontade política para o da análise estrutural, evidenciando que os limites da figura do trabalhador como sujeito universal da emancipação não decorrem de uma falha de organização ou conjuntura, mas da própria forma histórica de integração social produzida pelo capitalismo. Ainda assim, sua análise permanece situada no interior da problemática do trabalho, sem avançar para uma crítica categorial dessa forma social.

Um dos autores que sugiro servir de contraponto a Chico, Ruy Braga, parte de um diálogo com o próprio e com André Singer para analisar a nova conformação de classe de um dito precariado. Braga (2012) afirma que ao escrever *A política do precariado*, ele decidiu “revisitar os estudos pioneiros do trabalho a fim de investigar a trajetória e o destino históricos do precariado brasileiro, relacionando-o à construção daqueles sujeitos políticos que hoje exercem a hegemonia no país” (Braga, 2012, nota 60, p. 291). Inspirado em Robert Castel, Braga (2012, p. 14) define o precariado como parte da “classe espremida entre a permanente ameaça da exclusão social e o incremento da exploração econômica”. O autor situa o precariado perante a formulação marxiana de “superpopulação relativa”, integrando o grupo como parte

integrante da classe trabalhadora, de maneira que para ele a precariedade não representa uma exterioridade em relação ao trabalho assalariado, mas uma dimensão constitutiva da própria relação capital–trabalho, reforçando a centralidade da classe como categoria explicativa fundamental.

Em Braga (2012) e Antunes (2018) a classe é tomada como categoria explicativa central, não derivada, de modo que a precarização é ancorada dentro da relação capital–trabalho, não fora dela. Ambos permanecem vinculados a um referencial analítico centrado na classe trabalhadora, ainda que atentos às novas formas de precarização. Existe aqui uma permanência no interior de um marxismo centrado na classe trabalhadora enquanto categoria política fundamental, ainda que reformulada à luz da precarização contemporânea. Assim, a fragmentação do trabalho não conduz à crítica da categoria trabalho enquanto forma social, mas à tentativa de compreender novas morfologias da classe e novas possibilidades de conflito no interior da relação capital–trabalho.

A posição teórica desses autores pode ser caracterizada como um marxismo centrado na classe, ainda que profundamente atento às transformações contemporâneas do trabalho. Os dois partem do diagnóstico da precarização estrutural, da fragmentação das trajetórias laborais e do enfraquecimento das formas clássicas de organização operária, mas recusam interpretações que anunciam o fim da classe trabalhadora ou a perda de centralidade do trabalho na dinâmica do capitalismo. Em *O privilégio da servidão*, Antunes afirma explicitamente que é necessário compreender a “nova morfologia da classe trabalhadora”, rejeitando as teses que decretam sua dissolução histórica (Antunes, 2018). A precarização, nesse sentido, não é interpretada como sinal do esgotamento da classe, mas como expressão de sua reconfiguração sob novas formas de exploração, assim “há uma nova morfologia da classe trabalhadora; dela sobressai o papel crescente do novo proletariado de serviços da era digital” (Antunes, 2018, p.38).

Tanto em Braga quanto em Antunes - embora ambos conservem também dissonâncias - a crítica à precarização não conduz a uma problematização categorial do trabalho enquanto forma social historicamente específica do capitalismo. Ao contrário, o trabalho permanece como eixo analítico e político central, ainda que sob formas cada vez mais instáveis e heterogêneas. Antunes insiste que, apesar da informalização, da terceirização e da expansão do setor de serviços, o trabalho continua a produzir “coágulos de sociabilidade”, capazes de engendrar laços de solidariedade e impulsos de resistência, como ele delinea:

contra a equivocada tese da finitude do trabalho, nosso desafio primeiro é compreender o trabalho em sua forma de ser contraditória: mesmo quando é marcado de modo predominante por traços de alienação e estranhamento, ele expressa também, em alguma medida, coágulos de sociabilidade que são perceptíveis particularmente

quando comparamos a vida de homens e mulheres que trabalham com a daqueles que se encontram desempregados (Antunes, 2018, p. 30).

Mesmo quando reconhece a corrosão dos direitos e a intensificação da exploração, sua análise preserva a ideia de que o trabalho contém potencialidades emancipatórias, ainda que tensionadas e fragilizadas pelas condições atuais do capitalismo. Reafirmando portanto a ideia de construir “um novo modo de vida a partir de um novo mundo do trabalho” (Ibid).

Ruy Braga, por sua vez, enfatiza a dimensão conflitiva e subjetiva da precarização, destacando aquilo que denomina “inquietação operária” como forma de resistência social e política (Braga, 2012, p. 225). Ainda que reconheça o caráter fragmentado e descontínuo dessas lutas, o autor não as interpreta como estruturalmente bloqueadas, mas como expressões de uma conflitualidade imanente à relação salarial. O precariado, nessa perspectiva, não aparece como figura da obsolescência do trabalho, mas como manifestação contemporânea da luta de classes sob condições adversas, o que mantém aberta a possibilidade de recomposição política, mesmo que sob formas não tradicionais. Assim ao remeter-se ao seu exemplo dos operadores de *call centers*, ele afirma:

a experiência recente dos teleoperadores brasileiros nos remete à dimensão construtivista da sociologia da inquietação operária: pressionados pelos baixos salários, esse precariado pós-fordista inclina-se para os direitos sociais e para a qualificação profissional, que são alcançados pela combinação do emprego no *call center* com a faculdade particular noturna (Ibid).

É precisamente essa leitura que distingue Oliveira tanto do marxismo tradicional quanto de abordagens mais recentes, pois desloca a análise do plano da vontade política para o das condições estruturais da reprodução social.

4.4 Para concluir Chico: teoria social como lamento lúcido

A trajetória intelectual de Francisco de Oliveira culmina em uma forma particular de crítica social que ele próprio caracterizou como um *lamento lúcido*. Longe de expressar nostalgia ou resignação moral, esse lamento designa uma posição teórica que reconhece, com clareza histórica, a derrota dos projetos de integração social que marcaram a experiência desenvolvimentista e a esquerda brasileira ao longo do século XX. Trata-se de uma crítica que não recua diante do fracasso histórico, mas tampouco o converte em promessa redentora, assumindo como ponto de partida a constatação de que a modernização capitalista periférica produziu uma sociabilidade estruturalmente excludente, cuja reprodução se intensifica sob o neoliberalismo.

No diagnóstico de Oliveira, o neoliberalismo não representa uma simples inflexão política ou um desvio temporário do desenvolvimento, mas a forma historicamente adequada de gestão de uma economia marcada pela superexploração do trabalho, pela informalidade estrutural e pela financeirização. Nesse contexto, esgotam-se as mediações que, em momentos anteriores, permitiram alguma integração social pelo trabalho assalariado e pela ação estatal. O que se observa, ao contrário, é a consolidação de uma dinâmica na qual o crescimento econômico se dissocia de qualquer promessa de inclusão, tornando a exclusão uma condição funcional da acumulação. É nesse horizonte que o ornitorrinco deixa de ser apenas uma imagem da modernização inconclusa e passa a expressar a própria normalidade do capitalismo periférico contemporâneo.

A inquietação de Oliveira com os rumos do Partido dos Trabalhadores inscreve-se diretamente nesse diagnóstico. Ao acompanhar criticamente a trajetória do PT no governo, o autor identifica não uma traição subjetiva ou moral, mas a manifestação objetiva dos limites estruturais impostos pela forma social do capital. A incorporação do partido à gestão do Estado não conduziu à reversão da superexploração nem à reconstrução das bases materiais do trabalho, mas à administração das contradições herdadas, frequentemente por meio de políticas compensatórias que não alteraram a lógica fundamental da acumulação. Assim, o Estado reaparece como instância de mediação, porém cada vez mais estrangida, incapaz de reverter a tendência estrutural à precarização e à fragmentação do trabalho.

Esse diagnóstico explica por que a crítica de Oliveira não se traduz em um horizonte revolucionário clássico. Ao recusar a figura do trabalhador como sujeito histórico universal, Chico não abandona a crítica social, mas desloca seu foco: a centralidade passa a ser a análise das categorias que organizam a dominação moderna — trabalho, valor, Estado e classe — em suas formas historicamente determinadas. O *lamento lúcido* emerge, portanto, como

reconhecimento de que a gramática política herdada do século XX perdeu sua eficácia explicativa e transformadora, sem que uma nova forma de mediação social tenha se consolidado.

Ainda assim, a teoria social de Oliveira não se encerra em um negativismo estéril. Seu lamento é lúcido precisamente porque mantém aberta a exigência de pensar com radicalidade e especificidade, recusando tanto o conformismo tecnocrático quanto o voluntarismo político. Ao insistir na necessidade de enfrentar as contradições reais da sociedade brasileira, mesmo quando as possibilidades de superação parecem bloqueadas, Oliveira preserva o núcleo crítico da teoria social: a recusa em naturalizar a barbárie e a disposição de nomear os limites históricos do presente.

É nesse ponto que a contribuição de Francisco de Oliveira se mostra decisiva para o debate contemporâneo. Sua obra explicita os impasses de uma crítica ainda situada no interior da centralidade do trabalho, mas já profundamente consciente de seu esgotamento histórico. Ao revelar a derrota dos projetos de integração pelo trabalho e pelo Estado sem recorrer a ilusões compensatórias, o *lamento lúcido* de Chico prepara o terreno para críticas mais radicais da forma social do capital, como aquelas que interrogam o próprio trabalho abstrato enquanto mediação central da sociabilidade moderna. Com isso, sua reflexão não apenas conclui um ciclo da crítica social brasileira, mas também aponta para a necessidade de ultrapassá-lo teoricamente.

5. A crítica radical do “trabalho” em Robert Kurz

A trajetória intelectual de Robert Kurz, brevemente comentada na introdução desta dissertação, se dá no interior da crise do marxismo europeu pós-1968. Após sua participação no movimento pacifista e na revolta estudantil alemã, Kurz integra, durante a década de 1970, uma organização maoísta dos chamados *K-Gruppen*, rompendo polemicamente com essa tradição em 1978 (Machado, 2020, p. 577). Esse afastamento inaugura um percurso teórico deliberadamente extra-acadêmico e crítico em relação ao marxismo do movimento operário (Machado, 2020). Nos primeiros anos da década de 1980, participa da fundação da revista *Novo Fluxo* e, em 1984, protagoniza a ruptura definitiva com o marxismo tradicional ao criar, junto a outros dissidentes, o fórum *Initiative Marxistische Kritik*, do qual emerge, em 1986, a revista *Crítica Marxista* (Machado, 2020). Desde então, Kurz afirma-se como figura central de um coletivo que reivindica a autonomia da elaboração teórica frente ao praticismo político e à positivação do trabalho, recusando tanto o economicismo quanto o voluntarismo herdados da tradição marxista dominante (Ibid).

“É a partir da *Crítica Marxista* que se consolida aquilo que viria a ser denominado crítica do valor (*Wertkritik*)” (Machado, 2020, p. 579). Nos ensaios publicados entre 1986 e 1989, como “A Crise do Valor de Troca” (1986), “A Dominação das Coisas Mortas” (1987), “Trabalho Abstrato e Socialismo” (1987) e “O Fetiche da Luta de Classes” (1989), Kurz formula os pilares de sua crítica categorial: a centralidade do trabalho abstrato como forma fetichista de mediação social, a recusa da luta de classes como fundamento ontológico da crítica e a tese do limite interno absoluto do capital, associada à terceira revolução industrial e à automação microeletrônica. Nesse período, o autor passa a caracterizar a modernidade como um sistema produtor de mercadorias, englobando tanto o capitalismo ocidental quanto o socialismo real (Kurz, 2018). Essa interpretação culmina em *O Colapso da Modernização* (1991), obra na qual a derrocada da URSS é compreendida como fracasso de uma modernização recuperadora periférica, antecipando uma crise estrutural mais ampla do capitalismo global, cuja dinâmica não conduz automaticamente à emancipação, mas pode resultar em decomposição social e barbárie (Kurz, 1992).

Nos anos 1990 e 2000, já no interior do *Grupo Krisis* e, posteriormente, do coletivo *EXIT!*, Kurz aprofunda a crítica categorial ao desenvolver sistematicamente a crítica do trabalho, do dinheiro, do Estado, da política e da razão iluminista (Machado, 2020). A formulação do “duplo Marx”, exotérico e esotérico, expressa a convicção de que a crítica do fetichismo permanece inacabada na obra marxiana e deve ser radicalizada (Kurz, 2013). Textos como “Manifesto contra o Trabalho” (2003), “A Substância do Capital” (2004) e, sobretudo,

“Dinheiro sem Valor” (2012) sintetizam esse percurso, oferecendo uma genealogia histórico-antropológica das categorias centrais da modernidade capitalista e uma teoria da crise estrutural fundada na dessubstancialização do valor (Machado, 2020). Nos seus últimos anos, Kurz amplia a crítica do valor por meio da incorporação da teoria da dissociação sexual, estudos estes compartilhados com Roswhita Scholz em que o capitalismo passa a ser caracterizado como o patriarcado produtor de mercadorias (Scholz, 1996; 2000).

É nesse quadro teórico que se inscreve a crítica radical do trabalho desenvolvida por Robert Kurz. No entanto, replicar sua obra por completo, ou mesmo a maioria dos escritos seria impossível, tanto mais em uma pesquisa com duração máxima de 24 meses. Em sua tese sobre a nova crítica do valor, Nuno Miguel Machado cita Kurz para fundamentar o recorte de sua análise, “os textos (...) de cunho jornalístico (...) não são tão importantes” quanto os “trabalhos teóricos maiores” onde se discutem os “contextos fundamentais” por detrás dos fatos imediatos e que, por isso, devem ser considerados “prioritários” (Kurz, 2005b: 2 apud Machado, 2020, p. 586). Para a construção deste capítulo, referenciamos de modo massivo as obras descritas na tabela a seguir, além de alguns artigos pontuais que coadunam com os argumentos levantados.

Tabela – Cronologia das principais obras de Robert Kurz utilizados na dissertação

Data	Título
1986	“A Crise do Valor de Troca: Força produtiva ciência, trabalho produtivo e reprodução capitalista”
1991	O Colapso da Modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial
1993	“Dominação Sem Sujeito – Sobre a superação de uma crítica social redutora”
1993	A democracia devora seus filhos
1997	Os Últimos Combates
1999	Manifesto Contra o Trabalho (com Lohoff e Trenkle)
2001	Ler Marx! Os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI
2004	“A Substância do Capital – O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização.”
2004	Com Todo o Vapor ao Colapso
2012	Dinheiro Sem Valor – Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política

5.1 Genealogia crítica da categoria trabalho

Kurz segue a linha da crítica marxiana ao postular que é a forma social do modo de produção capitalista que inaugura o trabalho como mercadoria passível de troca e de remuneração, na medida em que o tempo de trabalho passou a representar uma quantidade da mercadoria “trabalho” (Marx, 2013; Kurz, 2020). Kurz, assim, (2020) critica a positivação do trabalho no geral, por vezes realizada por marxistas, a partir da combinação teórica da crítica marxiana com o conceito de *ascese intramundano* de Weber. Nesse artigo, Kurz constrói uma genealogia histórica do trabalho, e mostra que o trabalhador capitalista contemporâneo se assemelha ao tipo ideal traçado por Weber em “A ética protestante”. A partir dessa ideia, Kurz mostra que os capitalistas da virada moderna não eram como os marxistas ortodoxos postulavam – preguiçosos e fartos –, mas sim empresários *workaholics* que viviam pelo trabalho. Além disso, Kurz mostra os sentidos e significados da categoria trabalho ao longo do tempo, e descreve que o trabalho não é uma categoria definidora de identidade. (Kurz, 2020).

Um ponto decisivo da crítica de Robert Kurz consiste em romper com a identificação imediata entre trabalho e atividade humana em geral. Ao contrário de leituras que tratam o trabalho como uma condição ontológica ou antropológica da existência social, Kurz insiste em que o trabalho é uma forma histórica específica de mediação social, inseparável da modernidade capitalista. Nesse sentido, não se trata de negar que os seres humanos sempre tenham produzido seus meios de vida, mas de recusar a naturalização de uma forma social particular, o trabalho abstrato, como se ela expressasse uma necessidade trans-histórica. A confusão entre atividade vital e trabalho constitui, para Kurz, um dos principais obstáculos teóricos à crítica radical do capitalismo. Então, quando nos remetemos à genealogia do trabalho como forma social construída na teoria de Kurz, não estamos buscando a representação de algo aproximado da história econômica, mas sim de como o trabalho em si se tornou princípio social total.

Ao retomar criticamente passagens da obra de Marx nas quais o trabalho aparece como “metabolismo com a natureza”, Kurz chama atenção para o risco de uma leitura ontologizante que apaga a historicidade das categorias sociais modernas (Kurz, 2010). O trabalho, tal como se constitui no capitalismo, não designa simplesmente a transformação consciente da natureza, mas um processo social mediado pela abstração, no qual a atividade humana só adquire validade social na medida em que se submete à forma do valor (Kurz, 1997). Assim, a genealogia do trabalho não investiga a origem da produção humana enquanto tal, mas a emergência de uma forma social específica que subordina a reprodução da vida a critérios abstratos de tempo, equivalência e valorização.

Kurz (2020) argumenta radicalmente que a servidão, desde a Grécia Antiga, é a forma mais próxima do trabalho em forma abstrata como conhecemos. A servidão, nesse sentido, configura uma forma de trabalho protoabstrato. De acordo com o autor:

Em muitas línguas, a raiz da palavra “trabalho” tinha o significado de “homem menor de idade”, dependente ou escravo. Em sua origem, “trabalho” não é, portanto, uma abstração neutra e racional, mas uma abstração social: é a atividade daqueles que perderam a liberdade. Não importa o que faziam, se davam duro nas minas ou na lavoura, se serviam a comida, levavam as crianças à escola ou abanavam a dona da casa: era sempre uma atividade exercida por alguém como servo. A existência como servo é conteúdo da abstração “trabalho”. (Kurz, 2020, p. 57)

A positivação do trabalho passa pelo rearranjo moderno como um todo, mas com o capitalismo não afetou somente a economia: afetou também as demais instituições da sociedade, e estas também agiram conforme a positivação do trabalho como um ofício natural do ser humano. A Igreja Católica, por exemplo, positivou o trabalho ao associá-lo com sofrimento e sacrifício, como se a mimese do sofrimento de Cristo fosse o desejável aos cristãos. Desse modo, o masoquismo da fé postula o trabalho como objetivo nobre e digno do homem. Nesse sentido, o diálogo de Kurz com Weber consiste na elaboração teórica de que o trabalho se tornou uma forma de religião (coaço) com o reforço do protestantismo. Posteriormente, a religião do trabalho é desacoplada do protestantismo e incorporada na superestrutura.

Ao investigar historicamente o trabalho abstrato é possível ver explicitamente a diferença da operação do conceito de trabalho como atividade humana e como mediação social fonte de valorização do valor. Essa distinção permite compreender por que Kurz dirige uma crítica tão contundente às tradições teóricas e políticas que, mesmo se pretendendo anticapitalistas, preservam o trabalho como fundamento normativo da emancipação. Segundo o autor, grande parte do marxismo histórico acabou por reproduzir, em chave positiva, a centralidade moderna do trabalho, concebendo-o como essência do ser social ou como princípio organizador de uma sociedade futura (Kurz, 2010; Kurz, 2018). Essa positividade do trabalho, longe de representar uma ruptura com a lógica capitalista, constitui para Kurz uma de suas expressões ideológicas mais persistentes.

Ao aproximar a exaltação socialista do trabalho da ética protestante analisada por Weber, Kurz evidencia o parentesco funcional entre projetos políticos aparentemente antagônicos (Kurz, 1997). Tanto na moral burguesa quanto em suas variantes socialistas, o trabalho aparece como dever, virtude e fonte de dignidade, sendo tomado como critério de integração social e reconhecimento (Kurz, 1992). Desse modo, a crítica do capitalismo permanece limitada à forma de apropriação privada do produto do trabalho, sem alcançar a

própria forma social que submete os indivíduos à compulsão do desempenho abstrato (Ibid; Kurz, 1997). Para Kurz, enquanto o trabalho for preservado como categoria positiva, a crítica não ultrapassa o horizonte da modernidade capitalista:

Na teoria marxista tradicional, e não só nesta, os factos ainda conotados por Marx de uma forma claramente negativa, embora representados de um modo aporético, foram assim totalmente esmaecidos, na medida em que o conceito de trabalho abstracto, ou não era de modo nenhum entendido como uma abstracção real negativa, mas sim como uma mera abstracção conceptual-definidora ou, quando era entendido como uma abstracção real (em todo o caso apenas na corrente mais reflectida do marxismo ocidental), não o era como tal a priori, mas apenas como abstracção real a posteriori, a saber, referida pura e simplesmente aos produtos do trabalho enquanto mercadorias no mercado; e com isso, ao modo como o trabalho real, aparentemente sempre concreto e "útil", só é percebido numa forma abstracta a posteriori, nas mercadorias acabadas como objectos do mercado; de certo modo como uma qualidade do produto socialmente constituída. De modo positivo na ideologia do socialismo de estado do Leste e de modo negativo na corrente do marxismo ocidental: em ambos os casos, no entanto, a definição do trabalho abstracto limitava-se por igual a uma abstracção que apenas seria efectuada no processo de troca no mercado. E por aí se ficou a literatura marxista.

Por outras palavras: o marxismo apenas realça a sua "fundamentação na produção" no sentido positivo de uma ontológica "honra do trabalho", enquanto a sua crítica do capitalismo na realidade apenas dispõe de uma "fundamentação na circulação", permanecendo por isso mesmo reduzida. (Kurz, 2004, sp.)

A genealogia crítica do trabalho implica, ainda, uma crítica à forma moderna de constituição da identidade social. Na sociedade capitalista, o trabalho não apenas organiza a produção material, mas funciona como princípio central de subjetivação, definindo trajetórias biográficas, expectativas de vida e formas de reconhecimento (Kurz, 2004). A pergunta "*o que você faz?*" converte-se, assim, em marcador fundamental de pertencimento social, como se a identidade individual pudesse ser deduzida diretamente da função desempenhada no processo produtivo.

Kurz mostra que essa identificação entre sujeito e trabalho é historicamente produzida e socialmente imposta (Ibid). Ao transformar o trabalho em eixo normativo da existência, a modernidade capitalista subordina a vida ao desempenho funcional e à utilidade econômica, convertendo os indivíduos em portadores de papéis abstratos. A identidade baseada no trabalho não expressa, portanto, uma realização humana plena, mas uma forma de adaptação subjetiva às exigências da valorização. A genealogia do trabalho revela, assim, que a promessa de dignidade associada ao trabalho é inseparável de um processo de disciplinamento social e de redução da multiplicidade da vida a uma função abstrata.

Por fim, a constituição histórica do trabalho como forma social dominante não pode ser compreendida sem referência aos processos de coerção e violência que acompanharam a

transição à modernidade capitalista²⁶, os quais Kurz descreve mais detidamente nos livros “Os últimos combates” (1999) e “A crise do valor de troca” (2018). A generalização do trabalho assalariado pressupõe a destruição de formas tradicionais de reprodução social, a expropriação de populações camponesas e a dissolução de vínculos comunitários que garantiam a subsistência fora da mediação monetária (Kurz, 2020). O trabalho não se impõe como escolha racional ou progresso moral, mas como necessidade socialmente produzida (Ibid).

Nesse sentido, a genealogia do trabalho evidencia que a liberdade formal do trabalhador moderno é inseparável da perda das condições materiais de reprodução autônoma, argumento visto de modo incipiente em *A questão judaica*, escrito por Marx em sua juventude. Tornar-se trabalhador significou, historicamente, ser compelido a vender a própria força de trabalho como única forma de acesso à vida social. Essa coerção estrutural, longe de pertencer apenas às origens do capitalismo, permanece inscrita na própria forma do trabalho, que continua a funcionar como mediação obrigatória entre os indivíduos e os meios de existência (Kurz, 1992; Kurz, 1997; Kurz, 2004). A crítica do trabalho, em Kurz, nasce justamente da recusa em naturalizar essa forma de violência social.

Uma das obras de Kurz mais lidas no Brasil é “O colapso da modernização”, a primeira traduzida em sua integralidade. Na edição prefaciada por Roberto Schwarz, ele destaca que “Kurz aproxima formulações de Lênin e Max Weber, sublinhando o parentesco funcional entre a exaltação socialista do trabalho abstrato e a sua justificação pela ética protestante.” (Schwarz, 1992) Desde o século XVII a ideologia burguesa gestou o sujeito de direito monetário na Europa. No entanto, países como o Brasil, por exemplo, só foram conceber esse ideário mais tardiamente. O marco da modernidade do Brasil, ainda que autocraticamente, se dá por volta do fim do século XIX. (Oliveira, 1972; Santos, 1978) Sua crítica categorial ao trabalho implica que a superação do capitalismo requer não apenas a abolição do capital, mas também a do próprio trabalho como categoria social dominante.

A discussão de Kurz acerca do trabalho abstrato e do processo de valorização anda *pari passu* com sua discussão sobre crise. Ele mobiliza a teoria marxiana de modo a retornar ao limite interno do capital, já presente na teoria marxiana, mas por vezes abandonada nas teorias marxistas. Kurz fundamenta que a questão concreta de valorização através da substância trabalho segue crucial para o funcionamento do capitalismo, afinal “seja qual for o conteúdo da

²⁶ Cabe ressaltar os processos de expropriação violenta dos camponeses (Kurz, 1997; Kurz, 2014; Grupo Krisis, 2003), as revoluções militares e economia de guerra (Kurz, 1997; Kurz, 2020), o colonialismo e a escravidão (Kurz, 1999). Esses processos não constituem um pano de fundo contingente, mas integram o próprio núcleo histórico da constituição do trabalho como mediação social dominante.

produção, para o capital só interessa a quantidade de força de trabalho criadora de valor que pode ser utilizada. Esta tem de subir em termos absolutos, se se pretende que o fim em si da acumulação tenha êxito.” (Kurz, 2012, sp.).

5.2 Crítica da forma-valor e o sujeito automático

Kurz (2018) argumenta que o capitalismo representa uma ruptura qualitativa em relação aos modos de produção pré-capitalistas, não apenas por transformar as unidades produtivas individuais em uma produção cooperativa em larga escala, mas por instituir um conjunto de condições sociais gerais sem as quais essa forma de produção seria inviável. Diferentemente das sociedades pré-capitalistas, nas quais a produção permanecia majoritariamente fragmentada e o Estado existia de forma rudimentar, o capitalismo exige uma infraestrutura social ampla e institucionalizada. Kurz (2018, p.30) cita como exemplo as infraestruturas tais quais sistemas de transporte, comunicação, energia, padronização técnica, ciência e educação, que não podem ser organizadas por empresas isoladas. Essas condições ultrapassam o âmbito da produção privada e dizem respeito à sociedade como um todo, sendo por isso administradas por instâncias estatais ou semiestatais.

Esse aparato social assume, em Kurz, o estatuto de uma “segunda natureza” material: um conjunto de condições historicamente produzidas que passam a ser pressupostas como naturais e evidentes no processo produtivo. Saber ler, escrever e fazer cálculos básicos não é natural; tais capacidades deixam de ser atributos individuais contingentes e passam a operar como uma “capacidade média” já pronta, para ser previamente incorporadas à força de trabalho como resultados de uma socialização técnica e científica exterior às empresas. O autor delineia que “essa infraestrutura, [age] como condição geral, entra na produção geral da sociedade como um fundamento natural e pressuposto da produção” (Kurz, 2018, p. 30, grifos nossos).

Assim como o valor se impõe como uma segunda natureza abstrata que regula a economia, as condições sociais da produção aparecem como dados prévios e autoevidentes, e não como resultados de processos históricos e sociais determinados. Desse modo, a socialização material extrema da produção não conduz automaticamente à emancipação, mas se articula à reprodução fetichizada das categorias do valor.

Inspirado na crítica à economia política de Marx, Kurz situa o núcleo da dominação capitalista na própria forma social do valor. A partir do que esboçamos, torna-se explícito que, para Kurz, o capitalismo não pode ser compreendido prioritariamente como um sistema de apropriação privada do excedente produzido pelo trabalho, mas como uma totalidade social estruturada por uma mediação abstrata que subordina a reprodução da vida a critérios autonomizados de valorização (Kurz, 2020; 2018; 2004). A crítica, portanto, não se dirige apenas às relações de produção, mas às categorias fundamentais que organizam a sociabilidade moderna, tomadas em sua historicidade específica.

Nesse sentido, o valor não é tratado como uma grandeza econômica neutra, tampouco como simples expressão quantitativa da exploração do trabalho. Trata-se de uma relação social historicamente determinada, que só emerge com a generalização da produção de mercadorias e com a transformação da força de trabalho em mercadoria, condição característica da modernidade capitalista (Ibid). Assim como vimos na teoria marxiana, ao reduzir a multiplicidade das atividades humanas concretas à forma homogênea do trabalho abstrato, mensurável em tempo, a forma-valor estabelece um princípio de equivalência que organiza a totalidade das relações sociais. Essa equivalência não expressa uma racionalidade substantiva orientada às necessidades humanas, mas uma racionalidade formal, na qual a produção se orienta pela possibilidade de valorização.

Essa redução não se efetua apenas no plano conceitual ou simbólico, mas se impõe como uma abstração real, isto é, como uma forma social objetiva que estrutura práticas, instituições e modos de subjetivação. A sociedade capitalista não se organiza a partir de decisões conscientes acerca de fins coletivos, mas segundo a compulsão sistêmica à valorização do valor. Os indivíduos, independentemente de sua posição social, são compelidos a agir conforme critérios de rentabilidade, produtividade e competitividade, que se apresentam como exigências objetivas e inquestionáveis. A forma-valor, assim, não apenas mede a riqueza social, mas define o que conta como riqueza, como atividade socialmente válida e como tempo socialmente relevante.

Cabe ressaltar e deixar claro que em sua teoria da crítica do valor Kurz não está dizendo que o capital “tem vontade” tal qual um ser humano, ou ainda que exista uma elite específica dominante controlando tudo; tampouco o autor dialoga com a ideia de que a dominação é apenas ideológica ou cultural. Muito pelo contrário, ao realizar uma análise genealógica do valor e da totalidade capitalista, Kurz (2018) demonstra que a dominação central do capitalismo é estrutural, objetiva e impessoal, ideia já presente em Marx²⁷.

Em sua teoria fica marcado o valor como relação social, não como coisa, nem simples exploração. Ao recuperar a contradição primordial já esboçada na crítica de Marx, fica explícito

²⁷ No Capítulo 4 do primeiro livro da crítica à economia política, Marx escreve “O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo. Ora, se tomarmos as formas particulares de manifestação que o valor que se autovaloriza assume sucessivamente no decorrer de sua vida, chegaremos a estas duas proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele [abstösst] a si mesmo como valor originário valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. Ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro” (MARX, 2013, p. 172)

que a riqueza não é produzida para satisfazer necessidades, mas para se valorizar. O famoso circuito D - M - D' demonstra que a produção de mercadorias não é voltada para o uso, mas para que o dinheiro retorne como mais dinheiro, sucintamente falando. Mas esse processo é controlado de forma autônoma pelo movimento de autovalorização, não pela vontade dos sujeitos organizados em classe. Ao dissertar sobre a substância do capital ele afirma:

Assim sendo, as pessoas aqui, no contexto da sua constituição fetichista, não se apresentam a si próprias como portadoras autônomas de vontade e ação, mas como representações no seio do mundo da essência da substância transcendente projectada. Como a substância absoluta permanece transcendente, não assumindo uma forma terrena imediata (a não ser em representações simbólicas), ela também não pode abarcar totalmente o mundo real. Não há nenhuma generalidade abstracta social, mas sim uma sequência de múltiplos graus de representações pessoais e de situações relacionais a todos os níveis (Kurz, 2005, sp).

Ao retomar criticamente a análise marxiana do fetichismo, Kurz enfatiza que a forma-valor produz uma inversão objetiva das relações sociais. Recuperando a explicação marxiana do conceito, aquilo que é produto da atividade humana aparece como uma potência autônoma, enquanto os próprios indivíduos surgem como dependentes de um movimento que lhes escapa. O fetichismo da mercadoria não consiste, portanto, em um erro cognitivo ou em uma falsa representação da realidade, mas em uma forma social efetiva, na qual as relações entre pessoas assumem a forma de relações entre coisas. Todavia, Kurz sublinha que essa inversão não pode ser desfeita por meio do esclarecimento ou da tomada de consciência, pois está inscrita nas próprias práticas sociais mediadas pelo valor (Kurz, 1993). Nesse sentido, a dominação capitalista não se reduz à exploração de classe, mas opera sobretudo por meio de formas sociais fetichistas que organizam a vida social de maneira impessoal e coercitiva. Ele sublinha que “os conceitos de fetiche e segunda natureza apontam para o fato de que existe ‘algo’ que não se resolve no dualismo sujeito-objeto e que não é nem sujeito nem objeto, embora constitua essa relação” (Kurz, 1993, p. 26).

O dinheiro, enquanto forma desenvolvida e autonomizada do valor, cristaliza essa dinâmica fetichista (Kurz, 2014). Ele se apresenta como equivalente universal, como medida objetiva de valor e como meio necessário de acesso à vida social. Nessa condição, o dinheiro não apenas facilita a troca, mas se converte em um poder social autônomo, capaz de determinar prioridades produtivas, trajetórias individuais e possibilidades de existência. A dominação exercida pelo dinheiro, portanto, não depende da vontade de sujeitos particulares, mas decorre da própria estrutura da sociabilidade mercantil, na qual a mediação social se realiza por meio de abstrações que se impõem como segunda natureza.

Desta perspectiva, o dinheiro constitui, como meio central, a forma geral da esfera negativa de uma socialidade irracional em si, em que as relações sociais se

automatizaram face aos indivíduos sociais num contexto literalmente material e objetivado que, por isso, também está sujeito a uma cega dinâmica própria e lei pseudonatural, ambas consistindo nas ações desses mesmos indivíduos. É aquilo que Marx, como referimos acima, designou de fetichismo social, de fim-em-si de uma «riqueza meramente abstrata» sob a forma de dinheiro, e de assalto automático à sociedade. Ao falarmos do dinheiro falamos, portanto, do capitalismo; visto que apenas nesta formação histórica o dinheiro assume aquele caráter de fetiche social independente e de contexto abrangente dotado de uma força de lei própria e quase automática. Nesta definição do conceito, o dinheiro tem de ser entendido como um fenômeno historicamente limitado. (Kurz, 2014, p. 32)

Quando o dinheiro se torna o mediador universal da vida social, a própria reprodução da sociedade passa a depender da circulação monetária. Produzir, trabalhar, consumir, existir deixam de ser momentos organizados por relações pessoais, políticas ou comunitárias e passam a depender de uma condição abstrata: a capacidade de converter atividade em dinheiro. Com isso, a totalidade social passa a ser regulada por uma forma que ninguém controla, mas que todos precisam obedecer. O valor já não é um momento da economia: torna-se o princípio de síntese da própria sociedade. É nesse ponto que a valorização do valor se converte em sujeito automático: não porque o capital “age”, mas porque a sociedade inteira passa a agir em função de sua lógica. Não é simplesmente que o dinheiro tem vontade, ou explicitamente manda ou coordena algo, mas estruturada sobre a valorização do valor, a sociedade só existe enquanto o dinheiro circula.

Essa autonomia do valor engendra um mundo em que capitalistas, trabalhadores, burocratas estatais e agentes políticos atuam como portadores funcionais desse movimento, constrangidos a obedecer às exigências da valorização sob pena de exclusão social. Essa concepção permite compreender a dominação capitalista como uma dominação sem sujeito (Kurz, 2020; 2018; 2014; 2013; 2005). Para Kurz, não há um sujeito soberano que controle o capital a partir de fora, o que existe é uma totalidade social estruturada por categorias abstratas que se autonomizam frente aos indivíduos. Então a aparência de controle exercido por determinados grupos sociais não elimina o fato de que também eles estão submetidos à lógica impessoal da valorização. Em *O Colapso da Modernização* (1991), Kurz afirma que “o verdadeiro despotismo da modernidade é o absolutismo do dinheiro, sem sujeito, isto é, aquele do trabalho abstrato e de sua exploração em empreendimentos econômicos” (Kurz, 2004, p. 34), e já em *A substância do capital* ele expõe de modo mais denso que

Na abstração como abstração real permanece então como resíduo um conteúdo bem material, nomeadamente o dispêndio de “energia humana em geral”. Para o “sujeito automático” do processo de valorização não é nada importante se são produzidas calças ou granadas de mão; só é essencial que no ato ocorram processos de combustão físicos humanos (dispêndio de energia) que possam ser representados como um *quantum* de valor; um procedimento em si absolutamente absurdo. No entanto, esses processos de combustão acontecem realmente; o que é absurdo é apenas o facto de serem tratados e “representados” independentemente da sua forma concreta, e por

consequente do seu objetivo material e de conteúdo, o que acontece porque o objetivo social é precisamente essa "representação" fetichista. A redução ao processo de combustão físico é uma abstração social, mas lá por isso não é uma mera coisa do pensamento (como por exemplo um conceito genérico nominal), mas refere-se a um momento bem real, e é também por isso uma abstracção real (Kurz, 2005, sp. Grifos nossos de tradução).

Ancorado em Karl Polanyi e Marcel Mauss, em *O dinheiro sem valor* (2014), Kurz sustenta que a alocação dos bens, bem como a reprodução material e social antes da instauração do capitalismo, estruturavam-se segundo reciprocidade, redistribuição e domesticidade (Kurz, 2014, p.93). No entanto, o ato ou o circuito da troca não está ancorado em um princípio abstrato de equivalência, tampouco de um equivalente geral (Ibid.). Existe, evidentemente, a pressuposição da existência de um intermediário responsável por centralizar e redistribuir os bens trocados (Ibid), mas a razão de ser desse tipo de circuito de troca está ancorado em algum tipo de utilidade própria, e ainda dentro de um circuito familiar (Ibid.). A integração social não está, portanto, mediada por um “cálculo econômico” (Ibid, p. 87).

Ao enfatizar a diferença entre as civilizações pré-capitalistas e a sociedade burguesa no que diz respeito ao binômio mercadoria/dinheiro, Kurz não está reduzindo a uma questão de maior ou menor difusão quantitativa dessas formas (Machado, 2020). O que distingue essas formações sociais é o modo como o conjunto da socialidade se estrutura e, a partir daí, define o estatuto das categorias que a atravessam. Na leitura de Kurz, é o todo social, enquanto forma historicamente determinada de mediação, que atribui conteúdo e função às categorias sociais, condicionando inclusive a lógica das práticas particulares. Desse modo, diferentes contextos históricos produzem diferentes regimes de fetichização, que incidem de forma desigual sobre os casos singulares. Nessa perspectiva, mercadoria e dinheiro, inseridos na matriz transcendente das sociedades pré-capitalistas, não apenas se apresentavam de forma diversa, mas possuíam um estatuto qualitativamente distinto daquele que assumem no interior da matriz econômica capitalista (Kurz, 2014, p. 62).

Do ponto de vista lógico do modo de reprodução capitalista já plenamente constituído, a forma-dinheiro deriva da forma-mercadoria, uma vez que o dinheiro se apresenta como a forma de manifestação do valor das mercadorias, relação já descrita por Marx (2013). Historicamente, contudo, a trajetória do dinheiro antecede a constituição do valor e do capital (Kurz, 2014). Em seguida, ainda no interior da matriz religiosa pré-moderna, o dinheiro passa a mediar trocas em espaços restritos, operando como dinheiro sem valor (Machado, 2020). É somente no contexto de transição inaugurado pela revolução militar que o dinheiro assume o papel de protomercadoria e, por meio de práticas sociais inconscientes, passa a converter progressivamente produtos e objetos de uso em mercadorias propriamente ditas (Kurz, 2014, p.

118). Desse modo, o dinheiro não apenas precede historicamente o capital, mas atua como mediação decisiva na constituição da forma-mercadoria e, conseqüentemente, da própria socialidade capitalista.

Kurz, então, sublinha que o dinheiro surge historicamente como uma realidade moldada por determinações religiosas, a partir do culto, do sacrifício e da dádiva, a relação entre os indivíduos e o poder divino estruturava-se essencialmente como uma relação de sacrifício, assim

talvez a realidade objectiva materialmente identificada como «dinheiro» possa ter surgido como uma realidade determinada de forma religiosa (de modo estranho ao nosso entendimento), ainda antes das chamadas relações de troca e independentemente delas ou em paralelo com elas (Ibid, p. 85).

Os excursos históricos presentes na obra de Kurz atuam como argumentação sociológica na construção de toda a gênese da teoria crítica do valor. Ao interpretar as categorias capitalistas como não naturais, e investigar não só sua mediação social mas também a ascendência histórica das formas e categorias tomadas pelo capitalismo, Kurz solidifica seus argumentos. Por exemplo, ele denota a importância de rebater a tese de um certo materialismo histórico, que posiciona a invenção da máquina a vapor como razão fundamental para a ascensão do capitalismo e da industrialização, e relembra dos escritos marxianos que localizaram a acumulação primitiva séculos antes da invenção de tal aparato tecnológico (Kurz, 1997). Concluindo então que “as forças produtivas da indústria não poderiam ter sido a causa decisiva para o nascimento do capitalismo moderno” (Ibid, p. 240).

Como comentamos na seção anterior, sobre a genealogia do trabalho, as pré-condições necessárias para estruturação do capitalismo se remonta aos períodos do fim da Idade Média, de expropriação de terras, fortalecimento do exército e do estabelecimento da ética protestante (Kurz, 2014). Nesse pano de fundo a teoria weberiano aparece referenciada, de modo que o a percepção da afinidade eletiva entre a ética ascética protestante e o denominado espírito do capitalismo engendra o ganho econômico como fim em si no âmbito de uma conduta de vida racionalizada (Kurz, 1997).

Retomando a condição que o autor vê como decisiva para algo que podemos caracterizar como virada moderna ou coisa do tipo, temos a “revolução militar”, que conseguiu aglutinar as pré-condições possibilitadas por uma prévia acumulação primitiva (Ibid).

A inovação das armas de fogo destruiu as formas de dominação pré-capitalistas, visto que tornou militarmente ridícula a cavalaria feudal Ibid, p. 240). Indústria armamentista, corrida armamentista, e manutenção de exércitos permanentemente organizados, divorciados da sociedade civil e ao mesmo tempo com forte crescimento, conduziram necessariamente a uma subversão radical da economia. O grande complexo militar, desvinculado da sociedade, exigia uma “permanente economia de

guerra”. Essa nova economia da morte estendeu-se como uma mortalha sobre as estruturas agrárias da antiga sociedade (Ibid, p. 242-243)

Nessa economia, os soldados, como recebedores de soldos, tornaram-se os primeiros representantes do exercício do trabalho abstrato, e esta relação representa a origem da racionalidade econômico-ocidental (Kurz, 1997). É neste momento em que se assiste a transformação qualitativa do dinheiro (Kurz, 2014).

Como os despojos de guerra e o recurso a empréstimos junto aos banqueiros não se fizeram suficientes para sustentar a maquinaria militar em expansão, emergiu a necessidade de converter as contribuições e tributos em fonte permanente de financiamento todas as relações hierárquicas de obrigação (Kurz, 1997; Kurz, 2014). Esses vínculos passaram, então, por um processo de monetização forçada, assumindo a forma de impostos cobrados em dinheiro. À medida que os indivíduos passaram a ser compelidos a obter dinheiro para cumprir suas obrigações fiscais perante o Estado, instaurou-se uma coerção generalizada à monetização da vida social (Kurz, 1997; Kurz, 2020). Essa coerção foi decisiva para a expansão do trabalho assalariado e para a constituição de um mercado até então inexistente (Kurz, 2014). Assim, nos primórdios da modernidade, Estado e mercado não apenas coexistem, mas se pressupõem e se engendram mutuamente no interior do processo histórico da revolução militar (Kurz, 1997).

Dessa forma, a crítica de Robert Kurz à forma-valor permite compreender o capitalismo como uma totalidade social mediada por abstrações reais que se autonomizam frente aos indivíduos e passam a organizar coercitivamente a reprodução da vida. O valor, longe de constituir uma grandeza econômica neutra ou simples expressão da exploração do trabalho, apresenta-se como relação social historicamente específica, cuja dinâmica se materializa plenamente na forma-dinheiro e culmina no movimento autônomo da valorização do valor. Nesse contexto, capitalistas, trabalhadores e agentes estatais não figuram como sujeitos soberanos do processo social, mas como portadores funcionais de uma lógica que se impõe como segunda natureza (Kurz, 2004). O conceito de sujeito automático sintetiza essa forma peculiar de dominação sem sujeito (Kurz, 1993), na qual a produção social se orienta por critérios abstratos e indiferentes aos seus conteúdos concretos. Com isso, evidencia-se que a dominação capitalista não pode ser reduzida à apropriação privada do excedente nem à vontade de classes ou elites específicas, mas reside nas próprias categorias fundamentais que estruturam a sociabilidade moderna. Assim, para fechar a seção, trago a crítica frontal que Kurz faz ao marxismo vulgar, sobretudo à sua tendência a personalizar a dominação capitalista:

A diferença não poderia ser mais precisa: para o marxismo vulgar, o movimento autônomo do capital, a valorização do valor, é justamente aquela aparência que deve ser remontada aos objetivos, à vontade e à atitude subjetiva das pessoas, resolvendo-

se, portanto, na subjetividade (de cunho autoritário e "errado"). Uma crítica radical e coerente do fetichismo, pelo contrário, teria de denunciar como aparência a própria subjetividade empírica, ou seja, teria de dissolver os objetivos, a vontade e a ação subjetiva das pessoas produtoras de mercadoria em sua verdadeira ausência de sujeito, como simples execução de uma forma-fetice pressuposta a todos os sujeitos — não para se submeter ao "sujeito automático", mas para poder apreendê-lo como tal e superá-lo (Kurz, 1993, sp.)

É a partir dessa compreensão categorial que se torna possível avançar, na seção seguinte, para a análise das contradições internas desse sistema e de seus limites históricos. No entanto, cabe ressaltar que o percurso descrito nesta seção pressupõe uma trajetória específica de formação do Estado moderno, que estrutura a análise de Kurz a partir da experiência europeia. No caso brasileiro, como demonstra Francisco de Oliveira (2003), a constituição do Estado não se deu prioritariamente a partir de grandes complexos militares ou de guerras de unificação nacional, mas como mediação direta da inserção subordinada no capitalismo mundial. O Estado brasileiro se armou menos para a guerra entre nações e mais para a gestão da exploração interna, articulando a reprodução do capital, a regulação precária do trabalho e a manutenção de uma heterogeneidade estrutural funcional à acumulação (Oliveira, 2003). Essa diferença histórica ajuda a compreender porque, no Brasil, a monetização forçada e a generalização do trabalho assalariado não produziram uma integração social homogênea, mas coexistiram, desde o início, com informalidade, superexploração e exclusão estrutural, como vimos em Oliveira (2003).

5.3 Crise estrutural e obsolescência do trabalho

Talvez tenha sido inspirado pela química moderna de Lavoisier que Kurz (2012) alegou que “tudo se transforma, de uma maneira ou de outra; mas somente assim fica sempre igual.”, não se criam novos capitalismos, as crises vêm e vão, muitos aspectos se transformam, e o capitalismo se mantém, para sempre. Robert Kurz (2012) aponta aspectos de uma nova economia que afasta nosso pensamento da crise, e ao mesmo tempo denuncia uma realidade que se assemelha a um campo minado, pois a qualquer momento um incêndio inesperado pode aparecer.

Para Kurz, por vezes, os autores mobilizam superficialmente a teoria marxista para explicar a crise., Eles se concentram na aparência a-histórica, como um movimento que apenas faz parte do ciclo do capital. Essa percepção de crise estabelece que

o capital entra numa fase da chamada sobreacumulação. Muito do capital acumulado não consegue continuar a valorizar-se suficientemente, porque a mais-valia produzida já não pode ser transformada na sua forma dinheiro, ou “realizada”, por falta de poder de compra da sociedade. Os investimentos em máquinas e força de trabalho foram elevados demais para a capacidade do mercado, surgem excedentes de capacidade de produção, por toda a parte há mercadorias invendáveis, o capital dinheiro foge para os mercados financeiros e formam-se aí bolhas. O capital excedente, em todos os seus componentes (capital real, força de trabalho, capital mercadoria, capital dinheiro), tem agora de ser desvalorizado pela crise. Depois tudo pode recomeçar do princípio. (Kurz, 2012)

No entanto, mais a fundo,

em Marx encontram-se também reflexões completamente diferentes. Segundo as quais, a longo prazo, o problema não é a insuficiência periódica da realização da mais-valia no mercado, mas sim, muito mais fundamentalmente, a própria falta da sua produção. O capital é autocontradição em processo pois, por um lado, tem como único objectivo a incessante acumulação de valor, ou “riqueza abstracta” (Marx), mas, por outro lado, a concorrência obriga, através do desenvolvimento das forças produtivas, a tornar supérflua a força de trabalho, que é a única fonte deste valor, e a substituí-la por dispositivos técnico-científicos. (Id, ibid)

É nesse sentido que Kurz mobiliza a teoria marxista de modo a retornar à questão do limite interno do capital, já presente na teoria marxiana, mas por vezes abandonada. Kurz fundamenta que a questão concreta de valorização através da substância trabalho segue crucial para o funcionamento do próprio capitalismo, afinal “seja qual for o conteúdo da produção, para o capital só interessa a quantidade de força de trabalho criadora de valor que pode ser utilizada. Esta tem de subir em termos absolutos, se se pretende que o fim em si da acumulação tenha êxito.”

O Clímax do capitalismo parte da devastadora premissa: o capitalismo não está diante de mais uma crise cíclica, mas enfrenta sua crise terminal, um clímax no sentido trágico do termo – o momento em que suas contradições internas o conduzem ao esgotamento irreversível. Kurz demonstra como a Terceira Revolução Industrial, com sua automação e digitalização, corroeu a base mesma do sistema: o trabalho vivo como fonte de valor. Aqui, ecoa Marx, mas

para ir além dele: não se trata apenas da exploração do trabalho, mas de sua obsolescência como princípio organizador da vida social. A financeirização, nesse contexto, não é um desvio, mas o sintoma de um capitalismo que, incapaz de se reproduzir na esfera produtiva, se refugia na especulação fictícia. Adiante aprofundaremos sobre como a crise do valor de troca nos conduz com todo vapor ao colapso.

No livro “Com todo vapor ao colapso”, Kurz responde diretamente como ele desenvolve a crítica ao trabalho. Para ele

a abstração trabalho não é o oposto mas o estado de agregado vivo do próprio capital; o trabalho não é uma condição supra histórica ou antropológica da existência, mas a forma de atividade específica capitalista da modernidade - o dispêndio abstrato de energia humana num espaço funcional de economia empresarial. Nesta abstração já está posta a indiferença em relação ao conteúdo, ao sentido e à finalidade, às necessidades vitais. Trabalho como determinação abstrata é o lado atuante do fim em si mesmo irracional capitalista (Kurz, 2004, p. 137).

Toda menção de Kurz ao trabalho trata-se então de uma “forma de mediação” social moderna que envolve um processo prático real de abstração (Kurz, 2004). O próprio trabalho concreto, que na modernidade não está descolado do trabalho abstrato, não pode ser então uma categoria “inocente”, uma vez que a atividade humana está toda subordinada ao movimento abstrato de valorização do valor,

A sujeição das atividades culturais, até então concretas, à abstração do dinheiro foi o que possibilitou converter a produção em trabalho geral e abstrato, cuja medida é o tempo. Porém esse tempo não é mais o tempo concreto, qualitativamente diverso conforme suas relações, mas sim o fluxo temporal abstrato, linear e uniforme contrapartida exata do fim em si mesmo abstrato da acumulação capitalista, como Kant já pressupusera cegamente.

Essa ditadura do tempo abstrato, levada a efeito pelo mecanismo da concorrência anônima, criou para si o correspondente espaço abstrato, o espaço funcional do capital, destacado do restante da vida. Surgiu assim um tempo-espaço capitalista, sem alma nem feição cultural, que começou a corroer o corpo da sociedade (Kurz, 2004, p. 215)

É discorrendo sobre a substância do capital que ele então elucida que a submissão da produção à lógica do trabalho abstrato não se limita à definição do que é produzido, isto é, à conformação dos bens segundo exigências impostas pela forma-valor, que subordina e reconfigura seu conteúdo material a uma objetividade social fetichizada. Ela incide igualmente sobre o modo como se produz: sobre a própria organização do processo de trabalho e sobre a forma específica pela qual a atividade humana passa a intervir tanto sobre a natureza quanto sobre outros seres humanos, como no caso dos serviços (Kurz, 2005). Notemos que o que está em jogo, portanto, não é apenas a mercantilização dos produtos, mas a transformação estrutural da própria prática produtiva em função das exigências da valorização.

Nuno Machado conclui, recuperando o manifesto do trabalho, publicado conjuntamente pelo Grupo Krisis sobre o local de trabalho ser o espaço geográfico ao dispêndio de energia

abstrata, em que o tempo deixa de ser vivido e assume a forma de matéria-prima passível de contabilidade e otimização (Machado, 2020).

Nesse quadro, os indivíduos são constituídos como unidades concorrentes já no interior do próprio processo produtivo, e não apenas no momento em que se confrontam no mercado de trabalho como vendedores da força de trabalho (Kurz, 2005). A organização espaço-temporal da empresa capitalista subordina toda forma de cooperação à sua utilidade técnica imediata, ao mesmo tempo em que trata qualquer vínculo social não diretamente funcional como um elemento de perturbação (Ibid). A lógica do trabalho abstrato, orientada pela valorização, tende assim a neutralizar e eliminar todos os momentos de interação que não possam ser instrumentalizados, desde práticas coletivas de trabalho até as formas mais elementares de convivência cotidiana (Ibid). Assim, segundo ele, mesmo quando a linguagem gerencial recorre a noções como “trabalho em equipe” ou “competência social”, essas categorias aparecem esvaziadas de conteúdo, reduzidas a simples recursos operacionais, resultando em um espaço produtivo estruturado de modo a isolar sistematicamente os sujeitos, bloqueando a comunicação horizontal e reproduzindo automaticamente relações hierárquicas de comando, independentemente das intenções ou da autoridade pessoal dos proprietários jurídicos (Kurz, 2005).

É ao teorizar sobre a crise do valor de troca que Kurz (2018) percebe que o prolongamento do circuito da valorização do valor está fadado ao colapso. Uma vez que o capital não pode mais aumentar a criação de valor em termos absolutos, dado que os postos de trabalho passaram a ser eliminados, o que pode aumentar é apenas “na produção de mais-valia relativa”²⁸, embora seja este “um movimento em sentido contrário que historicamente consome a si mesmo e que deve agir e resultar na total paralisação da criação de valor” (Kurz, 2018, p. 51). A consequência do desenvolvimento das forças produtivas é o aumento do grau de exploração, “mas, com isso, ele mina o fundamento e o objeto da exploração, a produção de valor enquanto tal” (Ibid.).

Kurz percebe a cientifização da produção não como uma alternativa ao capital, mas como a forma historicamente mais desenvolvida da produção de mais-valia relativa, que, ao mesmo tempo, mina a própria substância do valor (Kurz, 2018). A incorporação sistemática da

²⁸ Marx define mais-valor relativo na Seção IV do primeiro Livro da Crítica à Economia Política assim: “O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo” (Marx, 2013, p. 267).

ciência, técnica, engenharia, organização racional, máquinas, automação e microeletrônica ao processo produtivo paulatinamente aumenta a produtividade enquanto elimina trabalho vivo.

Esse mesmo movimento, que acrescenta um novo valor na parte relativa do capital, reduz a base absoluta da produção de valor por meio da eliminação do trabalho produtivo vivo direto. O capital cria, de forma tão necessária como inconsciente, o trabalho socialmente imediato, que vai para além da relação de valor, cuja força produtiva material reduz o tempo de trabalho social total, mas com o único objetivo de elevar a taxa de exploração dos produtores imediatos. Ele desenvolve as forças produtivas sociais em função de objetivos e interesses sociais e se enreda em contradições insolúveis em seus próprios fundamentos, cuja lógica final foi esboçada por Marx do seguinte modo: "Um desenvolvimento das forças produtivas capaz de reduzir o número absoluto de trabalhadores, ou seja, em que toda a nação possa efetuar a produção total em um menor intervalo de tempo, provocaria uma revolução, pois inutilizaria a maior parte da população (Kurz, 2018, p. 51).

O que Kurz nos revela no livro supracitado²⁹ é o limite histórico específico da produção capitalista: ela não constitui uma forma neutra ou universal de desenvolvimento das forças produtivas nem de geração de riqueza, mas uma estrutura que, em determinado estágio de seu próprio avanço, entra em contradição com aquilo que produz. Essa contradição se manifesta de maneira recorrente nas crises, nas quais parcelas inteiras da população trabalhadora se tornam socialmente excedentes. Isso ocorre porque, para o capital, o critério decisivo não é o tempo livre ou a redução do trabalho necessário para a reprodução social, mas a produção de tempo de trabalho excedente apropriável (Ibid.).

Ao identificar a Terceira Revolução Industrial como clímax do capitalismo, Kurz demonstra que as contradições presentes no modo de produção desde sua instauração estão sendo levadas aos limites extremos (Kurz, 2018; Kurz, 2020). Ele ressalta como a automação e digitalização do trabalho corroem a base mesma do sistema: o trabalho vivo como fonte de valor. Aqui, ecoa Marx, mas para ir além dele: não se trata apenas da exploração do trabalho, mas de sua obsolescência como princípio organizador da vida social. A financeirização, nesse contexto, não é um desvio, mas o sintoma de um capitalismo que, incapaz de se reproduzir na esfera produtiva, se refugia na especulação fictícia (Kurz, 2012).

Para Kurz, o Terceiro Mundo conserva a forma de sujeitos monetários desmonetizados e organiza a barbárie, o que se revela como o mundo da sociedade pós-catastrófica (Kurz, 2018). A destituição de trabalhadores, por exemplo, não é uma questão de transferência de emprego mas sim de eliminação de postos de trabalho. A xenofobia, o racismo e o machismo não podem explicar sozinhos a fúria dos estadunidenses brancos desempregados, porque na verdade esses empregos não foram transferidos, mas sim eliminados. Se tornar um perdedor dentro do sistema produtor de mercadorias é mais factível do que se tornar um indivíduo bem sucedido.

²⁹ KURZ, Robert. A crise do valor de troca. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.

O que Kurz aparenta teorizar é que mais do que o colapso do modo de produção, o caminho pelo qual o Ocidente nos guiou está prestes a provocar o colapso global:

O jogo do mercado mundial, que absorveu e assimilou todas as outras formas, já não permite que os perdedores voltem depois para casa em sossego, mas sim está destruindo sucessivamente para eles toda possibilidade de uma existência digna. [...] Essas regras democráticas da “razão mundial” burguesa e iluminista são em sua essência abstratas e insensíveis, pois seu verdadeiro fundamento é o automovimento que faz nascer suas leis históricas destrutivas e as executa mecanicamente até o terrível fim. (Kurz, 1993, p. 199)

Kurz cita exemplos empíricos que atestam seu argumento, como o avanço do fundamentalismo islâmico, o desemprego em massa, a externalização do custo ecológico. Temas que podem ser colocados como objeto de pesquisa nas Ciências Sociais a fim de perseguir a contribuição para Teoria Crítica, ressaltando que a condição terceiro mundista do Brasil nos revela um recorte geográfico fecundo para o estudo destes temas, uma vez que as contradições do capitalismo se revelam visualmente e de maneira próxima. Assim, se o trabalho é uma forma histórica de coerção, sua crise não é apenas econômica, mas civilizatória.

6. Trabalho, forma e crise: o limite interno da crítica em Francisco de Oliveira e sua ultrapassagem em Robert Kurz

Nos capítulos anteriores construímos o arcabouço teórico de Francisco de Oliveira e Robert Kurz, mostrando sobretudo, como cada autor se apropria do conceito de trabalho por meio da ótica marxiana para desenvolverem suas críticas. No capítulo dedicado a Chico, vimos como o sociólogo leva a crítica do trabalho ao limite interno da sociabilidade capitalista periférica. Nesse sentido, foi possível perceber que Chico está muito além do que se denomina marxismo vulgar, e de certa maneira mais próximo de um marxismo categorial, ainda que esse movimento não se concretize plenamente.

Apesar de Robert Kurz e Francisco de Oliveira ocuparem lugares teóricos distintos no marxismo, ambos partem de um mesmo desvio fundamental que Marx provoca: a recusa em pensar o trabalho como mera atividade técnica ou como base antropológica trans-histórica da vida social. No pensamento de Marx, o tipo de trabalho que é relevante para a crítica da economia política não é o trabalho de forma geral, mas sim uma forma específica de mediação social que se desenvolveu historicamente, particularmente dentro do contexto da produção de mercadorias. Esse movimento, do trabalho enquanto forma social, é o terreno comum a partir do qual tanto Chico de Oliveira quanto Kurz traçam suas elaborações. Assim, o próprio Chico marca na resenha de *O colapso da modernização*:

Minhas próprias discordâncias com Kurz, que são enormes, não se situam na questão da crise do capitalismo: um sistema cuja megaempresa, emblemática, arrostou um prejuízo de 80 bilhões de dólares no ano de 1992, anda muito longe da estabilidade acrítica apregoada não apenas pelos arautos neoliberais, como consentida por uma grande parte da *intelligentsia* antigamente severa crítica do capitalismo (Oliveira, p. 53 apud Pereira, et al, 1993)

Já na teoria marxiana temos que no capitalismo o trabalho não é apenas um meio de produzir bens que satisfaçam necessidades, mas sim o princípio que organiza a reprodução da sociedade. Muito além de uma contradição entre valor de uso e valor de troca, a vida organizada pelo fetiche da mercadoria estabelece um modo de vida muito específico, que ordena a atividade, o consumo e o tempo das pessoas. É pelo trabalho assalariado que as pessoas se conectam à sociedade como um todo, é através do trabalho que se ganha dinheiro, é pelo trabalho que se estabelece, socialmente, quem está dentro e quem está fora. Nesse sentido, o trabalho não é somente uma relação econômica entre capital e trabalho, mas sim uma integração social mediada pelo dinheiro, pelo mercado e pelo Estado. Essa percepção é essencial para uma crítica sociológica do capitalismo, e essa ideia permeia tanto os escritos de Chico de Oliveira quanto os de Robert Kurz.

Como vimos, em Marx, essa forma social do trabalho se expressa na distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Sendo o primeiro referente às atividades específicas que produzem valores de uso e o segundo, ao fato de que essas atividades contam socialmente apenas enquanto dispêndio indiferenciado de tempo de trabalho, mediado pela troca de mercadorias por meio do equivalente geral, o dinheiro. De modo que o trabalho abstrato não é uma abstração mental, mas uma abstração real, produzida pela própria forma mercantil da socialização. A sociedade capitalista, nesse sentido, não se organiza pela coordenação consciente dos produtores, mas pela mediação impessoal do tempo de trabalho objetivado nas mercadorias e no dinheiro. É essa estrutura que permite compreender porque a produção capitalista se impõe aos indivíduos como uma força social autônoma.

É precisamente essa concepção que permite a Francisco de Oliveira criticar tanto o economicismo desenvolvimentista quanto as leituras dualistas da modernização brasileira. Em *Crítica à Razão dualista*, Chico mostra que o chamado “atraso” não constitui um setor externo ao capitalismo, mas é produzido como momento interno da própria acumulação. A informalidade, o subemprego e a precariedade do trabalho não são resíduos pré-capitalistas, mas formas específicas de integração subordinada ao processo de valorização. O trabalho, nesse contexto, não é apenas um fator produtivo, mas o principal mecanismo de inserção, ou de exclusão, dos indivíduos na reprodução social mediada pelo capital, pelo dinheiro e pelo Estado.

Também em Kurz o ponto de partida é essa mesma concepção do trabalho como mediação social. Sua crítica do fetichismo não se limita às mercadorias, mas se estende ao próprio trabalho enquanto forma social que organiza a vida dos indivíduos. Assim como em Marx, o trabalho não é tratado como uma atividade neutra, mas como o modo específico pelo qual a sociedade capitalista produz e reproduz suas próprias relações. A diferença, que só se tornará plenamente visível nas seções seguintes, é que Kurz extrai dessa premissa consequências ontológicas mais radicais, ao passo que Chico a mobiliza sobretudo para analisar a dinâmica histórica e social da dependência.

Esse ponto de partida comum é decisivo para evitar leituras superficiais do confronto entre os dois autores. Não se trata de opor um “marxismo sociológico” a um “marxismo filosófico”, mas de reconhecer que ambos partem da mesma ruptura marxiana com a naturalização do trabalho. O que os separa não é o reconhecimento de que o trabalho é uma forma social, mas a resposta à pergunta: o que significa, para a crítica do capitalismo, viver em uma sociedade mediada pelo trabalho?

Então, ao formular um confronto entre Chico, que na teoria está no meio do caminho entre um marxismo centrado na luta de classes e o marxismo categorial, e Kurz, percebemos

que a divergência real não se trata da afirmação ou negação à crítica ao trabalho. Não é uma questão de trabalho sim vs. trabalho não. No entanto, o pensamento de Oliveira opera dentro da dialética forma-real, enquanto Kurz opera tensionando a forma real como tal.

Uma vez que mostramos como Oliveira delinea o esgotamento histórico da mediação salarial, sobretudo no ensaio conclusivo O Ornitorrinco, e Kurz mostra o colapso categorial da forma trabalho, neste capítulo final temos como tarefa responder se a crise do trabalho é uma crise de mediação social, ou uma crise da forma social enquanto tal.

6.1. O ponto de contato: o esgotamento da mediação salarial

A crítica de Francisco de Oliveira ao capitalismo brasileiro parte da recusa tanto do desenvolvimentismo quanto das interpretações dualistas da formação social. Para o autor, não há uma transição incompleta entre atraso e modernidade, mas uma forma historicamente específica de capitalismo cuja dinâmica de acumulação produz simultaneamente modernização produtiva e degradação social do trabalho (Oliveira, 1972). Em *Crítica à razão dualista*, Oliveira (1972) demonstra que as formas ditas “arcaicas” de trabalho não são resíduos pré-capitalistas, mas mecanismos funcionais à acumulação, de modo que a superexploração, a compressão salarial e a instabilidade ocupacional constituem fundamentos estruturais do capitalismo periférico. No Brasil, o trabalho já aparece, assim, como eixo central de uma integração subordinada à valorização do capital, e não como promessa de inclusão progressiva.

Esse diagnóstico desloca o problema do trabalho do plano técnico ou produtivista para o da mediação social. Mais tarde, Oliveira (2003) mostra que, embora o trabalho deixe de cumprir sua promessa integradora, ele permanece como critério fundamental de inclusão e exclusão, tornando-se ainda mais decisivo para a sobrevivência material em um contexto de desemprego estrutural, informalização e financeirização. O trabalho, portanto, assume um caráter contraditório: ao mesmo tempo em que submete os indivíduos à lógica da valorização, continua sendo o principal meio de inserção social.

O real ponto de intersecção entre Francisco de Oliveira e Robert Kurz não reside em uma postura normativa consonante acerca do trabalho, mas em uma análise histórica convergente, a da existência de uma crise estrutural da forma salário enquanto mediação central da sociabilidade capitalista. Em ambos os casos, o trabalho deixa de funcionar como um princípio de integração social relativamente estável e passa a se apresentar como um agente de precarização, instabilidade e exclusão sistêmica.

Em *O Ornitórrinco*, Francisco de Oliveira analisa uma mudança fundamental na dinâmica da forma-salário. No atual capitalismo periférico, o salário não atua mais como capital variável antecipado, mas se transforma em um resultado eventual da circulação. O trabalhador sem formalização deixa de receber previamente sua remuneração pela oferta de sua força de trabalho, passando a depender diretamente da concretização da mercadoria no mercado. Conforme exposto no capítulo 4, o capital não mais se adequa ao salário, mas transfere ao trabalhador o risco da valorização, de tal forma que seus rendimentos não se originam mais de um pagamento fixo e prévio à circulação, mas passam a estar diretamente vinculados à comercialização dos produtos e serviços. De acordo com o autor

Os serviços são o lugar da divisão social do trabalho onde essa ruptura [com o Welfare State] já aparece com clareza. Cria-se uma espécie de “trabalho abstrato virtual”. As formas “exóticas” desse trabalho abstrato virtual estão ali onde o trabalho aparece como diversão, entretenimento, comunidade entre trabalhadores e consumidores: nos shopping centers. O trabalho mais pesado, mais primitivo, é também lugar do trabalho abstrato virtual. Sua forma, uma fantasmagoria, um não lugar, um não-tempo, que é igual a tempo total. Pense-se em alguém em sua casa, acessando sua conta bancária pelo seu computador, fazendo o trabalho que antes cabia a um bancário: de que trabalho se trata? Por isso, conceitos como formal e informal já não têm força explicativa. O subdesenvolvimento pareceria ser uma evolução às avessas: as classes dominantes, inseridas numa divisão do trabalho que opunha produtores de matérias-primas a produtores de bens de capital, optavam por uma forma da divisão de trabalho interna que preservasse a dominação: “consciência” e não acaso. Ficava aberta a porta da transformação (Oliveira, 2003, p. 137-138).

Essa inversão, longe de ser um fenômeno marginal, expressa uma mutação estrutural da mediação social. Ao comentar essa tendência, Oliveira afirma que, sob a pressão da produtividade, a supressão da jornada de trabalho implica na eliminação dos direitos dos trabalhadores. Sugere que o trabalho mais pesado e primitivo é, paradoxalmente, um espaço para o trabalho abstrato, caracterizado por uma forma fantasmagórica que reflete um tempo total que não se limita à experiência temporal comum (Ibid.). A dissolução da medida do tempo de trabalho que sustentava o salário implica, portanto, no colapso da forma jurídica e política que organizava o vínculo entre trabalho e reprodução social.

Tal processo está indissociavelmente ligado ao que Oliveira designa como a fusão estrutural entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A periferia do capitalismo não avança rumo a um sistema de elevada produtividade e bem-estar, mas sim para uma combinação explosiva que envolve a intensificação drástica do trabalho humano e a implementação desigual de tecnologias que economizam trabalho. Conforme o exposto por Chico no ensaio de início do século, essa fusão resulta em uma sociabilidade na qual o trabalho é, ao mesmo tempo, superexplorado e considerado supérfluo. Uma vez que a informalidade, longe de representar um “fora” do capital, converte-se em uma de suas formas centrais de reposição, fazendo do trabalho abstrato uma figura de barbárie imanente.

É precisamente esse quadro que permite a Oliveira afirmar que as forças do trabalho perderam tanto sua “força social” quanto sua “força política”, corroídas pela reestruturação produtiva e pelo “trabalho abstrato-virtual” (Oliveira, 2003, p. 136). A partir disso, temos que não é apenas o emprego ou os direitos trabalhistas que estão em crise, mas a própria função do trabalho como elemento unificador da convivência social e como fundamento material da ação coletiva.

O diagnóstico de Robert Kurz converge de maneira considerável com essa descrição. Na crítica do valor, o colapso da forma-salário é compreendido como expressão da

dessubstancialização do próprio valor. À medida que o aumento da produtividade microeletrônica reduz drasticamente a quantidade de trabalho vivo incorporável à produção de mercadorias, a substância do valor, o tempo de trabalho abstrato, entra em crise (Kurz, 2018). O capital passa a depender crescentemente de antecipações financeiras e de simulações de valorização, enquanto parcelas cada vez maiores da força de trabalho tornam-se estruturalmente excedentes (Kurz, 1992).

Assim como em Oliveira, também em Kurz o trabalho deixa de funcionar como princípio de integração social. A distinção decisiva, contudo, reside no estatuto atribuído ao Estado e às formas contemporâneas de sustentação do capital., enquanto Oliveira descreve a dissolução da forma-salário e da informalização estrutural como processos que ainda podem ser parcialmente mediados por mecanismos estatais, em especial pela mobilização dos fundos públicos e pela regulação precária da reprodução social, Kurz reconstrói esse mesmo movimento como crise categorial do valor, isto é, como esgotamento da própria base da valorização. Nesse sentido, a financeirização assume estatutos opostos, na interpretação de Oliveira ela aparece como uma agência histórica concreta por meio da qual o Estado tenta gerir a acumulação capitalista; já na interpretação de Kurz, ocorre o contrário, a financeirização não é instrumento de mediação, mas consequência estrutural da incapacidade do capital de se valorizar pela exploração do trabalho vivo, expressando o caráter apodrecido e derivado do Estado no estágio terminal da modernidade capitalista.

Ainda assim, fundamentamos que ambos partem de um mesmo cenário histórico: a sociedade capitalista já não se organiza pela incorporação regulada do trabalho vivo ao processo de valorização, mas por uma combinação instável entre superexploração, exclusão estrutural e financeirização.

Esse terreno comum é decisivo para o confronto teórico, principalmente porque nem Francisco de Oliveira tampouco Robert Kurz partem de uma nostalgia do fordismo ou de uma idealização do emprego estável. Ambos reconhecem que a modernidade capitalista entrou em uma fase na qual o trabalho perdeu sua capacidade de integrar socialmente e que essa perda não é contingente, mas estrutural – é a essa interpretação a qual Ruy Braga tenta responder de maneira alternativa a Chico. A divergência entre eles não reside, portanto, no diagnóstico da crise, mas no estatuto ontológico que atribuem a essa crise: se ela diz respeito ao esgotamento de uma forma histórica de mediação, o salário, ou ao colapso da própria forma social do trabalho enquanto tal. É essa bifurcação que organiza a seção seguinte.

6.2. A bifurcação: crise da forma-salário em Francisco de Oliveira e crise da forma-trabalho em Robert Kurz

Como demonstrado em *O Ornitorrinco* (2003), a dissolução do adiantamento salarial, a informalização estrutural e a perda de força política do trabalho indicam não apenas uma crise da forma-salário, mas do conjunto da gramática política que se estruturou historicamente em torno dela (Oliveira, 2003). A dissolução do adiantamento salarial, a informalização estrutural e a fusão entre mais-valia absoluta e relativa corroem as bases materiais que sustentaram o trabalho como princípio integrador da sociabilidade e como fundamento da ação coletiva. No entanto, mesmo ao reconhecer esse esgotamento histórico, Oliveira mantém a análise situada no interior da dialética entre forma e realidade social. A forma, representada pelo salário, os direitos, o Estado, permanece como mediação necessária, ainda que profundamente degradada.

A dissonância entre os autores analisados não pode ser plenamente compreendida sem um retorno à problemática marxiana da forma de manifestação. Quando Marx se dedica aos desdobramentos do feitiço da mercadoria, a aparência não é a manifestação de um véu contingente que encobre um conteúdo essencial oculto, mas o modo necessário pelo qual as relações sociais se efetivam em uma sociedade mediada pela mercadoria. O fetichismo, portanto, não consiste em uma ilusão subjetiva, mas em uma objetividade social que se impõe aos indivíduos independentemente de sua consciência (Marx, 2013). É a partir dessa concepção que se pode entender os motivos pelos quais a forma (salário, contrato, direito, dinheiro) não é um simples erro ideológico, mas uma mediação real da vida social.

É nessa leitura que Chico se ancora ao criticar abordagens que tratam a forma-trabalho apenas como um obstáculo a ser descartado. Para ele, a forma não é exterior ao real nem uma distorção corrigível por um gesto teórico. Ela é o modo histórico pelo qual a dominação se materializa e pelo qual os sujeitos experimentam concretamente sua inserção subordinada na sociedade capitalista. Esse ponto é decisivo, pois, por exemplo, ao insistir que a luta pelo salário, pelos direitos e pela sobrevivência não pode ser simplesmente descartada como reprodução do fetiche, Oliveira afirma que a crítica social não pode prescindir das formas pelas quais a exploração se manifesta (Oliveira, 2000). A crítica, nesse sentido, não opera por negação abstrata da forma, mas por análise de suas contradições internas e de seu esgotamento histórico. É por isso que, mesmo ao reconhecer a dissolução da mediação salarial, Oliveira não abandona a forma como terreno da crítica: é nela que o real se apresenta e é nela que a barbárie se torna socialmente inteligível.

Essa posição aparece com clareza quando Oliveira (2000) critica a leitura de Robert Kurz em *Passagem na Neblina*. Ao afirmar o esquecimento de Kurz sobre a forma ser a via

pela qual o real se dá e se apresenta, Chico explicita sua divergência fundamental. Para ele, o caráter fetichista da forma-trabalho não autoriza sua recusa teórica ou política imediata, pois a aparência não é um véu contingente a ser simplesmente desfeito, mas o próprio modo histórico pelo qual o real se efetiva na sociedade capitalista. Nessa chave, a luta pelo salário, pelos direitos e pela sobrevivência não é tomada como erro ideológico, mas como mediação histórica inevitável em uma sociabilidade estruturada pela mercadoria. É precisamente nesse ponto, contudo, que se delineia o limite da radicalidade negativa de Oliveira, pois a forma é tomada como horizonte incontornável da experiência social, é aqui que a crítica é suspensa no plano da imanência e se volta para a tradição marxista que toma a forma como mediação histórica necessária, no terreno do marxismo exotérico. A crítica do fetichismo, aqui, não se converte em crítica categorial da forma trabalho, mas permanece referida à sua gestão contraditória no interior do capitalismo.

Na resenha sobre o livro de Kurz, Oliveira (1993) também explicita as críticas frontais a Kurz, para ele o equívoco de Kurz está em essencializar as categorias marxianas, no entanto essa denúncia é feita mais pela crítica de Kurz ao socialismo real do que pelo conjunto da teoria crítica do valor. Segundo Chico, o fetiche não pode ser deslocado apenas para a circulação ou para a concorrência entre capitais, porque ele é produzido já na relação social capital-trabalho; ao retirar essa mediação, Kurz cai num catastrofismo antipolítico, em que o colapso substitui a análise histórica e a política vira irrelevante (Ibid.). Assim ele diz que a interpretação kurziana de “Marx quer evitar, a todo custo, qualquer compromisso com a classe trabalhadora” (Oliveira, 1993, p. 56), assumindo linhas depois a classe trabalhadora como motor da história

Nesse sentido, mesmo quando reconhece o esgotamento da integração pelo trabalho, Oliveira não avança para uma crítica categorial do trabalho enquanto forma social, pois sua crítica permanece imanente à forma à medida que o trabalho aparece como relação social historicamente constituída, atravessada por contradições insolúveis no capitalismo periférico. Contudo, ele não descarta a carga de referência normativa negativa. O problema central não é a existência do trabalho enquanto tal, mas a forma historicamente específica pela qual ele é organizado, remunerado e politicamente mediado. A crítica de Oliveira, portanto, dirige-se à falência de uma promessa histórica, não à própria categoria trabalho enquanto fundamento da mediação social do capitalismo enquanto tal.

De modo distinto, para Kurz, o colapso da forma-salário não é apenas a crise de uma mediação histórica contingente, mas a manifestação necessária do esgotamento da forma social do trabalho abstrato em si. Ele toma a teoria do fetiche de Marx e a radicaliza. O trabalho, em sua leitura, não é uma relação social que poderia assumir configurações mais ou menos justas,

mas a própria forma fetichista de mediação da modernidade capitalista, dado que o trabalho não é uma relação que media apenas classes ou interesses, mas a totalidade da reprodução social, impondo-se aos indivíduos como coerção abstrata e impessoal (Kurz, 1992; 1994). Kurz, portanto, interpreta o trabalho como identidade histórica da modernidade,

Numa análise mais atenta, torna-se evidente que a categoria "trabalho" representa o idêntico dos opostos na modernidade, não só enquanto conceito teórico, mas também enquanto categoria real objetivada da existência histórico-social. As objetivações do "trabalho" sob a forma de "valor" económico, na encarnação da mercadoria e das relações de mercadoria, do dinheiro e das relações monetárias, a concorrência e a rentabilidade, a racionalização e a economização do mundo determinaram a vida da modernidade numa linha ascendente e em grau crescente. E foi apenas através destas objetivações "do trabalho" que se foram desenvolvendo que surgiram as formas políticas modernas: os opostos do mercado e do Estado, do capitalismo e do socialismo, da direita e da esquerda, do nacionalismo e do internacionalismo, da ditadura e da democracia. Esta perspectiva pode, à primeira vista, provocar um abanar de cabeça incrédulo, mas apenas porque a consciência teórica, tal como a consciência quotidiana, desistoricizou e ontologizou instintivamente as suas próprias formas sociais de existência no processo da modernização: elas aparecem nas suas determinações mais abstratas como formas humanas de existência em geral. (Kurz, 1993, sp.)

É por isso que, em Kurz, a crise do trabalho não se resolve por meio da recomposição da forma salarial ou da intervenção estatal. A dissolução do salário é interpretada como sintoma da dessubstancialização do valor. À medida que a produtividade elimina trabalho vivo em escala crescente, a própria substância social da riqueza capitalista se corrói (Kurz, 2018). O capital já não entra em crise porque explora demais o trabalho, mas porque depende estruturalmente de uma substância, o tempo de trabalho abstrato, que ele próprio torna insuficiente. Nesse quadro, lutar pela preservação ou ampliação do trabalho aparece como tentativa de manter viva uma forma social historicamente obsoleta. Nesse sentido, a luta que denuncia a falta de Estado se esvai, dado que “o mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois pólos de um mesmo ‘campo’ histórico da modernidade. O mesmo vale para o capital e o trabalho” (Kurz, 1994).

É preciso ressaltar ainda que Kurz também reconhece que o fetichismo não é uma ilusão subjetiva, mas uma estrutura objetiva da socialização capitalista. No entanto, ele preserva que a aparência é a própria forma e o núcleo da dominação. A aparência, aqui, não é apenas o modo de acesso ao real, mas a forma social que produz o real enquanto dominação abstrata. É nesse sentido que Kurz recusa a centralidade política do trabalho enquanto categoria em sua versão negativa, uma vez que a insistência na luta salarial, nos direitos do trabalho ou na recomposição da remuneração não constitui uma mediação necessária, mas a reprodução prática da forma fetichista. Longe de desconsiderar que a exploração é algo irrelevante, para ele a crítica deve ir

além; não deve operar, portanto, no interior da aparência, mas dirigir-se à própria forma social que a produz, ou seja, o trabalho em sua forma abstrata.

A partir das demonstrações teóricas que construímos, a divergência entre Chico e Kurz pode, assim, ser formulada com precisão. Para Oliveira, a crise do trabalho é a crise de uma mediação histórica específica, cuja degradação produz barbárie social, mas não esboça uma superação que prescinde das formas pelas quais o real se manifesta. Para Kurz, a crise do trabalho é a crise da forma social do trabalho enquanto tal, isto é, da própria mediação fetichista que organiza a modernidade capitalista. Onde Chico vê a necessidade de atravessar a crise da forma sem abandonar suas mediações, Kurz vê a urgência de uma crítica que rompa com a positividade do trabalho em qualquer de suas configurações.

Essa cisão não é meramente teórica, mas ontológica. Em Oliveira, o trabalho permanece inscrito na dialética forma–realidade. Mesmo em crise, ele é o terreno no qual a dominação se exerce e no qual a experiência social da exploração se estabelece. Em Kurz, o trabalho é a própria metafísica real da dominação moderna, de maneira que qualquer política centrada na preservação ou valorização do trabalho abstrato enquanto categoria organizadora da vida social tende a reproduzir o fetiche. Temos então que, enquanto a crítica de Oliveira alcança o limite interno da sociabilidade fundada no trabalho, a crítica de Kurz pretende ultrapassar esse limite, deslocando o eixo da crítica da relação capital–trabalho para a forma social do trabalho abstrato como tal.

Notadamente, a crítica de Oliveira, ressaltando os limites do capitalismo na periferia, revela com precisão a barbárie imanente do trabalho, mas não supera a gramática da forma que analisa. Kurz, ao recusar essa gramática, radicaliza a crítica do fetichismo, mas tensiona o problema da mediação concreta da experiência social. A interpretação que temos é de que o confronto entre ambos não opõe radicalidade à moderação, mas duas respostas distintas ao mesmo colapso histórico da sociedade do trabalho, na qual Oliveira atua mais como um representante no meio do caminho entre o marxismo tradicional e o marxismo estrutural.

No pensamento de Oliveira, mesmo quando as formas operacionais do capitalismo entram em crise, elas continuam a estruturar a experiência cotidiana da exploração. O trabalhador não se confronta diretamente com o valor ou com a abstração social, mas com a perda do emprego, com o rebaixamento do salário, com a supressão de direitos ou com a instabilidade permanente da renda. A mediação não desaparece, mas se degrada, por isso que, em Oliveira, a crise do trabalho não elimina a centralidade da experiência mediada, mas a intensifica sob formas cada vez mais violentas e precárias. Este ponto é fundamental para entender o limite da crítica de Chico, pois a dominação não se apresenta aos indivíduos como

coerção abstrata imediata, mas como exigência concreta de sobrevivência. O que a informalização estrutural e a fusão entre mais-valia absoluta e relativa produzem é a dependência cada vez maior dos sujeitos às formas degradadas do trabalho, e sujeitos “libertos” do fetiche (Oliveira, 2003).

Kurz (1993), em sua teoria da dominação sem sujeito, não coloca em jogo exatamente a exploração de uma classe pela outra porque a ênfase recai sobre o caráter impessoal e automático da dominação. A crítica do valor desloca o foco da experiência social imediata para a estrutura abstrata que a produz, dado que a dominação capitalista não é vivida primariamente como relação entre sujeitos sociais identificáveis, mas como coerção sistêmica exercida por categorias autonomizadas: trabalho, dinheiro, valor (Kurz, 2010; 1997; 1993). A experiência cotidiana da precarização não é negada, mas interpretada como efeito de uma lógica social que se impõe por trás das costas dos indivíduos, independentemente de sua ação ou consciência. Assim, a experiência da exploração, por mais concreta e dolorosa que seja, não fornece por si mesma um ponto de ruptura com o fetichismo, ao contrário, tende a reforçar a dependência dos indivíduos em relação às categorias que os dominam, na medida em que sua sobrevivência continua mediada pelo trabalho abstrato e pelo dinheiro.

Mesmo que de uma forma não centrada na luta de classes, operando a partir da crítica marxiana, em Oliveira, a experiência mediada da dominação, isto é, a exploração, é o ponto de partida incontornável da crítica, ainda quando essa experiência revela o esgotamento histórico do trabalho como princípio integrador. Onde Chico vê na experiência mediada o terreno inevitável da crítica imanente, Kurz vê o risco permanente de reprodução do fetiche. Essa diferença não implica, por exemplo, que Oliveira não reconheça a crítica do valor, e tampouco que Kurz não reconheça a importância imediata das lutas contra exploração. Oliveira reconhece a autonomização das formas e a força impessoal da lógica do capital, e Kurz reconhece a violência concreta da precarização e da exclusão. O que os separa é a hierarquia analítica entre mediação e estrutura, dado que para o primeiro, a dominação só existe socialmente na medida em que é vivida por meio de formas históricas determinadas, e para o segundo, a vivência da dominação é subordinada à crítica das categorias que estruturam a socialização capitalista enquanto tal.

Este é um confronto que não se resolve facilmente de modo prático e nem teórico, pois a crise do trabalho não é apenas uma crise funcional ou econômica, mas uma crise do modo como a dominação se inscreve na experiência social. A questão que se coloca, então, não é apenas se o trabalho ainda integra ou não, mas se a experiência mediada da exploração pode constituir um ponto de partida para a superação da forma social que a produz. No caso dos

autores que analisamos, ambos partem do reconhecimento de que a sociedade do trabalho entrou em um impasse estrutural. No entanto, a interpretação das consequências dessa falência os separa.

Mesmo em Oliveira, o esgotamento das formas pelas quais o capitalismo opera e a dissolução das bases materiais da ação coletiva não abrem, automaticamente, um horizonte de superação, mas também não há o reconhecimento de um esgotamento da categoria. Esse cenário de crise do trabalho, para ele, produz uma sociabilidade marcada pela administração precária da barbárie, na qual o Estado atua cada vez mais como gestor de conflitos insolúveis e a política perde sua capacidade de reorganizar a reprodução social (Oliveira, 2003). É nesse contexto que se inscreve o que o próprio autor denomina um lamento lúcido: a consciência de que os projetos de integração social pelo trabalho e pelo Estado foram historicamente derrotados, sem que uma alternativa sistêmica tenha emergido em seu lugar (Oliveira, 2003; 2012).

A crise do trabalho representaria então um bloqueio histórico, que não é interpretado por ele como indício de que o trabalho tenha perdido completamente sua centralidade enquanto mediação social. Mesmo degradado, o trabalho continua a organizar expectativas, conflitos e experiências de sobrevivência, ao passo que a crise conduz a uma intensificação contraditória da dominação em que o trabalho já não integra, mas segue como critério fundamental de inclusão e exclusão.

Já em Kurz, a crise do trabalho não representa um bloqueio interno a uma forma ainda válida, mas representa o limite histórico absoluto da própria forma social do trabalho abstrato. O esgotamento da mediação salarial, a financeirização e a produção de massas humanas estruturalmente supérfluas não são fenômenos contingentes ou reversíveis, mas expressões do colapso da substância do valor (Kurz, 2018). Nesse horizonte, não se trata mais de administrar a crise ou de recompor formas degradadas de integração, mas de reconhecer a obsolescência histórica da própria sociedade do trabalho. A crítica categorial de Kurz aposta, assim, na necessidade de uma ruptura com a centralidade do trabalho enquanto princípio organizador da vida social.

Contudo, os dois autores são céticos quanto às promessas emancipadoras e modernizadoras herdadas do século passado. Francisco de Oliveira elabora a crítica mais radical da sociedade do trabalho possível a partir de dentro de sua gramática histórica, expondo seus impasses e a derrota de suas promessas integradoras. Robert Kurz, ao contrário, formula uma crítica que pretende ultrapassar essa gramática, deslocando o foco da crítica da relação capital–trabalho para a própria forma social do trabalho abstrato. A crise do trabalho aparece, assim, ora como bloqueio imanente, ora como limite categorial. É a partir dessa diferença que se torna

possível situar o lugar específico de Francisco de Oliveira no pensamento social brasileiro e compreender por que sua obra, ao mesmo tempo em que tensiona profundamente a centralidade do trabalho, não se confunde com a crítica categorial do valor.

6.3. O limite categorial da crítica do trabalho no pensamento social brasileiro

O confronto entre Francisco de Oliveira e Robert Kurz permite situar com maior precisão o lugar ocupado pela crítica do trabalho no pensamento social brasileiro contemporâneo. Longe de representar uma posição intermediária ou ambígua, a obra de Oliveira pode ser compreendida como o ponto mais avançado da crítica do trabalho no interior da gramática da modernidade capitalista, isto é, como a formulação que leva essa gramática até seu limite histórico e analítico sem, contudo, ultrapassá-la categorialmente.

Vimos que ao longo de sua trajetória intelectual, Chico de Oliveira desloca progressivamente o estatuto do trabalho. Em *Crítica à Razão Dualista* (1972), ele rompe com o evolucionismo desenvolvimentista e demonstra que a precariedade, a informalidade e o chamado “atraso” não são resíduos externos ao capitalismo, mas momentos internos da acumulação periférica. Em *O Ornitorrinco* (2003), ele revisita sua tese e se radicaliza, trazendo à tona a fusão entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa, a dissolução do adiantamento salarial e a informalização estrutural que revelam que o trabalho já não cumpre sua promessa integradora e passa a operar como vetor de barbárie. A crítica deixa de ser dirigida à má distribuição dos frutos do progresso e passa a incidir sobre a própria dinâmica da modernização capitalista.

Esse movimento o leva a um diagnóstico decisivo de que o trabalho vem perdendo sua força social e política, enquanto a mediação salarial se esgota e a gramática política construída em torno do emprego, dos direitos e do Estado social implode. No entanto, mesmo diante desse cenário, sua crítica permanece ancorada na forma-trabalho como referência histórica incontornável, de modo que o trabalho aparece como mediação degradada, bloqueada e contraditória, mas ainda como o terreno no qual a dominação se exerce e no qual a experiência social da exploração se constitui. O limite da crítica de Oliveira não é empírico nem moral, mas categorial: ele revela o esgotamento histórico do trabalho sem abandonar a forma como mediação necessária do real.

Fundamentamos então que é precisamente nesse ponto que a crítica de Robert Kurz se distingue. Ao tratar o trabalho abstrato como a própria forma fetichista de mediação da modernidade capitalista, Kurz desloca a crítica para além da relação capital–trabalho e interroga o estatuto ontológico das categorias que organizam a reprodução social (Kurz, 2010; 2018). O trabalho deixa de ser concebido como uma relação social passível de recomposição ou de justiça histórica e passa a ser entendido como núcleo da dominação abstrata e impessoal que estrutura a sociedade produtora de mercadorias. A crise do trabalho não é, assim, a crise de uma promessa frustrada, mas o colapso de uma forma social historicamente determinada (Ibid.).

Essa diferença permite compreender por que a crítica de Oliveira, embora extremamente radical, não se converte em crítica categorial, uma vez que seu esforço teórico se orienta pela necessidade de compreender como a dominação se efetiva concretamente por meio de formas históricas que continuam a organizar a experiência social mesmo em decomposição (Oliveira, 1993; 2000). A forma, nesse sentido, não aparece em Oliveira como um erro teórico a ser descartado, mas como o modo historicamente necessário por meio do qual a dominação social se efetiva concretamente e organiza a experiência social mesmo em contextos de decomposição (Oliveira, 2000). Já a crítica categorial, em sentido distinto, parte da recusa dessa imanência da forma, apostando na necessidade histórica de ultrapassar a forma-trabalho enquanto princípio organizador da sociabilidade (Kurz, 1991; 1992; Krisis, 1999). A distinção entre eles aparece de modo explícito quando Oliveira (1993) se posiciona diante da tese do colapso. Ainda que reconheça a potência explicativa da crítica de Kurz à autonomização das categorias econômicas, Oliveira resiste à ideia de um colapso categorial pleno, insistindo que a forma, como demonstramos.

Ao analisarmos comparativamente esses autores, não tentamos opor uma crítica “sociológica” a uma crítica “filosófica”, mas de reconhecer dois níveis distintos de radicalidade: um que expõe o esgotamento histórico da integração pelo trabalho e outro que interroga a própria centralidade do trabalho como mediação social. Com isso, a presente dissertação pode ser concluída com uma tese precisa: Francisco de Oliveira representa o ápice da crítica marxista do trabalho no pensamento social brasileiro, sobretudo ao demonstrar que a modernização capitalista periférica produz barbárie e exclusão como momentos internos de sua reprodução. Robert Kurz, por sua vez, oferece uma ultrapassagem categorial desse horizonte ao criticar o trabalho abstrato enquanto forma social fetichista da modernidade. A relação entre ambos não é de oposição excludente, mas de tensão produtiva dado que a crítica categorial não invalida a crítica de Oliveira, mas revela o limite histórico no qual ela se detém e, ao fazê-lo, ilumina a necessidade de pensar para além da sociedade do trabalho.

A justaposição entre as obras de Oliveira e Kurz não apenas ilumina suas convergências e tensões, mas também produz um ganho analítico que não seria possível por meio de uma leitura isolada. Se Oliveira permite captar com agudeza os mecanismos sociais da superexploração e da modernização conservadora na periferia, é Kurz quem oferece as ferramentas conceituais para compreender por que tais mecanismos, longe de representar um desvio do capitalismo, são sintomas de sua crise estrutural. Ao mesmo tempo, a leitura de Kurz, concentrada na crítica da forma-valor em sua abstração mais radical, corre o risco de negligenciar as formas específicas que o colapso assume nas formações sociais periféricas.

Oliveira, ao manter-se atento à história concreta do capitalismo brasileiro, ajuda a localizar e historicizar as expressões do colapso. Nesse sentido, a comparação entre ambos não apenas compensa suas limitações recíprocas, mas aprofunda a crítica ao capitalismo em sua totalidade, articulando forma e formação, estrutura e experiência, lógica abstrata e mediações concretas.

7. À guisa de conclusão

Esta dissertação partiu de uma inquietação teórica e histórica sobre como pensar criticamente o trabalho em um contexto marcado pela informalização estrutural, pela precarização generalizada e pelo esgotamento das promessas de integração social que historicamente acompanharam o assalariamento. Diante de um cenário em que o trabalho permanece central para a sobrevivência material, mas perde progressivamente sua capacidade de organizar pertencimento social, direitos e expectativas de futuro, torna-se necessário explorar não apenas as novas morfologias do trabalho, mas o próprio estatuto teórico da categoria trabalho na crítica social contemporânea.

A escolha de confrontar Francisco de Oliveira e Robert Kurz responde diretamente a essa exigência, visto que ambos se debruçam sobre a crise do trabalho a partir de uma leitura rigorosa da crítica marxiana da economia política, mas o fazem em registros distintos e com consequências teóricas divergentes. Ao colocá-los em diálogo, buscamos explorar abordagens que ultrapassem a descrição empírica da precarização ou a reafirmação normativa da centralidade do trabalho, interrogando os limites históricos e categoriais dessa centralidade.

A reconstrução da obra de Francisco de Oliveira evidenciou o alcance ímpar de sua crítica no pensamento social brasileiro. Ao romper com o dualismo desenvolvimentista e demonstrar que o chamado “atraso” constitui momento interno da acumulação capitalista periférica, Oliveira desloca decisivamente o debate sobre o trabalho e a modernização brasileira. Esse deslocamento se aprofunda ao mostrar que a fusão entre mais-valia absoluta e relativa, por exemplo, não representa disfunção do sistema, mas sua forma normal de reprodução no capitalismo sob a revolução molecular digital. Contudo, a crítica permanece ancorada na gramática do trabalho, na medida em que o trabalho continua a estruturar a experiência social da dominação e a delimitar os horizontes possíveis da crítica e da política.

A crítica categorial de Robert Kurz permite explicitar um deslocamento teórico mais radical, ao posicionar o trabalho abstrato como a própria forma fetichista de mediação da modernidade capitalista. Kurz não trata a crise contemporânea como falência de um modelo histórico específico de regulação do trabalho, mas como colapso da forma social que organiza a reprodução capitalista enquanto tal. Em sua teoria o trabalho não aparece como uma relação social reformável ou passível de justiça histórica, pois é ele próprio o núcleo da dominação abstrata e impessoal própria da sociedade produtora de mercadorias. Nesse sentido, a crise do trabalho é interpretada como limite interno absoluto do capital, colocando em questão a própria centralidade do trabalho como categoria organizadora da crítica social.

Ao invés de reafirmar a centralidade do trabalho como dado normativo ou de decretar seu fim de maneira abstrata, buscamos demonstrar que a crise contemporânea exige uma problematização teórica mais profunda da categoria trabalho. A fim de ampliar o horizonte analítico da sociologia do trabalho e da teoria crítica no Brasil, deve-se abrir espaço para abordagens que não se limitem à descrição das novas formas de exploração, mas interroguem as próprias categorias que estruturam a reprodução social capitalista.

Assim, dialogamos criticamente com o campo da sociologia do trabalho no Brasil, marcado historicamente pela centralidade da classe, do assalariamento e da luta por direitos, sem desconsiderar a importância dessas mediações para a compreensão da realidade social. Pensar o trabalho hoje implica reconhecer simultaneamente sua permanência como mediação da sobrevivência e seu colapso como promessa de integração social.

Ao articular a crítica imanente de Francisco de Oliveira com a crítica categorial de Robert Kurz, esta dissertação propõe, portanto, uma contribuição teórica que tensiona os fundamentos da sociologia do trabalho, sem abandonar seu compromisso crítico com a compreensão das formas concretas de dominação e exclusão. Trata-se, em última instância, de afirmar que a crítica do capitalismo contemporâneo exige não apenas novas respostas empíricas, mas novas perguntas teóricas, e que o conceito de trabalho permaneça no centro dessas perguntas, não como solução, mas como problema histórico fundamental.

8. Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARANTES, Paulo. O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BARBOSA, Alexandre Freitas. Chico de Oliveira, o marxista furtadiano – Ou o intelectual que viu o Brasil virar um ornitorrinco. Resenhas Online, Vitruvius, 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/18.212/7445>
- BARREIRA, Marcos. Um capítulo local da crise: Sobre a recepção da “crítica do valor” no Brasil. Revista Zero à Esquerda, 2025. Disponível em: <https://zeroaesquerda.com.br/index.php/2025/03/28/um-capitulo-local-da-crise-sobre-a-recepcao-da-critica-do-valor-no-brasil-marcos-barreira/>
- BONEFELD, Werner. Critical theory and the critique of political economy. London: Bloomsbury Academic, 2014.
- BONIFÁCIO, Frederico Rodrigues. Crise e dissolução da forma social: utopia sobre ruínas - elementos do colapso brasileiro da modernização. 2023. Tese (Organização do Espaço). UFMG, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/60946>.
- BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, Henrique Pereira; KAWAHARA, Ivan Zanatta. O tempo no capitalismo: uma reflexão a partir de Moishe Postone. Tematicas, Campinas, SP, v. 29, n. 57, p. 347–369, 2021. DOI: 10.20396/tematicas.v29i57.15308. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/15308>.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21–41, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jxY9NqgCYnFHQZ4CjrC9spz/>.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 35. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Revista Limiar*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 4–29, 2019. DOI: 10.34024/limiar.2014.v1.9275. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/limiar/article/view/9275>.

JAPPE, Anselm. Vivos e mortos na crítica do valor: algumas teses apressadas sobre o estado atual da crítica do valor. *Zero à Esquerda*, 7 out. 2024. Disponível em: <https://zeroaesquerda.com.br/index.php/2024/10/07/vivos-e-mortos-na-critica-do-valor-algumas-teses-apressadas-sobre-o-estado-atual-da-critica-do-valor-anselm-jappe/>.

KURZ, Robert. O clímax do capitalismo: breve esboço da dinâmica histórica da crise. *Exit!*, 2012. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz414.htm>

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato: o trabalho como distúrbio da modernidade. In: BARREIRA, Marcos (Org.). *Subjetividade e tempo no capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 47–65.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KURZ, Robert. Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora. 1993. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/1993/mes/90.htm>

KURZ, Robert. *Os Últimos Combates*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997. 4ª Edição.

KURZ, Robert. Il superamento del lavoro. Disponível em: <https://www.krisis.org/1999/il-superamento-del-lavoro/>..

KURZ, Robert. *Com Todo o Vapor ao Colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF, Pazulin, 2004.

KURZ, Robert. A substância do capital: o trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. *Exit!*, 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz203.htm>

KURZ, Robert. Crise e crítica: o limite interno do capital e as fases do definhamento do marxismo: um fragmento. maio, 2010. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2010/crise/index.htm>

KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, 2014.

KURZ, Robert. *Ler Marx!* Tradução de Boaventura de Sousa Santos. O Beco Online, 2000. Disponível em: http://www.obeco-online.org/ler_marx.pdf

KURZ, Robert. *A crise do valor de troca*. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.

KURZ, Robert. *A crise permanente: ensaio sobre a reestruturação do capital e a economia mundial*. *Exit!*, 2023. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz479.htm>

LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodney Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. O caminho do sacrifício, ou retrato do capital como forma social de fetiche : repensar a modernidade capitalista à luz das teorias de Marx e da Nova Crítica do Valor. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa, 2020. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/bd23f6cf-ae0-4c98-982b-d140d15b16f7>

MARTÍNEZ, Layla. Cupim. Tradução de Joana Angélica D'Avila Melo. 1. ed. São Paulo: Alfaguara, 2024

MARX, Karl. Miséria da filosofia. Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/index.htm>

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARXISMO21. Chico de Oliveira. Disponível em: <https://marxismo21.org/chico-de-oliveira/>

OLIVEIRA, Francisco de. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 16, p. 5-25, 1976. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/a_producao_dos_homens_a.pdf

OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. CEBRAP, São Paulo, 1979. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/o_terciario_e_a_divisao_social_c.pdf

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. Estudos Avançados, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/K8GfF5R6gPY7tTQFXWMxggP/?lang=pt>

OLIVEIRA, Francisco de; GENOINO, José; STÉDILE, João Pedro. Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/classes_sociais_em_mudancas_e_a_luta_pelo_socialismo.pdf

OLIVEIRA, Francisco de. Pensar com radicalidade e com especificidade. Lua Nova, CEDEC, n 54, 2001.

- OLIVEIRA, Francisco de. Democratização e republicanização do Estado. Teoria e Debate, Fundação Perseu Abramo, 3 ago. 2003. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2003/08/03/democratizacao-e-republicanizacao-do-estado/>
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista / O ornitorrinco. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. Entrevista: a dominação pelo atraso. Caderno CRH, v. 25, n. 65, p. 611–623, 2012.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GIANNOTTI, José Arthur; OLIVEIRA, Francisco de. Resenhas. Novos Estudos Cebrap, n. 36, 1993.
- POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PUZONE, Vladimir. Nunca fomos tão modernos? Notas sobre o esgotamento da modernização no Brasil contemporâneo. Revista Teoria e Cultura. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 20, n. 2, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/50401>
- REGATIERI, Ricardo Pagliuso. Negatividade e ruptura: configurações da crítica de Robert Kurz. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010.
- RODRIGUES, Igor. FERNANDES, Dmitri Cerboncini. Como compreender a vida nas ruas: Subjetividades em ruína no capitalismo em colapso. In: RODRIGUES, Igor. FERNANDES, Dmitri Cerboncini. Trocas sinistras: A vida na rua sob um novo prisma. Curitiba, CRV, 2024.
- SCHOLZ, Roswhita. O sexo do capitalismo: Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado [Excertos], 2000. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz6.htm.
- SCHOLZ, Roswhita O valor é homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, n. 45, julho 1996.
- SCHWARZ, Roberto. Prefácio. In: KURZ, Robert. O colapso da modernização. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.